

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



A História na Faculdade de Letras de Lisboa **(1911-1930)**

Dissertação orientada pelo Prof. Sérgio Campos Matos

Hugo Gonçalves Dores

Mestrado em História Contemporânea

2008

Agradecimentos

Este trabalho não teria nascido sem o empenho que o professor Sérgio Campos Matos sempre demonstrou na sua elaboração. Mesmo no momento, que exasperado com as diminutas fontes e parecendo que o trabalho não iria a lado nenhum, o meu orientador soube chamar-me à razão e voltar a colocar-me nos eixos da investigação. A minha primeira palavra de agradecimento é para ele, que acreditou que este trabalho “tinha pernas para andar” e confiou nas minhas capacidades.

Tenho a agradecer a paciência simpática da Dra. Cristina Faria, do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras de Lisboa, que gentilmente me disponibilizou as fontes em depósito, sempre que a importunava, semana sim, semana não, questionando sobre mais documentos que esperava que “nascessem” numa parte já organizada do arquivo. Também agradeço à Dra. Teresa Campos e Matos, secretária da Faculdade de Letras de Lisboa, e à Dra. Maria Leal, da Reitoria da Universidade. À primeira por, amavelmente, colocar ao meu cuidado os processos dos professores. À segunda, pelo interesse demonstrado no tema e pelo auxílio, infelizmente infrutífero, na disponibilização de informações sobre a Faculdade de Letras para o período.

Não quero deixar de referir as palavras do professor António Matos Ferreira, que ao conhecer o tema desta tese, me falou da sua importância e do seu próprio interesse...

Quero agradecer à minha mãe e à minha irmã, porque souberam ouvir-me durante horas, demonstrando um sincero interesse. À D. Margarida agradeço a constante pergunta: *quando está pronto?*, não me fazendo esquecer o valor que a tese tinha.

Por fim, quero agradecer à Cátia que, pacientemente me ouviu falar da tese e lamuriar a minha frustração investigativa, que leu o meu trabalho com olhos de leiga, mas mente de curiosa. Mas principalmente, porque me soube empurrar para o caminho que me trouxe aqui. O meu muito obrigado.

Nos primórdios da I República portuguesa, a par de novas escolas universitárias, a criação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na Primavera de 1911, veio abrir um novo ciclo no ensino e na divulgação da História em Portugal. O pioneiro, mas exíguo, Curso Superior de Letras dava lugar a uma instituição que procurava desenvolver a formação dos professores de liceu e o incremento do trabalho historiográfico no país.

Ocupando um lugar de destaque no seio da Faculdade, a História foi obrigada a associar-se a outras ciências, primeiro a Geografia e depois a Filosofia. Os cursos de Ciências Históricas, existentes entre 1911 e 1930, foram sendo constantemente alterados pelas quatro reformas curriculares impostas às faculdades de Letras (1911, 1918, 1926 e 1930). Demonstrando a própria instabilidade política que o país viveu durante a Primeira República, a Ditadura Militar e o início do Estado Novo, as reformas procuraram adaptar o ensino às concepções que cada vertente política defendia.

A ligação à Geografia demonstra uma concepção de História na qual esta é incompreensível sem o auxílio dos estudos geográficos. Seguidamente, a subordinação da Filosofia, poderia representar uma perspectiva ultrapassada de Filosofia da História, ou simplesmente a desnecessária existência de um curso filosófico sem alunos.

Nos Cursos de Ciências Históricas, o trabalho dos professores de História, de pensamento liberal ou republicano, confirmou a existência de duas perspectivas historiográficas pouco relacionadas com uma historiografia conservadora ou marcada por um nacionalismo exclusivista, numa altura de crise da I República e de endurecimento da Ditadura Militar. A historiografia de influência positivista e republicana vai manter um cariz crítico e propagandístico, enquanto a dominante historiografia erudita e metódica reafirma a importância das fontes documentais, sem espaço para especulações filosóficas ou ideológicas.

In the beginning of Portuguese First Republic, like new university schools, the creation of the Faculty of Letters of the University of Lisbon, in the Spring of 1911, initiated a new cycle in teaching and development of History in Portugal. The pioneering, but exiguous, *Curso Superior de Letras* (Superior Course of Letters) gave place to an institution that tried to develop the training of secondary schools teachers and the increase of historiographic work in the country.

Occupying an outstanding place within the Faculty, History was compelled to associate with others sciences, first Geography, then Philosophy. The Historical Science Courses, that existed between 1911 and 1930, were being constantly changed by four curricular reforms imposed to faculties of Letters (1911, 1918, 1926 and 1930). Demonstrating the political instability that the country lived during the First Republic, the Militar Dictatorship and the *Estado Novo*, the reforms seeked to adapt the teaching to these ideological thoughts.

The connection with Geography demonstrate a conception of History, in which the latter is incomprehensible without the help of geographical studies. Then, the subordination of Philosophy, might represent an overridden perspective of Philosophy of History, or simply, an unnecessary existence of a course without students.

In Historical Science Courses, the work of several History professors, with liberal and republican thoughts, confirmed the existence of two historiographical perspectives, little related with a conservative and nationalist historiography, in a time of hardening of Portuguese politics. The historiography of positivist and republican influence will maintain a critical and propagandistic aspect, while, the dominant erudit and methodic historiography reaffirm the importance of documentary sources, and do not allow philosophical and ideological speculations.

Palavras-chave em português

Cursos de Ciências Históricas

Historiografia

Ensino

História

Faculdades de Letras

Palavras-chave em Inglês

Historical Science Courses

Historiography

Teaching

History

Faculty of Letters

A História na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)

Introdução.....	10
1. A Ideia de Faculdade de Letras – do Curso Superior de Letras à Universidade de Lisboa	18
1.1 – O Curso Superior de Letras (1858/59-1911)	
1.1.1 – A <i>Fundação</i> , primeiro esboço da Faculdade de Letras.....	18
1.1.2 – A <i>Reforma de 1901</i> , o segundo esboço de uma Faculdade de Letras.....	20
1.1.3 – A herança do Curso Superior de Letras.....	22
1.2 – O Estabelecimento da Faculdade de Letras de Lisboa (1911)	
1.2.1 – A questão da Faculdade: a ideia e as concretizações.....	24
1.2.2 – A criação da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Letras.....	30
2. Os Cursos de Ciências Históricas (1911-1930).....	38
2.1 – As reformas na secção de História	
2.1.1 – A Reforma fundadora de 1911.....	39
2.1.2 – Os <i>aditamentos</i> de 1916.....	46
2.1.3 – A Reforma de 1918.....	49
2.1.4 – A Reforma de 1926.....	53
2.1.5 – A Reforma de 1930.....	58
2.2 – O lugar da Geografia (1911-1930)	
2.2.1 – As propostas de ensino universitário da Geografia em Portugal, no século XIX.....	63
2.2.2 – O ensino universitário da Geografia.....	65
2.3 – A subordinação da Filosofia (depois de 1926)	71
2.4 – As cadeiras do 4º Grupo nas restantes secções.....	76
3. A Historiografia na Secção de História.....	81
3.1 – As influências historiográficas	
3.1.1 – A historiografia positivista-republicana.....	89
3.1.2 – A historiografia erudita e metódica.....	95

3.2 – As temáticas históricas nas cadeiras do 4º Grupo	
3.2.1 – As cadeiras de História geral.....	99
3.2.2 – As cadeiras de História de Portugal.....	106
Conclusão.....	116
Apêndices.....	125
<i>Anexo 1</i>	
Quadro das regências das cadeiras na secção de Ciências Históricas – 1911-1930.....	126
<i>Anexo 2</i>	
Programa das Provas Escritas e Orais em Ciências Históricas e Geográficas.....	131
<i>Anexo 3</i>	
Participação dos docentes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na <i>História de Portugal</i> , edição de Barcelos.....	134
Fontes e Bibliografia.....	135

Introdução

Dentro de três anos a Universidade de Lisboa e a sua Faculdade de Letras comemoram o seu primeiro centenário. Porém, nestes cem anos de vida, poucos foram aqueles que se debruçaram sobre o estudo da sua história, e neste caso particular, da Faculdade de Letras. Contudo esta realidade espalha-se um pouco pelas restantes escolas¹. Para a instituição que nos propomos estudar, o principal estudo de vulto é o de A. H. Oliveira Marques intitulada *Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)*².

Trata-se de um dos poucos trabalhos publicados sobre o assunto, tornando-se indubitavelmente o ponto de partida para este estudo, graças às valiosas contribuições estatísticas apresentadas em relação à regência das cadeiras.

Esta ausência de bibliografia referente aos primeiros anos da Faculdade de Letras de Lisboa, não é colmatada com a existência de documentação da própria instituição. Apesar da disponibilidade da responsável pelo Arquivo Histórico da Faculdade, Dr.^a Cristina Faria, o mesmo não se revelou um fundo considerável de fontes que nos permitissem estabelecer uma análise mais concreta das primeiras décadas da

¹ Podemos abrir uma excepção para a Faculdade de Direito de Lisboa, com o estudo de Marcelo Caetano, *Apontamentos para a História da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 1959-61.

² Oliveira Marques, “Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)”, *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, 1988. Este estudo, realizado na transição da década de cinquenta para a década de sessenta, inscreve-se num contexto de intenção comemorativista do centenário do Curso Superior de Letras, em 1958, a pedido do director da Faculdade de Letras de Lisboa, Vitorino Nemésio. A instabilidade que a instituição vivia (visível, por exemplo na direcção da Faculdade de Letras de Lisboa: no ano lectivo de 1957/58, o director era Vitorino Nemésio, seguindo-se Délio Nobre e novamente Nemésio – estes dois últimos em 1958; no de 1958/59 a direcção fora ocupada por Manuel Heleno e depois Orlando Ribeiro, já em 1959, regressando Manuel Heleno ainda em 1959, que se manteria até 1964) impediu a realização deste projecto. Seria a ideia do reitor da Universidade de Lisboa, Marcelo Caetano de celebrar o cinquentenário da Universidade, em 1961, que recuperou os escritos de Oliveira Marques, de modo a serem integrados numa vasta colectânea, reunindo estudos sobre as várias faculdades. Todavia, algumas entregas sofreram demoras, atrasando a publicação final, até que na Primavera seguinte, o intento marcelista era bloqueado pelas questões estudantis de Março-Maio de 1962, que estariam na origem da demissão de Caetano da Reitoria de Lisboa. Assim, o trabalho seria apenas publicado pela primeira vez cerca de uma década depois, em 1970, revista *Ocidente* (entre Agosto e Outubro) e depois incluído nos seus *Ensaios da Historiografia Portuguesa*, sendo ambos, sensivelmente o resultado inalterado das investigações do historiador, realizadas no final da década de 1950.

escola. Obrigados a recorrer ao Arquivo da Reitoria, à Torre do Tombo, o cenário foi de facto menos positivo. Nem a Academia das Ciências de Lisboa, que até 1958 acolheu a Faculdade de Letras de Lisboa, se demonstrou um local de pesquisa útil. Por fim, a necessidade de estruturar este trabalho levou-nos a recorrer a um número maior de fontes menos directas, que deixam sempre espaço para outras reflexões.

Um esclarecimento prévio: apesar da proximidade do aniversário da Faculdade e ao contrário do estudo de Oliveira Marques, este trabalho surge, antes de mais, como continuidade de um outro iniciado num seminário do mestrado de História Contemporânea, cujo tema se centrava nos projectos de escolas superiores de Humanidades em Portugal no século XIX, passando pela criação do Curso Superior de Letras. Como conclusão lógica desse estudo, apresenta-se a Faculdade de Letras, concretização final de uma multiplicidade de propostas de intelectuais portugueses que advinha desde o início de Oitocentos³. Mas será indiscutível que o contexto actual ajudou à opção pela questão.

Este trabalho procura compreender a actuação da Secção de História da Faculdade de Letras de Lisboa, entre 1911 e 1930. O lapso temporal adoptado refere-se, sensivelmente, ao período de emergência e estabelecimento da instituição, marcado por alguma instabilidade curricular evidenciada na implementação de quatro reformas educativas sucessivas – 1911, 1918, 1926 e 1930 – que revela as perturbações políticas da I República e do início da Ditadura Militar. Demonstra, também uma clara indecisão dos meios políticos e universitários no entendimento do papel de uma Faculdade de Letras e qual a eficácia dos seus planos curriculares. Apesar de tudo, a escola teve uma existência relativamente calma, em comparação com as suas congéneres coimbrã e portuense; a Faculdade de Letras de Coimbra seria transferida para o Porto em 1919 e novamente restaurada na cidade do Mondego ainda nesse ano; a do Porto, criada aquando da polémica decisão do ministro Leonardo Coimbra, seria extinta em 1928. A Faculdade lisboeta não teve grandes conflitos com o poder político, aliás, alguns dos seus professores estiveram intimamente ligados ao poder legislativo e executivo da Primeira República e da Ditadura Militar. Os exemplos de Teófilo Braga (chefe do

³ Cfr., por exemplo, o estudo de Joaquim Ferreira Gomes, “Dois projectos de lei do século XIX para a criação de cursos ou Faculdades de Letras”, *Novos estudos de História e de Pedagogia*, Coimbra, 1986, pp.67-96

Governo Provisório da República) e Gustavo Cordeiro Ramos (ministro da Educação na Ditadura Militar e no Estado Novo) são representativos da ligação entre a Faculdade de Letras de Lisboa e cada um dos referidos períodos políticos.

Se tivermos em consideração as datas das reformas dos planos curriculares das Faculdades de Letras até à queda do Estado Novo (1911, 1918, 1926, 1930, 1957, 1968), apercebemo-nos que os primeiros dezanove anos da sua existência foram marcados por sucessivas alterações legislativas, relativamente à constância do período entre 1930 e 1957, em que vigorou apenas uma única reforma universitária. Durante o período estudado, a Reforma de 1911 foi aquela que esteve mais tempo em vigor, com os seus sete anos de vigência (que de qualquer forma ficaram aquém da de 1930, vigente por cerca de 27 anos), enquanto que a de 1918, saída do Governo Sidonista, durou seis anos e a de 1926, apenas quatro, até à adopção da Reforma de 1930.

Por outro lado, a escolha específica pela Secção de História também ajuda a compreender essa escolha temporal – 1930 marca o término do Curso de Ciências Históricas e Geográficas, criado em 1911 e que durante esses anos dominou o ensino da História e da própria Geografia e revela o modo como ambas as ciências eram entendidas no contexto do ensino das Humanidades. Em 1926, viria a ser criado um novo Curso de Ciências Históricas e Filosóficas, que subordinava a Filosofia à História. Esta opção, talvez influenciada por Fidelino de Figueiredo, deveu-se em parte a motivos práticos, visto o curso de Filosofia ser o menos procurado da Faculdade, com uma frequência escolar que era, em muitos casos, oriunda dos restantes cursos e que frequentava as cadeiras filosóficas por obrigação curricular. Esta decisão passaria para a reforma de 1930 e manter-se-ia na Faculdade até 1957, quando, finalmente, a História passou a ser ensinada autonomamente. Atentos a esta realidade, decidimos ter em conta o Curso de Ciências Históricas e Geográficas, o primeiro dedicado à História na Faculdade de Letras, optando por coincidir o lapso temporal estudado com o tempo de vigência do referido curso e com o período que entendemos ser o da emergência da Faculdade de Letras de Lisboa na vida académica nacional.

Deste modo, decidimos estruturar este trabalho em três pontos que nos ajudarão a compreender a História, o seu ensino e a sua divulgação dentro da Faculdade de Letras de Lisboa, entre 1911 e 1930. Pretendemos perceber de que forma se estruturou o ensino histórico na escola através dos dois cursos de ciências históricas criados e de que modo os seus planos curriculares evidenciam a concepção de História existente na Faculdade e como esta se integrava na realidade da historiografia portuguesa da época.

Por outro lado, a divulgação da ciência histórica não seria compreensível sem atendermos à actuação dos docentes que durante o período assumiram a direcção das diversas cadeiras de História na Faculdade.

Assim, este trabalho construiu-se a partir de dois pressupostos: o estudo dos planos curriculares dos cursos de Ciências Históricas e as perspectivas historiográficas defendidas pelos docentes de História da Faculdade de Letras de Lisboa. Duas questões principais dominam, desse modo, o processo de estudo: como se estruturaram os cursos e que Historiografia foi divulgada pelos professores de História.

No primeiro ponto – A Ideia de Faculdade de Letras – apenas introdutório e sem grandes desenvolvimentos, pretende-se, mais que apresentar, lembrar a fundação do Curso Superior de Letras, tendo em conta algumas das anteriores propostas sobre a criação de uma escola superior de estudos humanísticos⁴, e de modo a entendermos aquilo que estaria em debate na fase final do Curso (com figuras como Teófilo Braga ou Adolfo Coelho) e no surgimento da Faculdade. Convém, também, não esquecer os esforços de Jaime Moniz no sentido do estabelecimento de uma Escola Normal Superior, geralmente entendida como papel essencial de uma Faculdade de Letras. Faremos referência ao plano de António José Teixeira para o ensino superior, que pretendia a transformação da Faculdade de Teologia em uma de Letras e a união das Faculdades de Filosofia e Matemática numa Faculdade de Ciências, tal como veio a ocorrer com os decretos da Primavera de 1911.⁵

Em relação à Reforma de 1901 do Curso Superior de Letras, temos de assinalar que ela representa, um marco significativo antes da própria legislação de 1911, com a adopção de cursos autónomos, além de um curso geral; ou a introdução dos estudos de História de Portugal e dos estudos geográficos pela mão de Silva Teles, a partir de 1904. Por outro lado, o aumento do número de cadeiras possibilitou a entrada de um novo grupo de professores que estaria presente aquando da estruturação da nova Faculdade de Letras: José Maria Rodrigues, David Lopes, Queirós Veloso, Silva Cordeiro, e mais

⁴ O *Plano Stockler*, os projectos de Luís Mouzinho de Albuquerque, de Figueiredo e Almeida, de Dias Pegado e de José Maria de Abreu, foram algumas das propostas elaboradas durante o século XIX.

⁵ Além do trabalho não ter como objectivo estes temas, existem já estudos acerca deles: para o Curso Superior de Letras, as notas de Adolfo Coelho e o trabalho de Manuel Busquets de Aguilar, estando a ser elaborada uma nova tese sobre o Curso; para o estudo dos projectos de escola, o artigo de Joaquim Ferreira Gomes, já referido, apesar de apenas incidir sobre os planos de José Maria de Abreu e António José Teixeira.

tarde, em 1904, Oliveira Ramos e Silva Teles; e quase no final do Curso, Agostinho Fortes.

Seguidamente, e partindo dos debates desenvolvidos pelo desejo do Governo Provisório em criar a Universidade de Lisboa, tentaremos perceber de que forma ocorreu a implementação da Faculdade de Letras – em que o papel preponderante na sua composição terá sido dos professores Queirós Veloso e António de Vasconcelos. Importa ter em conta a realidade europeia contemporânea das faculdades humanísticas e o seu conceito. Qual o modelo que teria influenciado os legisladores portugueses? Em grande medida, o modelo de inspiração francesa terá sido a base da reforma de 1911, adoptando o clássico esquema universitário napoleónico⁶, separando o ensino das Letras e das Ciências em duas instituições distintas. Iremos, então, contrapor este modelo, que nos parece claramente o escolhido na Reforma de 1911, às diferentes opiniões de certos professores e intelectuais como Silva Teles e o seu projecto de Faculdade de Ciências Sociais ou como Adolfo Coelho, que insistindo há muito numa reestruturação do ensino superior português, defendia uma Faculdade de Letras com um maior âmbito científico, inspirando-se na experiência alemã.

Apresentaremos os decretos de 19 de Abril e de 9 de Maio de 1911 que instituíram a Universidade de Lisboa e a Faculdade de Letras, assim como as sessões do Conselho do Curso Superior de Letras, onde o seu corpo docente debatia a nova reforma curricular. Será apenas uma breve abordagem, de modo a integrar a realidade expressa nos documentos, pois deixamos para outro capítulo a análise dos planos de estudo do Curso de Ciências Históricas. Todavia, não deixaremos de mencionar as diferentes secções e grupos criados pela legislação republicana, assim como o carácter enciclopédico presente na planificação do decreto de 9 de Maio de 1911. É, também, interessante observar a opinião de certos intelectuais como Fidelino de Figueiredo, ou o professorado de Coimbra, em relação ao estabelecimento e à constituição da nova realidade académica, assim como as desconfianças acerca da magnitude da obra saída do 5 de Outubro.

⁶ A Reforma Napoleónica das Universidades Francesas, desenvolvida entre 1808 e 1811, estabelecia um quadro de cinco Faculdades tradicionais – Direito, Teologia, Medicina, Letras e Ciências. Mais tarde, com o avanço da legislação laica, durante a III República, a Faculdade de Teologia deixou de pertencer à constituição universitária da França. Do mesmo modo, as normas republicanas portuguesas, ao defender a separação do Estado e da Igreja, aproximaram-se do novo paradigma francês e suprimiram o ensino religioso oficial na Universidade.

Numa segunda parte, dedicar-nos-emos aos Cursos de Ciências Históricas. Apesar de, durante o período estudado, não ter havido um curso autónomo de História, como houve de Filologia Clássica ou Filologia Germânica, dois houve, onde a componente histórica era dominante e compunha, de facto a base de toda a estrutura curricular desses cursos – o de Ciências Históricas e Geográficas (1911-1930) e o de Ciências Históricas e Filosóficas (desde 1926). Por esse motivo optámos por um título mais abrangente, incluindo tanto a vertente geográfica, que caracterizou o curso durante todo o lapso temporal estudado, como a vertente filosófica, inaugurada em 1926, e que teremos em conta até 1930.

Em primeiro lugar, iremos expor e analisar as diferentes reformas implementadas entre 1911 e 1930, ou seja, a legislação fundadora de Onze, os reajustes de 1918 e de 1926, e a duradoura Reforma de 1930, esboçada na tentativa reformista de 1929; temos também, de referir as mudanças introduzidas em 1916, respeitantes à cadeira de História de Portugal. Paralelamente, além das mudanças na secção de História, estas reformas tiveram também um papel determinante na dimensão historizante do ensino desenvolvido nas outras secções.

Visto não ter existido um curso exclusivo de Ciências Históricas até 1957, e no âmbito deste trabalho e dentro dos limites temporais referenciados, pareceu-nos oportuno e necessário dedicar algumas palavras às duas ciências que estiveram agregadas ao ensino da História, pois este manteve-se sempre como base essencial dos cursos: a Geografia e a Filosofia. A primeira, introduzida na vida universitária portuguesa por Francisco Xavier da Silva Teles em 1904, correspondia ao entendimento dos estudos geográficos como ciência dependente da História, teoria de influência francesa, que se manteve em Portugal, durante um longo período, apesar dos esforços do corpo docente de Geografia em fornecer-lhe o seu respeito como disciplina autónoma. A segunda nunca granjeou grande adesão estudantil, sendo o curso menos frequentado das Faculdades de Letras, e as suas cadeiras eram muitas vezes preenchidas pelos alunos de outras secções que estavam, segundo o plano curricular, obrigados à sua frequência. Esta diminuta frequência do curso de Filosofia e a sua própria composição, com uma maioria de cadeiras de História da Filosofia e sem grande espaço para a especulação filosófica, levaram os legisladores a optarem pela extinção do curso de Filosofia e a criação, em seu lugar, do de Ciências Históricas e Filosóficas.

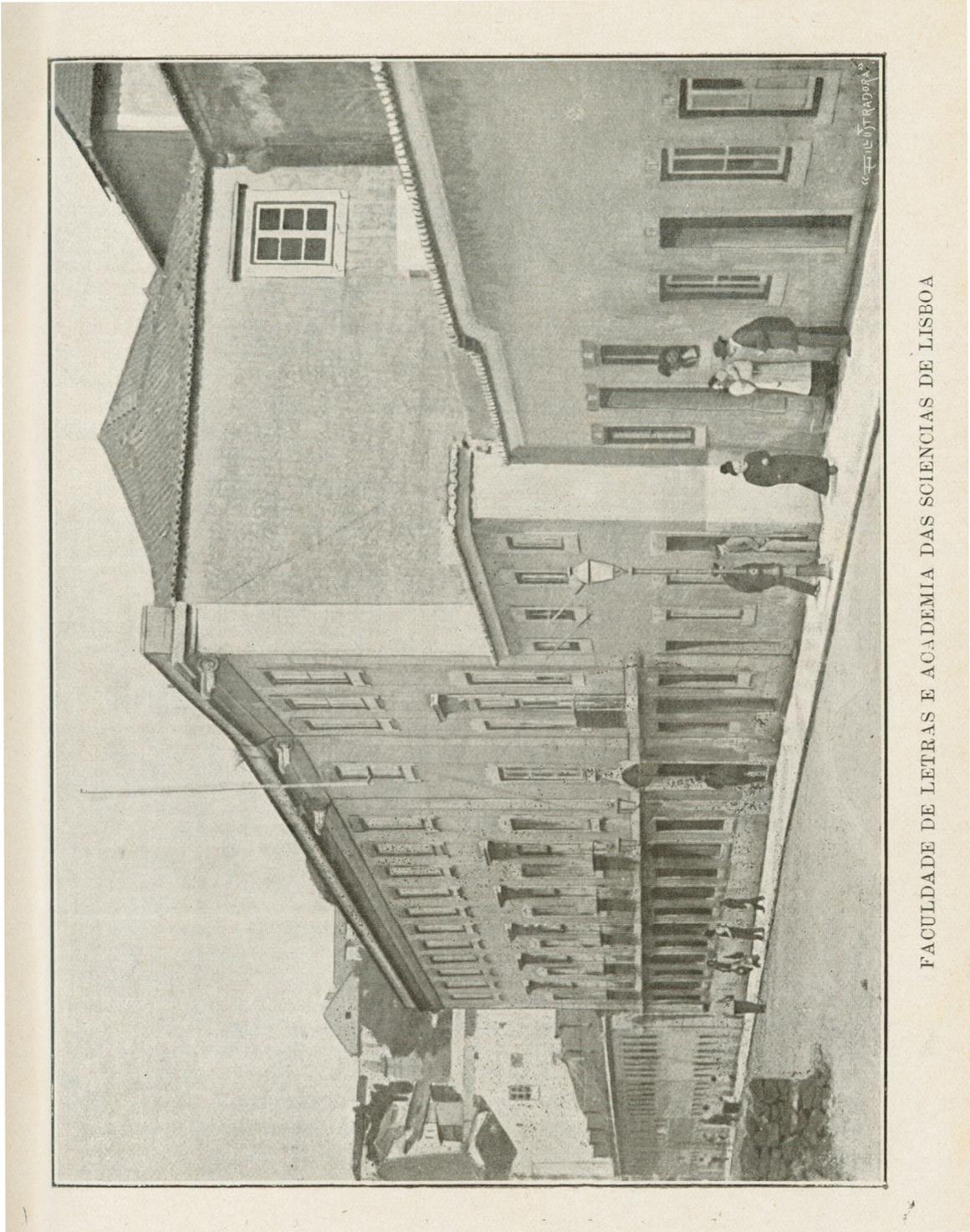
Assim, como a dependência da Geografia face à História não possibilitou grandes empreendimentos nos estudos geográficos, também a subordinação da Filosofia

ao Curso de Ciências Históricas bloqueou, por um lado, o incremento dos estudos filosóficos, e, por outro, a adopção de um pensamento histórico independente de uma ultrapassada filosofia da História, que já desagradara a alguns intelectuais no século anterior.

Num último ponto, dedicado à Historiografia na Secção de História da Faculdade de Letras de Lisboa, procuraremos compreender quais as influências presentes no ensino e nas próprias cadeiras dos Cursos de Ciências Históricas.

Importa aqui conhecer o trabalho que o Grupo de História e os seus principais professores efectuaram no domínio da historiografia: a História escrita e pensada por eles, a metodologia defendida, o valor da História, as épocas, a crítica, a apologia... Assim, através das influências historiográficas que tiveram um predomínio assinalável na produção histórica de cada professor, tentaremos perceber a História que teria sido divulgada nas suas aulas. Optámos por centrar essa análise na obra dos três principais docentes de História da Faculdade de Letras de Lisboa, entre 1911 e 1930: Queirós Veloso, Oliveira Ramos e Agostinho Fortes. De facto, foram os professores com maior relevo no ensino histórico da instituição, mas também, porque cada um deles representa tendências distintas no modo de entender a História. Neles encontramos as influências da historiografia positivista e republicana, a historiografia erudita e metódica, além da marca incontornável de Alexandre Herculano. Não iremos esquecer outras figuras da Faculdade de Letras e o seu contributo para o ensino e o pensamento historiográficos – caso de Leite de Vasconcelos ou Teófilo Braga.

Não procurámos delinear um estudo biográfico sobre os três docentes, a questão assenta em compreender as suas concepções e influências no que respeita ao seu pensamento histórico. Torna-se, assim, mais fácil tentar compreender e constituir um quadro com as temáticas e metodologias abordadas em cada uma das cadeiras leccionadas. Mais uma vez, foi-nos necessária a escolha das disciplinas que pudessem evidenciar as perspectivas historiográficas abordadas anteriormente, ou seja, as cadeiras de História Geral e de História de Portugal, estruturantes dos próprios cursos de Ciências Históricas.



FACULDADE DE LETRAS E ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, in *Anuário da Universidade de Lisboa*, 1916.

1. A Ideia de Faculdade de Letras – do Curso Superior de Letras à Universidade de Lisboa

1.1 - O Curso Superior de Letras (1858/59 – 1911)

1.1.1 - A Fundação, primeiro esboço da Faculdade de Letras

Para uma compreensão mais vasta e completa do estabelecimento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na Primavera de 1911, temos de ter em conta que ela surge através da reconversão do Curso Superior de Letras, fundado em meados do século XIX. Sem nos alongarmos demasiado no contexto em que este apareceu, não podemos deixar de referir, que a instituição estabelecida entre 1858 e 1859⁷ surge como resultado de uma pressão feita sobre o Estado de modo a dotar o país de uma escola superior de estudos humanísticos, ideia que advinha desde o setecentista Plano de Instrução de Francisco Garção Stockler⁸, que já defendia uma academia dedicada às

⁷ Optámos por separar a criação do Curso Superior de Letras em dois momentos distintos mas complementares: o Decreto da Vedoria da Casa Real de 30 de Outubro de 1858, no qual o rei D. Pedro V criava três cadeiras (História, Literatura Antiga e Literatura Moderna, especialmente a portuguesa) e a Lei de 8 de Junho de 1859, onde o governo de Fontes Pereira de Melo estabelecia, de facto, o Curso Superior de Letras de Lisboa, associando as três cadeiras de fundação régia às duas novas cadeiras de Filosofia Transcendente e História Universal Filosófica. O Curso surge efectivamente com a lei fontista, mas o mesmo não seria possível sem o impulso que D. Pedro V fomentou, através do seu decreto.

⁸ O *Plano de Instrução Nacional* apresentado em 1799, por D. Francisco de Borja Garção Stockler à Academia Real das Ciências de Lisboa era influenciado pelas teorias pedagógicas saídas da Convenção Francesa e estes ideais revolucionários aniquilaram a possibilidade de levar o plano de reforma à prática. Expulso da Academia Real da Marinha foi ao Brasil pedir justiça junto do Príncipe Regente D. João. Aí, o conde da Barca, pediu a D. Francisco para formular o plano geral e sistemático da instrução, de modo a aplicá-lo à nova realidade do Brasil, enquanto cabeça do império. O Plano Stockler dividia a instrução portuguesa em quatro estádios diferentes: 1º - pedagogias, 2º - institutos, 3º - liceus e 4º - academias. As academias correspondiam ao conjunto de escolas especiais ou de aplicação e de escolas de ciências abstractas ou ciências sociais, correspondentes às classes existentes na Sociedade Real das Ciências e das Artes – ciências matemáticas, ciências naturais, ciências sociais, literatura e belas-artes. Assim, formar-se-iam a Academia de Matemática, a Academia das Ciências Naturais, a Academia das Ciências Sociais, a Academia especial de Medicina, Cirurgia e Farmácia, a Academia especial militar, a Academia especial da Marinha e a Escola especial de Belas-Artes. A Academia de Ciências Sociais era composta por oito cadeiras, entre elas, a de *História da Legislação Nacional, História das Legislações Antigas e seus efeitos políticos, História Eclesiástica, História Filosófica e Política das Nações nos seus*

Letras. Um dos projectos mais interessantes foi apresentado em 1874, pelo professor coimbrão, António José Teixeira, que pretendia a conversão da Faculdade de Teologia numa Faculdade de Letras e a união das Faculdades de Matemática e de Filosofia numa de Ciências. Este plano viria a ser aplicado pelo Governo republicano, o que demonstra o entendimento do meio cultural português em relação ao ensino superior (muitos dos membros do Executivo haviam sido alunos de Coimbra).

O Curso Superior de Letras, um primeiro esboço⁹ de Faculdade de Letras, seria acrescentado em 1878 e mais tarde, em 1901, aqui numa grande reforma, que era o culminar dos esforços de Jaime Moniz, personagem intimamente ligada às alterações ocorridas no plano dos liceus portugueses, em 1895. Com essa reforma o Curso tomava uma estrutura curricular que apontava, claramente, para uma Escola Normal Superior, formadora do professorado liceal capacitado para a nova realidade do ensino secundário. Assim a reforma dos liceus de 1895 e a reforma do Curso Superior de Letras de 1901 estão ligadas, porque uma exigia a realização da outra, mas também por serem ambas obras de Jaime Moniz. Além disso, o novo papel da instituição superior ia ao encontro daquilo que muitos entendiam ser a função do Curso e até de uma futura Faculdade de Letras. Por outro lado, uma minoria, particularmente ligada aos meios científicos, preferia uma escola superior mais próxima do modelo alemão da Faculdade de Filosofia ou da francesa *École Supérieure des Hautes Études*, centros de ensino e de investigação.

Recíprocos Interesses e Negociações. Mantinha-se ainda a História enquanto acessória dos estudos das instituições políticas e religiosas. Rejeitado em sessão da Academia Real das Ciências de Lisboa, devido ao perigo do espírito revolucionário, o Plano Stockler acabou também por ser abandonado no Brasil, pela “hesitação sobre se devia executar-se na capital do Rio de Janeiro, se em São Paulo, com o clima mais temperado” (Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra...*, vol. IV, p. 11). Primeiramente abafado pelo conservadorismo da Academia das Ciências e pela relutância de Coimbra em se reformar, o plano acabou por se perder numa discussão bizantina acerca do clima mais propício ao estudo. Porém, na observação dos projectos que durante a primeira metade do século XIX apareceram em Portugal, podemos vislumbrar influências da proposta de Stockler. Teófilo Braga refere, em 1902, que a “marcha da instrução pública em Portugal no século XIX tem sido uma realização inconsciente desse Plano, [...], mas executada fragmentariamente e sem espírito filosófico pelos governos ilaqueados pela Universidade de Coimbra ou em reacção contra ela” (*Idem*, p. 12).

⁹ O próprio rei D. Pedro V referira a criação das três cadeiras, criadas no Outono de 1858, como um esboço: “a Faculdade de Letras aí a deixo esboçada, incompleta, é verdade, mas tal que já não são capazes de deixar de a completar” (Carta de D. Pedro V ao ministro da Fazenda, António José de Ávila, de 31 de Outubro de 1858). Cfr. Busquets de Aguilar, *O Curso Superior de Letras*, Lisboa, 1939, p. 11.

A primeira alteração do Curso consistia, pelo Decreto de 18 de Outubro de 1878¹⁰, na criação de uma cadeira de Língua e Literatura Sânscrita, Védica e Clássica (esta decisão acabava por reconhecer, indirectamente, o conselho dado pela Academia das Ciências de Lisboa ao Governo e a D. Pedro V de estabelecer uma cadeira de Línguas e Literaturas Orientais) e de uma cadeira de Filologia ou Ciência da Linguagem¹¹. A concretização desta cadeira, já proposta por Júlio de Vilhena no Parlamento e reforçada por uma representação do Curso, mostrava a necessidade da existência de uma cadeira de Linguística Geral Indo-Europeia e Especial Românica. Esta auxiliaria o estudo da língua sânscrita e aproximaria Portugal de outras instituições europeias.

A representação feita ao Governo, referindo o valor de Adolfo Coelho para a regência da cadeira, contava com o apoio de algumas das figuras mais destacadas da cultura portuguesa de então, como Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Latino Coelho, João de Deus, Batalha Reis, Luciano Cordeiro, Antero de Quental, Carolina Michaelis de Vasconcelos, ou Magalhães Lima, além do de estudiosos estrangeiros da Universidade de Berlim, entre outras escolas¹². Com a inclusão destas duas cadeiras, o Curso aumentava para três anos a sua duração.

Até 1901, o Curso Superior de Letras teve ainda duas alterações no plano curricular, em 1883 e 1893, que apenas deslocavam algumas cadeiras de ano, impedindo o desenvolvimento que a Reforma de 1878 e o pedido de reestruturação feito pelo Governo (1879) pareciam ter trazido. No final do ano de 1901, a política nacional voltou a ouvir os apelos dos docentes, em particular de Jaime Moniz, e possibilitou uma verdadeira reforma só comparável à acção de D. Pedro V e Fontes Pereira de Melo, alterando toda a composição do Curso Superior de Letras.

1.1.2 – A Reforma de 1901, o segundo esboço de uma Faculdade de Letras

O Decreto de 24 de Dezembro de 1901¹³ veio esclarecer de forma explícita a função concreta do Curso Superior de Letras no ensino português e acabou com a indefinição que a Lei de Fontes e que as reformas posteriores nunca ultrapassaram.

¹⁰ *Diário do Governo* nº 238 de 21 de Outubro de 1878.

¹¹ Adolfo Coelho, *Le Cours Supérieur de Lettres*, Paris-Lisboa, 1900, pp. 53-57.

¹² *Idem*, pp. 54-55.

¹³ *Diário do Governo* nº 294 de 28 de Dezembro de 1901.

Qual era a finalidade do Curso? Esta questão, que seria colocada por inúmeras figuras, a favor ou contra a concretização fontista, foi respondida por um pedagógico Jaime Moniz, preocupado em capacitar os liceus nacionais de um corpo docente capaz.

A Grande Reforma de 1901 era a concretização do esforço daquele, que desde 1867, vinha insistindo na função do Curso como escola do magistério secundário. Por outro lado, era a continuação óbvia da reforma liceal de 1895, dirigida pelo mesmo professor. O Curso passava a contar com onze cadeiras, mantendo as já existentes, mas alterando-se as suas designações. Esta decisão demonstrava a nova vocação que se pretendia dar à instituição:

a cadeira de *História Universal e Pátria* dividia-se em *História Pátria* e *História Antiga, da Idade Média e Moderna*, um avanço nos estudos históricos nacionais;

a cadeira de *Filologia Comparada*, passava a ser *Filologia Românica em Geral e Filologia Portuguesa em especial*;

a cadeira de *Literatura grega e Latina* tornava-se *Filologia Latina*;

a cadeira de *Literatura Moderna, especialmente a portuguesa*, sofria uma enorme e significativa mudança, dividindo-se em *Literatura Nacional e suas origens, Língua e Literatura Francesa e Línguas e Literaturas Alemã e Inglesa*, o que revela um aprofundamento dos estudos portugueses e das línguas estrangeiras.

A cadeira de *Filosofia* era mantida na sua designação tradicional, enquanto que a cadeira de *História Universal Filosófica* era extinta. Por fim criavam-se as novas cadeiras de *Geografia*, introduzindo os estudos geográficos no ensino superior português, a de *Pedagogia do ensino secundário* e de *História da Pedagogia em especial a metodologia do ensino secundário a partir do século XVI*. Ora, estas duas disciplinas são a marca evidente do propósito de Jaime Moniz. Por outro lado, e ao contrário da prática existente até aí no seio do Curso, instituía-se quatro cursos autónomos: Curso Geral (que mantinha a realidade anterior, reunindo a totalidade das cadeiras da escola); o Curso de Bibliotecário-Arquivista; o Curso de Habilitação para a Carreira Diplomática e o Curso de Habilitação para o magistério do Curso Superior de Letras e para o magistério liceal. Esta opção era a verdadeira razão de ser da nova reforma e a concretização daquilo que muitos entendiam ser o papel do Curso Superior de Letras, e até de uma Faculdade de Letras.

Foi esta a estrutura do Curso que durou até à Reforma de 1911, que estabeleceria a Universidade de Lisboa e a Faculdade de Letras, a velha aspiração de D. Pedro V e de

um grupo de professores que não olhavam para a instituição como apenas uma Escola Normal Superior.

1.1.3 – A herança do Curso Superior de Letras

Sendo antecessor da Faculdade de Letras, o Curso Superior de Letras deixou uma larga herança, que não se resumia apenas ao facto de ter sido a primeira instituição portuguesa dedicada ao ensino superior das humanidades. Antes de tudo, o plano curricular do Curso, aprovado em 1901, serviu em grande medida como inspiração à nova constituição e foi, aliás, um último esboço para os diplomas de 1911.

A Faculdade de Letras recém-criada instalou-se nas mesmas instalações da Academia das Ciências de Lisboa, no Convento de Jesus, que haviam sido a casa do Curso durante sessenta anos, com as mesmas carências e inconvenientes de um espaço pouco preparado para receber uma escola e a necessitar de obras de fundo. Com os anos e o aumento do número de alunos, as necessidades também aumentaram, tornando a situação mais precária. Apesar destes problemas, a Faculdade de Letras de Lisboa manteve-se instalada na Academia das Ciências até à inauguração da Cidade Universitária em 1958, quando foi transferida para um edifício mais apropriado e assumindo um lugar de destaque frente à Faculdade de Direito de Lisboa e ladeando a Reitoria da Universidade.

Também o corpo docente do Curso se manteve no velho edifício e foi incorporado na nova Faculdade de Letras, a começar pelo director daquele, José Maria Queirós Veloso, o primeiro a ser eleito para a direcção da Faculdade¹⁴. Além dele, os restantes docentes passavam para o quadro da Faculdade: José Maria Rodrigues, David Lopes, Joaquim Silva Cordeiro, Agostinho Fortes, Francisco Silva Teles, Manuel Oliveira Ramos, Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Sebastião Dalgado¹⁵.

¹⁴ Queirós Veloso foi eleito director da Faculdade de Letras de Lisboa a 17 de Outubro de 1911, em sessão do Conselho da Faculdade, com nove votos. Um voto solitário foi ganho por Adolfo Coelho. Arquivo da Faculdade de Letras de Lisboa, *Livro das Actas do Curso Superior de Letras*, tomo 3, folha 31.

¹⁵ Estes professores ocupavam, respectivamente, no Curso as cadeiras de Filologia Latina (Rodrigues), Língua e Literatura Francesa e Árabe (David Lopes), Filosofia (Silva Cordeiro), História Antiga, da Idade Média e Moderna (Fortes), Geografia (Silva Teles), História Pátria (Oliveira Ramos), Filologia Românica e Pedagogia (Adolfo Coelho), Literatura Portuguesa (Teófilo), Língua e Literatura Sânscrita (Dalgado).

Ao integrarem o novo corpo docente, os antigos professores do Curso foram divididos em três categorias distintas: professor catedrático (José Maria Rodrigues, Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Queirós Veloso, Oliveira Ramos, Silva Teles e Silva Cordeiro), professor extraordinário (Agostinho Fortes e David Lopes) e professor contratado de línguas (lugar apenas ocupado, após a recondução do professor Alfredo Apell do Curso para a Faculdade).

Queirós Veloso detinha a cadeira de História da Pedagogia. Apenas o professor Alfredo Apell (Língua e Literatura Alemã e Inglesa) não passava, imediatamente, para a Faculdade, sendo pouco depois contratado.

1.2 – O Estabelecimento da Faculdade de Letras de Lisboa (1911)

1.2.1 – A questão da Faculdade: a ideia e as concretizações

A ideia de uma Faculdade de Letras, a sua relevância e o seu objectivo dentro do ensino superior europeu, ocupou e preocupou um certo grupo de intelectuais e sucessivos governos ao longo do século XIX e no início do século XX. Sendo indesmentível a importância que a educação assumiu com o desenvolvimento do pensamento liberal na transição do Iluminismo setecentista para o despontar do Romantismo de génese alemã, seria na Alemanha que o debate sobre o valor da velha Faculdade de Filosofia (denominada Faculdade de Artes nos países latinos e na Grã-Bretanha) face às restantes Faculdades abalaria os fundamentos da tradicional composição universitária.

Para muitos, a Faculdade de Filosofia ou de Artes constituía um estágio de preparação para as chamadas Faculdades superiores – Direito ou Leis e Cânones, Teologia e Medicina. Em Portugal, essa realidade verificava-se em Coimbra com as Faculdades de Filosofia¹⁶ e Matemática.

Ainda antes de terminar o século XVIII, Immanuel Kant, n' *O Conflito das Faculdades*, tratava da questão da destrição entre as quatro Faculdades tradicionais, partindo do princípio que tal divisão se devia ao interesse do Estado no fundamento de cada instituição. Para o filósofo alemão, a estrutura universitária encontrava-se de acordo com a concepção na qual, o seu ensino auxiliaria o Estado a manter o povo “controlado”, como por exemplo, a importância da Faculdade de Teologia, responsável pela formação do clero prussiano e essencial na “doutrinação” ideológica do Povo, em relação ao Estado¹⁷. Em clara oposição a este entendimento, Kant defendia a importância da Faculdade de Filosofia, que poderia “reivindicar todas as disciplinas para submeter a exame a sua verdade”¹⁸. De um carácter propedêutico, a Faculdade “inferior” passaria a uma posição dominante, de cúpula de todo o ensino universitário,

¹⁶ Temos de ter em atenção que a designação de Filosofia apenas se reportava ao estudo das ciências naturais e não na concepção alemã de Faculdade de Filosofia.

¹⁷ “Vê-se bem que, nesta divisão e denominação, não foi consultada a ordem dos eruditos, mas o governo. Com efeito entre as Faculdades superiores contam-se somente aquelas em cujas doutrinas o governo está interessado”, Immanuel Kant, *O Conflito das Faculdades*, Lisboa, 1993, p. 21.

¹⁸ I. Kant, *op. cit.*, p. 32.

livre da ingerência doutrinal do Estado¹⁹. Por conseguinte, as Faculdades superiores, sujeitas ao controlo do poder político, passariam a ser “inferiores” à da Filosofia, departamento indispensável na composição da Universidade, receptáculo da razão e da verdade, necessárias à constituição do Homem. Afirmava Kant, “quanto às três Faculdades superiores, ela [Faculdade de Filosofia] serve para as controlar e lhes ser útil, porque tudo depende da *verdade* (a essencial e primeira condição do saber em geral).”²⁰.

O pensamento kantiano, que não só alterou a realidade filosófica da Europa, possibilitou o desenvolvimento de uma concepção da Faculdade “inferior”, na qual o saber científico e a importância do estudo imprimiriam a nova forma de vê-la²¹. Ajudaria, também, a construir um novo modelo universitário alemão, presente na fundação daquela que seria um dos paradigmas mais apreciados de universidade, a Universidade de Berlim, em 1810, certamente a primeira, onde a Faculdade de Filosofia ocupava um lugar de destaque, nunca antes atribuído a uma sua congénere, inaugurando o conceito de união entre ensino e investigação científica.²²

Em Kant, a Faculdade de Filosofia deveria comportar dois departamentos distintos: um do “*conhecimento histórico* (a que pertence a História, a Geografia, o conhecimento erudito da língua, a humanística com tudo o que a ciência natural apresenta de conhecimento empírico); o outro, dos *conhecimentos racionais puros* (Matemática pura, Filosofia pura, Metafísica da Natureza e dos costumes)”²³.

A importância atribuída à Faculdade de Filosofia na Alemanha seria responsável por torná-la no centro de emergência de velhas “matérias” como verdadeiras ciências, onde o estudo, a investigação e o ensino se uniam, como no caso da História, da Filologia ou das ciências naturais. Para Richard Anderson, a preferência de Kant e Humboldt pela Faculdade de Filosofia “was part of a general emphasis in German

¹⁹ “Porque deve responder pela *verdade* das doutrinas que tem de acolher ou até só admitir e, nesta medida, como livre e unicamente sob a legislação da razão, não sob a do governo”, *Idem*, p. 31.

²⁰ I. Kant, *op. cit.*, p. 31

²¹ “The philosophy faculty, [...], should be the home of speculation and intellectual freedom, advancing knowledge and stablishing new truths which would eventually feed into specialist teaching”, R. Anderson, *European Universities from the Enlightenment to 1914*, Oxford, 2004, p. 53

²² “The foundation of Berlin University in 1810, as the *most importante caesura* in 800-year-old tradition of the European universities, because it introduced the concept of the fusion of teaching and research”, Anderson, *op. cit.*, p. 3.

²³ I. Kant, *op. cit.*, p. 32.

idealist and romantic thought on the *unity of knowledge*”²⁴, unidade presente na concepção da Faculdade, *Letras e Ciências*, e no método de educação, *ensino e investigação científica*. Este último tornou-se a base de qualquer universidade.

Esta alta missão científica levou muito tempo a consolidar-se em Portugal, e talvez ainda hoje não seja uma forma de ver o papel da Universidade. No início do século XIX, essa indiferença pela Faculdade “inferior” era dominante e apenas, a vertente das ciências matemáticas e naturais se encontrava inserida no ensino superior português²⁵. Essa realidade só seria alterada com o Curso Superior de Letras, mas esse novo pensamento científico não entraria seriamente na mentalidade nacional, relutante em admitir o estudo e a importância das Humanidades na Universidade, ao contrário daquilo que se praticava na Alemanha.

Sempre devedor da cultura francesa, através da criação do Curso Superior de Letras, Portugal optava pela concepção universitária estabelecida em França com a Reforma Napoleónica de 1808-1811²⁶. Contrariando a unidade alemã, os franceses decidiam-se pela constituição de cinco Faculdades, que formariam o modelo clássico da Universidade de matriz francesa – Direito, Teologia, Medicina, Letras e Ciências – resultando do espírito pragmático do Iluminismo.²⁷ Assim sendo, a intelectualidade e a política portuguesas escolheriam o modelo francês, afastando-se, em parte, da unidade germânica. Apesar das oposições de Coimbra a uma mudança curricular que inserisse os estudos humanísticos na Universidade, a opção foi sempre pela constituição de duas Faculdades autónomas, como podemos verificar nos projectos apresentados durante todo o século XIX. Deste modo não seria de estranhar a criação do Curso Superior de Letras, que reunisse, exclusivamente, os estudos históricos, filosóficos e literários (excluindo-se a Geografia, que Kant referira como integrante dos conhecimentos humanísticos), em contraposição aos estudos das ciências matemáticas e da Natureza.

²⁴ R. Anderson, *op. cit.*, p. 57

²⁵ Em Coimbra, a Reforma Pombalina era muito curta em relação aos estudos humanísticos, com a introdução da cadeira de Filosofia Moral e Racional, que seria extinta pouco depois (1791), além, por exemplo, das cadeiras propedêuticas de História nas Faculdades de Direito ou Teologia.

²⁶ Decreto de 17 de Março de 1808, Antoine Prost, *Histoire de l'enseignement en France 1800-1967*, Paris, 1968, p. 501.

²⁷ “The french division between letters and sciences which deriveed from the practical spirit of the Enlightenment”, Anderson, *op. cit.*, p. 57.

Por outro lado, enquanto a questão entre divisão ou unidade das Letras e Ciências parecia não levantar grandes debates (optando-se pela primeira), a discussão sobre a necessidade ou não de uma escola superior de humanidades crescia, em particular, com o desenvolvimento da legislação sobre o ensino secundário. Com ela, transferia-se o objectivo da Faculdade de Letras, de propedêutica dos “estudos superiores”²⁸, para a função de centro formador do professorado liceal. Mais uma vez, Portugal opunha-se ao exemplo alemão, bloqueando a missão científica de uma Faculdade de Letras e procurando aplicar-lhe os fundamentos da Escola Normal Superior francesa. O projecto de dar ao Curso Superior de Letras esse cariz pedagógico, foi fortemente marcado por Jaime Moniz, figura central da reforma dos liceus em Portugal no final do século.

Podemos concluir que, durante a primeira metade do século XIX, a “Faculdade de Letras” fora vista como estádio preparatório para o verdadeiro ensino superior, tornando incompreensível a necessidade do ensino secundário; na outra metade, o Curso seria entendido como escola de formação de professores de liceu²⁹.

Após a constituição do Curso Superior de Letras, o desejo de algumas figuras em dotar o país com uma instituição de ensino que se aproximasse das suas congéneres europeias continuou activo. Enquanto Moniz mantinha inabalável o seu desejo de transformá-lo em Escola Normal Superior, conseguindo realizá-lo com a Reforma de 1901, que apenas não lhe deu o nome³⁰, outros iniciavam uma “luta” junto do Governo,

²⁸ A defesa desta concepção ainda se manteria durante a década de 1870: Manuel Emídio Garcia entendia que os estudos histórico-filosóficos e literários deveriam ser utilizados no “amadurecimento” dos espíritos juvenis e no melhoramento das capacidades intelectuais daqueles que ingressassem nas chamadas Faculdades superiores (Manuel Emídio Garcia, “Importância dos estudos históricos nas ciências jurídicos-sociais e o ensino da História em Portugal”, *O Instituto*, vol. XIX, nº 4, 1874.)

²⁹ O projecto de José Maria de Abreu apresentado ao Parlamento em 1857, apresentava um Curso Superior de Letras, como passagem obrigatória a todo aquele que pretendesse ingressar na Universidade; enquanto que a partir de 1866, Jaime Moniz assumia a intenção de transformar o já existente Curso Superior de Letras, numa instituição de preparação de docentes secundários.

³⁰ Busquets de Aguilar afirma que esta reforma aproximava o Curso Superior de Letras de uma Faculdade de Letras; Busquets de Aguilar, *op. cit.*, p. 112. Mesmo que a Reforma de 1901 tenha estado na base da reforma republicana de Onze, basta pensarmos que o curso mais importante da escola se tratava do Curso de habilitação para o magistério secundário e a introdução de cadeiras de Pedagogias vocacionava-se para o ensino nos liceus, para percebermos o real objectivo da Reforma. Se fosse aproximá-lo de uma Faculdade de Letras, era para uma Faculdade cuja verdadeira função era de Escola Normal Superior.

através das respostas a pedidos deste para a reestruturação do Curso, onde expunham a sua concepção de escola superior de humanidades.

Entre os inúmeros projectos apresentados para a reorganização do Curso Superior de Letras optámos por escolher dois, elaborados por eminentes professores, um por antever a reforma republicana (o de Adolfo Coelho) e o outro por defender uma vertente pouco debatida sobre a Faculdade de Letras (o de Teófilo Braga)³¹.

Em 1879, Teófilo Braga, aproveitando o primeiro dos vários pedidos efectuados pelos governos de José Luciano de Castro (seguir-se-iam os de 1889 e 1899), expôs um projecto de Faculdade Sociológica, devedor da sua dedicação ao Positivismo³². Esta instituição estaria dividida em duas partes – a Geral, instalada em Lisboa e a Prática, em Coimbra – e que, segundo o seu autor, “facilmente se elevaria a esta altura na hierarquia do ensino superior, se um governo inteligente e mais interessado no desenvolvimento da instrução nacional completasse o quadro dos estudos necessários a esta Faculdade agregando-lhe algumas cadeiras de disciplinas humanistas, que se acham deslocadas e sem eficiência em outros estabelecimentos”³³. Deste modo, Teófilo propunha agregar cadeiras como Paleografia (existente na Torre do Tombo), Economia Política (leccionada na Escola Politécnica) ou Direito Internacional (da Escola do Exército). Com o recurso às cadeiras do Curso e de outros institutos, Teófilo projecta uma *Parte Geral*, inspirando-se na divisão comtiana da Sociologia – “Estática Social” (que incluía as disciplinas de *História ante-história*³⁴; *Etnologia e Arqueologia*; de *Glótica e Ciências das Religiões*; uma cadeira dividida em *Língua védica e sânscrita e literaturas correspondentes* e em *Língua grega, latina e alemã*; e de *Língua Hebraica e Árabe com literaturas correspondentes*) e “Dinâmica Social” (que incluía *Psicologia ou Fisiologia psíquica*; *Filosofia da Arte e sua História especialmente da Arte Portuguesa*; *Moral e Economia Política*; *Direito Filosófico, Político e Moral*; *Literatura novo-latina, especialmente a literatura portuguesa e Diplomática*; e *História Universal Filosófica*), numa reunião curricular que apontava, quase exclusivamente, para o desenvolvimento

³¹ Cfr. Sérgio Campos Matos, “O Curso Superior de Letras e a vulgarização Histórica em Portugal: Projectos em confronto (1858-1901)”, in *Actas do Congresso “História da Universidade”*, Coimbra, 1911, pp.

³² Publicado por Busquets de Aguilar na sua obra *O Curso Superior de Letras*, Lisboa, 1939.

³³ Busquets de Aguilar, *op. cit.*, p. 390

³⁴ Esta é a primeira referência a uma cadeira de Pré-História, que apenas a Reforma de 1957 inseriria no plano de estudos das Faculdades de Letras portuguesas.

do pensamento positivista. Este projecto, no entender de Busquets de Aguilar, não tinha em atenção as necessidades do país e da sua educação.

Na *Parte Técnica*, leccionada a partir de Coimbra, seriam criados três cursos distintos: o de Direito (com cadeiras de *Direito Civil, Direito Criminal, Processo Civil e Criminal, Direito Comercial e Processo Comercial*); o de Administração (*Direito Administrativo, Direito Eclesiástico Português, Direito Financeiro, Estatística e Higiene Pública, Direito Político e Direito Internacional das Gentes*) e o de Belas Artes³⁵ (*Música e Declamação, Pintura e Escultura, Architectura e Jardinagem*). A secção técnica da instituição proposta por Teófilo Braga seria autónoma da parte geral, excepto, “na parte dogmática e complementar das doutrinas”³⁶, mantendo em toda a extensão do seu ensino o pensamento comtiano no qual se alicerçava a sua constituição. Por esse motivo, podemos acreditar que a cadeira de História das Ciências Sociais, semelhante a uma introdução geral da Faculdade Sociológica, seria comum a todos os alunos de ambos os “departamentos”.

Sabemos que tal projecto não logrou aprovação, mas ignoramos porquê; se tal deveu a uma oposição ideológica dentro do Curso ou em outros meios científicos, se à velha razão governativa de não haver dinheiro para criar um novo leque de cadeiras (que exigiria novos docentes), ou ainda, se devido à interferência da Universidade de Coimbra, que sofreria uma reestruturação nem sempre bem interpretada.

Num projecto de 1894, do também professor do Curso Superior de Letras, Francisco Adolfo Coelho, apresentava-se um plano de reforma do ensino superior português, muito semelhante àquele que viria a ser adoptado pelo Governo Provisório da República. Propunha-se a criação das Universidades de Lisboa e do Porto, através da reconversão de instituições já existentes em cada uma das cidades. Por conseguinte, na capital, a Escola Politécnica, a Escola Médico-Cirúrgica e o Curso Superior de Letras, tornar-se-iam, respectivamente, a Faculdade de Matemática e Ciências Naturais, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Ciências Mentais e Históricas, sendo criada uma nova escola, a Faculdade de Ciências Administrativas, também dedicada à administração colonial³⁷.

³⁵ Apesar de o curso de Belas-Artes se inserir na Parte Técnica da Faculdade Sociológica, seria ministrado em Lisboa e não em Coimbra, como a restante componente mais prática.

³⁶ Citado por Busquets de Aguilar, *op. cit.*, p. 392.

³⁷ Adolfo Coelho, “Questões Pedagógicas”, in *O Instituto*, Coimbra, 1911, p. 132.

Na Faculdade de Ciências Mentais e Históricas ficaria representado o ensino da História, da Filologia e da Filosofia, entre outros, chegando Adolfo Coelho a sugerir a reunião entre esta e a Faculdade de Ciências Administrativas (que leccionaria as ciências sociais). Para este professor, esta Faculdade seria, mais correctamente, uma “Faculdade de ciências sociais e suas aplicações administrativas”³⁸, juntando, assim, o conjunto das “ciências que Stuart Mill classificou de mentais e os alemães denominam de ciências do espírito”³⁹, revelando o apreço que tinha pelo ensino germânico.

Enquanto que o projecto de Teófilo Braga nem sequer teve grande impacto nas gerações seguintes, que debateram a questão da Faculdade de Letras⁴⁰, o plano de Adolfo Coelho apresenta claras semelhanças com a Reforma de 1911. Assim, se por um lado, o primeiro representa uma inovação dentro das diferentes propostas discutidas durante o século XIX, por outro lado, o segundo, mais comedido, encontra-se mais em sintonia com o entendimento geral de uma composição universitária.

Contudo, não podemos deixar de ter em conta, que aquando da criação das Faculdades de Letras (em Lisboa e Coimbra), os seus organizadores partiram, antes de mais, do modelo já existente no Curso Superior de Letras, estruturado dentro dos parâmetros da nova Reforma de 1901, adaptando algumas propostas feitas durante a sua vigência.

1.2.2 – A criação da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Letras

Após a Revolução de 5 de Outubro de 1910, o novo Governo Provisório da República não descuidou os assuntos relativos à educação nacional em todos os seus níveis: do ensino primário, que mereceu uma cuidada atenção por parte dos governantes, ao ensino superior, que necessitava de reformas urgentes, passando pelos ensinos secundário⁴¹ e técnico.

³⁸ *Idem*, p. 137

³⁹ *Idem, ibidem*.

⁴⁰ Das cadeiras propostas, apenas a de Ciência das Religiões (que podemos ver como embrião da futura História das Religiões) e a divisão entre as diferentes literaturas poderão ter influenciado os legisladores. Além disso a sua estrutura nem foi considerada para uma possível composição universitária.

⁴¹ Porém, a reforma republicana no ensino primário e universitário, “não teve paralelo no ensino secundário”, mas “não se pode dizer, que o ensino secundário tivesse ficado de todo esquecido”, Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, 2001, p. 682.

No ensino superior verificou-se uma verdadeira revolução institucional. O país passaria a dispor de três universidades, ao invés da secular e única Universidade de Coimbra. As novas academias de Lisboa e do Porto agregariam escolas já existentes nas duas cidades, compondo as novas instituições universitárias.

Assim, na capital, a antiga Escola Médico-Cirúrgica, a Escola Politécnica, o Curso Superior de Letras e a Escola de Farmácia, passavam a ser, respectivamente, as Faculdades de Medicina, de Ciências, de Letras e a Escola Superior de Farmácia (mais tarde Faculdade), ou seja, aproveitavam-se as escolas que Lisboa já dispunha dando-lhe, então, um revestimento universitário, equiparando-as às Faculdades da Universidade de Coimbra. A única novidade era a Faculdade de Estudos Sociais, instituída em 1913, embrião da Faculdade de Direito de Lisboa, obra de Afonso Costa, uma medida importante para atingir o domínio coimbrão, pois a Faculdade de Direito de Coimbra estava associada à formação da classe dirigente portuguesa.

No Porto, procedia-se da mesma forma, transformando-se as antigas Escola Médico-Cirúrgica, Academia Politécnica e Escola de Farmácia, em Faculdades de Medicina, de Ciências e Escola Superior de Farmácia (seria *elevada* a Faculdade na mesma altura que a de Lisboa).

Na velha Universidade da cidade do Mondego, a reestruturação ocorria no interior da própria instituição, de acordo com a nova legislação, reunindo-se as Faculdades de Matemática e de Filosofia, em Faculdade de Ciências, transformando-se a Faculdade de Teologia em Letras e mantendo-se, apenas, as Faculdades de Medicina e Direito, que seriam reestruturadas com novos planos curriculares inerentes à recém estabelecida ordem política nacional.

A nova Constituição Universitária Portuguesa, instituída pelo Decreto de 19 de Abril de 1911⁴², impunha uma nova realidade no ensino superior, terminando com o criticado monopólio coimbrão⁴³ e atribuindo às academias de Lisboa e do Porto, o reconhecimento como instituições universitárias. Joaquim Ferreira Gomes entende a nova reforma universitária a partir de duas perspectivas: as reformas pontuais, que procuraram adaptar a Universidade de Coimbra à nova ideologia de regime; e as reformas estruturais, que estabeleceram as novas universidades lisboeta e portuense e a reestruturação de Coimbra (como a extinção da Faculdade de Teologia e a sua

⁴² *Diário do Governo* nº 91 de 20 de Abril de 1911.

⁴³ Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 687-688.

reconversão em Faculdade de Letras e a reunião das Faculdades de Matemática e de Filosofia em Faculdade de Ciências)⁴⁴.

Tendo em conta estas perspectivas, a nova realidade académica, que se erguia sobre a já existente, significava uma ruptura, em especial no plano ideológico, manifestado na “tentativa de introduzir na Universidade uma *pedagogia* nova: menos verbalista, menos dogmática, menos teórica, menos livresca e mais *dialogante*, mais centrada no aluno e sobretudo mais centrada na realidade”⁴⁵. A aplicação desta nova pedagogia visava criar em Portugal um paradigma semelhante ao das universidades estrangeiras, que eram centros de produção de quadros especializados e centros de investigação e não apenas de formação de políticos, ou seja, tentava-se aplicar o modelo desenvolvido na Alemanha de Oitocentos e, mais tarde, transposto para outros países como a França e os Estados Unidos⁴⁶.

Porém, se a nova constituição universitária representava, pedagogicamente, uma cisão com o passado académico português, no sentido de procurar desenvolver uma nova estrutura no ensino superior, o modelo adoptado pelos legisladores republicanos mantinha uma certa continuidade com o entendimento que a intelectualidade universitária nacional defendia relativamente ao paradigma universitário – o modelo clássico francês. A legislação de Onze aproximava-se da aplicação deste paradigma, especialmente em Lisboa e em Coimbra. Estas duas novas Universidades apresentavam a tradicional composição de quatro Faculdades – Direito, Medicina, Letras e Ciências (acrescida da Escola de Farmácia) – sendo mais tarde acrescentadas com novos institutos.

Outra inovação importante na reforma de 1911 foi a constituição das Escolas Normais Superiores, em Lisboa e Coimbra, junto das respectivas Faculdades de Letras e de Ciências, o que rompia com a habitual opinião de que a Faculdade de humanidades tinha por objectivo a formação do magistério secundário. Neste aspecto, operava-se uma relevante cisão com a dinâmica do Curso Superior de Letras, essencial para o

⁴⁴ Joaquim Ferreira Gomes, “Reforma Universitária de 1911”, *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990, pp. 269-299.

⁴⁵ *Idem*, p. 298.

⁴⁶ “A ruptura manifestou-se também, [...], numa grande e constante insistência na necessidade de os professores fazerem investigação científica e de iniciarem os alunos nessa mesma investigação” (J. Ferreira Gomes, *op. cit.*, p. 299), abandonando-se o sistema quase escolástico existente em particular em Coimbra.

desenvolvimento de uma verdadeira instituição de produção científica⁴⁷. Nem todos entendiam o Curso Superior de Letras como o fizera Jaime Moniz e os defensores da Escola Normal Superior, nem apreciaram a Reforma de 1901 que bloqueava o seu alargamento como um centro de ciência. A nova reforma do Governo Provisório apontava, pois, noutra direcção, mais em consonância com os nossos vizinhos europeus e de além-Atlântico.

No Decreto com força de Lei de 19 de Abril de 1911, obra do ministério do Interior (que detinha a instrução nacional) estabelecia-se, entre outros, a Universidade de Lisboa, constituída por um núcleo de ensinamentos puramente científicos – a Faculdade de Ciências (que compreendia as ciências matemáticas, físico-químicas e histórico-naturais) e a Faculdade de Letras (destinada às ciências filológicas, históricas, geográficas e filosóficas)⁴⁸.

As novas Faculdades de Letras foram institucionalizadas pelo Decreto de Lei de 9 de Maio de 1911, também ele saído do ministério do Interior, mas ao que parece, elaborado com a colaboração de José Maria Queirós Veloso e António de Vasconcelos⁴⁹. Na sessão do Conselho do Curso Superior de Letras realizada a 8 de Fevereiro de 1911, refere-se que o então director, Queirós Veloso, informava que o Director-geral da Instrução Secundária, Superior e Especial lhe anunciara a intenção do novo governo de criar a Universidade de Lisboa e de transformar o Curso Superior de Letras em Faculdade de Letras. Além disso, o director da escola pedia, também, que o corpo docente “elaborasse um plano relativo à mesma reforma”⁵⁰, à semelhança dos pedidos que os governos monárquicos (em particular os progressistas de José Luciano

⁴⁷ Dizia Teófilo Braga a propósito da fundação do Curso Superior de Letras: “mas a nova fundação não habilitava para os cargos públicos, e isto a fazia considerar um luxo literário. Era justamente esse carácter que a tornava uma escola impulsionadora de novas doutrinas, que a destacava na nossa organização pedagógica, que os programas para um fim imediato levavam à estabilidade da cultura científica [...]. Este espírito altamente filosófico não foi compreendido, e tendia mesmo a ser desnaturado desde que tentassem fazer do Curso Superior de Letras uma escola normal da instrução secundária” (*História da Universidade de Coimbra...*, tomo IV - 1801-1872, Lisboa, 1902 p. 202).

⁴⁸ Artigo 4º a) do Decreto com força de Lei de 19 de Abril de 1911.

⁴⁹ Não nos foi possível confirmar a veracidade das afirmações presentes no *Elogio Histórico* ao professor Queirós Veloso, uma vez que os documentos do Ministério do Interior relativos ao ensino superior não se encontram organizados. *Elogio do Prof. Dr. José Maria Queirós Veloso*, Lisboa, 1959.

⁵⁰ Arquivo Histórico da Faculdade de Letras de Lisboa, *Livro das Actas do Curso Superior de Letras*, III, folha 22, [s.d.].

de Castro) lhe haviam dirigido durante a existência da instituição. Na reunião, o Conselho concordou que cada professor estudasse a questão, deixando a discussão para um encontro posterior. Também em Coimbra, existiu essa preocupação de debater a futura estrutura da Faculdade de Letras⁵¹.

Na sessão de 13 de Fevereiro, já sem a presença de Teófilo Braga⁵², Adolfo Coelho informou os presentes que elaborara anteriormente projectos a respeito das Faculdades de letras, ficando encarregue de distribuí-los pelos outros professores para uma futura discussão⁵³. E o director lembrava que “na reforma, é preciso ter em vista que além de continuar o Curso uma escola normal superior, ficará sendo também uma Faculdade de Letras”⁵⁴, levando-nos a crer que o objectivo inicial do Governo, do Ministério, da Direcção-Geral ou até dos próprios indivíduos encarregues de elaborar a reforma universitária, era manter a matriz da Reforma de 1901, alargando-a apenas a uma realidade mais vasta, que era a Faculdade de Letras. Em todo o caso, podemos ver nas palavras de Queirós Veloso a diferença que alguns viam entre a Faculdade e a escola normal superior, no que respeita a objectivos e à pedagogia aplicados a cada uma das instituições. Todavia, esta realidade acabaria alterada, com a separação posterior entre ambas as escolas, decretada em Maio de 1911⁵⁵.

Entretanto, outras vozes se ergueram na discussão sobre a elaboração do plano das novas Faculdades de Letras. O professor Silva Teles, representando de certo modo a vertente sociológica encabeçada por Teófilo Braga (agora ausente), apelava para o

⁵¹ “[...] um projecto para a criação de uma Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra foi elaborado por um grupo de professores da Faculdade de Teologia, no qual se destacou o Dr. Joaquim Mendes dos Remédios. Sem dúvida que o Curso Superior de Letras de Lisboa (que se transformou em Faculdade de Letras da Universidade lisiponense) não teria deixado de ser um *modelo* tido em consideração”. Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República. (1910-1926)*, Lisboa, 1990, p. 84.

“[...] na congregação de 23 de Maio de 1911 da Faculdade de Teologia, a que presidiu o Reitor, Dr. Daniel de Matos, o Dr. Mendes dos Remédios, em nome da comissão encarregada de formular o projecto sobre a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, apresentou, como relator, o seu trabalho, o qual, depois de discutido, foi plenamente aprovado, com um voto de louvor à comissão, pelo zelo e competência com que o elaborou”. *Idem*, p. 78.

⁵² A ausência de Teófilo Braga, justificada devido ao seu cargo de presidente do Governo Provisório da República, estendeu-se nas sessões seguintes do Conselho do Curso.

⁵³ Adolfo Coelho fazia menção do seu plano de 1894. Nesse mesmo ano, *O Instituto* voltava a publicá-lo.

⁵⁴ Arquivo do Curso Superior de Letras, *Actas do Conselho do Curso Superior de Letras*, folha 22.

⁵⁵ Artigo 4º d) do Decreto de 9 de Maio de 1911.

conveniente de a nova escola vir a albergar o estudo das ciências sociais⁵⁶, o que contrariava o plano tradicional de uma Faculdade dedicada às Humanidades (História, Filosofia e Filologia) e a intenção do ministro da Justiça, Afonso Costa, que pretendia criar uma Faculdade de Direito, que incluísse os Estudos Sociais. Este apelo de Silva Teles poderia ter encontrado receptividade noutros professores, como Adolfo Coelho ou Teófilo Braga, porém, a Faculdade de Estudos Sociais de Afonso Costa prevaleceu⁵⁷.

A discussão relativa à estrutura de uma futura Faculdade de Letras manteve-se nas sessões seguintes, durante os meses de Fevereiro e Março, mas as actas do Conselho escolar não referem os pontos discutidos, nem as posições assumidas por cada um dos professores ou a exposição de planos apresentados. Do mesmo modo, não existem projectos referidos, exceptuando a indicação a Adolfo Coelho e a proposta demasiadamente abrangente de Silva Teles.

Porém, a proximidade entre o Conselho do Curso Superior de Letras e o Governo Provisório e a estrutura educativa estatal, visível em figuras como Teófilo Braga e Queirós Veloso (membro da Direcção Geral do Ensino Secundário, Superior e Especial), leva-nos a acreditar que terão existido, nas reuniões, propostas muito similares ao modelo posteriormente adoptado. Além do mais, o Curso Superior de Letras era a única instituição superior de estudos humanísticos no país e viria a ser utilizado como matriz para as mudanças implementadas pelo novo regime. Por outro lado, a referência a António de Vasconcelos demonstra que a comissão encarregue de elaborar a estrutura das novas Faculdades teria, também, procurado a opinião dos professores da Faculdade de Teologia, em breve reconvertida em Faculdade de Letras.

O Decreto de 9 de Maio de 1911 referia que as novas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa tinham por fim “o aperfeiçoamento e a expansão da alta cultura intelectual no domínio das ciências filosóficas, filológicas, históricas e geográficas, e a preparação científica para o exercício das profissões que exigem o

⁵⁶ Também, Adolfo Coelho no plano de 1894 defendia a reunião numa única instituição das tradicionais áreas de saber das Letras com as ciências sociais emergentes. Ideia, também, apoiada pela Associação Académica do Curso.

⁵⁷ O Decreto de 19 de Abril de 1911, que estabelecia a Constituição Universitária, criava também uma Faculdade de Ciências Económicas e Políticas. Porém, só em 1913 (Lei orçamental de 30 de Junho), sendo Presidente do Ministério e ministro das Finanças, Afonso Costa, foi efectivado o estabelecimento da Faculdade de Estudos Sociais e Direito, que em 1917 (Decreto 3370 de 15 de Setembro) passou a designar-se Faculdade de Direito de Lisboa. Cfr. Marcelo Caetano, *op. cit.*

conhecimento daquelas ciências”⁵⁸. O Plano Geral de Estados compunha-se por seis grupos dedicados a cada uma das áreas específicas da Faculdade: Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, História, Geografia e Filosofia⁵⁹. A partir daqui seriam estabelecidas as cinco Secções ou Cursos da escola, que correspondiam a cada um dos grupos, excepto História e Geografia, que seriam agrupadas no curso de Ciências Históricas e Geográficas e formariam a Quarta Secção.

As expectativas a respeito das Faculdades de Letras junto do meio académico eram bastante auspiciosas: o reitor de Coimbra, J. Mendes dos Remédios, referia, na sua alocução inaugural do ano lectivo que “a Faculdade de Letras está destinada a ser, como é em todos os países, um foco poderoso de desenvolvimento científico na província de estudos que cultiva”⁶⁰, o que comprova o interesse de Coimbra em possuir a instituição no seio da sua Universidade – na linha dos projectos de José Maria de Abreu, António José Teixeira e dos pedidos do corpo docente da Faculdade de Teologia para a sua transformação em Faculdade de Letras. Outro professor de Coimbra, António de Vasconcelos, na *Oração de Sapiência*, na abertura do ano lectivo de 1912-1913, considerou as Faculdades de Letras “a base de qualquer cultura superior” e uma “alta importância [...] na educação do homem”⁶¹. Um autor como Fidelino de Figueiredo, no primeiro número da sua *Revista de História*, entendia que a “Universidade de Lisboa, concentrando as forças mentais do país e drenando para um determinado ideal o pensamento e a acção, t[eria] uma alta função nacional” e que “quaisquer que sejam os destinos dessa Universidade, eles serão em grande parte consequência do papel que nela desempenhar a Faculdade de Letras, como centro de estudos históricos nacionais”⁶². Mas este louvor à Universidade de Lisboa e, em especial, à sua Faculdade de Letras, era equilibrado com uma contundente crítica ao conteúdo dos decretos de 19 de Abril e de 9 de Maio, no que dizia respeito à autonomização da função preparatória para o

⁵⁸ Artigo 1º, Decreto de 9 de Maio de 1911.

⁵⁹ “As recém-criadas Faculdades de Letras do Portugal republicano mantiveram, com as excepções da geografia e da psicologia – esta última integrada no Grupo de Filosofia – uma topografia de saberes humanísticos tradicional, traduzível em termos concretos, na exclusão das ciências sociais emergentes (sociologia, antropologia cultural, economia, etc.”. Avelãs Nunes, *op. cit.*, p. 34.

⁶⁰ Mendes dos Remédios, “Alocução inaugural”, *Revista Universidade de Coimbra*, vol. 1, 1912, p. 591.

⁶¹ António de Vasconcelos, “Oração de Sapiência”, *Orações de Sapiência da Faculdade de Letras*, Coimbra, 2002, p. 30.

⁶² Fidelino de Figueiredo, “Faculdades de Letras”, *Revista de História*, Lisboa, nº 1, tomo 1, 1912, pp. 47-48.

magistério secundário com o aparecimento de uma Escola Normal Superior. Para Fidelino, “parecia desnecessária esta duplicidade [Faculdade de Letras e Escola Normal Superior], sabido como é que a única garantia prática desses cursos é o magistério secundário”, entendendo que “fora desse fim só um diminuto número concorrerá atraído por um sincero interesse especulativo”⁶³, e ainda o facto dessa duplicidade se aplicar também à Universidade de Coimbra⁶⁴. O pequeno texto refere ainda as disciplinas inseridas dentro do grupo de História, mas deixaremos essa questão para o capítulo referente aos Cursos de Ciências Históricas e sua composição disciplinar.

Podemos comparar esta crítica à opção por duas Faculdades de Letras (assim como duas Escolas Normais Superiores), com a realidade espanhola das últimas décadas do século XIX, exposta nos escritos de Rafael Altamira. O autor espanhol defendia a redução do número das Faculdades de Letras nas Universidades em Espanha a um máximo de três, de modo a rentabilizar o número de professores, concentrando um maior número de alunos em menos instituições⁶⁵, permitindo aliviar os cofres públicos. Tal como em Espanha, em Portugal, a questão financeira estava sempre presente nos espíritos dos legisladores e daqueles que, entendendo as dificuldades monetárias do país, optavam por uma redução dos gastos considerados desnecessários. Assim, uma Faculdade de Letras, incluindo em si os aspectos pedagógicos de uma Escola Normal Superior, bastaria para formar professores suficientes para os liceus portugueses e favorecer um grupo de pessoas que se dedicassem à investigação científica.

Mas esta realidade levaria algum tempo a ser aplicada à Faculdade de Letras de Lisboa, cuja principal função se manteria muito ligada à formação do professorado liceal, pois o Instituto de Estudos Históricos nunca chegou a ser instituído e a *Revista da Faculdade de Letras* apenas surgiu em 1933, apesar de ambos estarem previstos nos decretos fundadores da instituição.

⁶³ *Idem*, p. 47.

⁶⁴ “Não há defesa sensata para a existência de duas Faculdades de Letras e – menos ainda – de duas Escolas Normais”. A crítica estendia-se ao cargo de assistente, inspirado na estrutura existente na Faculdade de Medicina, e que o autor entendia ser de pouco relevo na Faculdade: “não há papel distinto para confiar ao assistente, esse cargo é escusado deve haver várias categorias de professores ordinários, professores extraordinários, contratados e livres, mas para o assistente não há função especial”. Fidelino de Figueiredo, *op. cit.*, 1912, p. 47.

⁶⁵ Num total de dez universidades em Espanha, seis possuíam Faculdades de Letras. Rafael Altamira, *La Enseñanza de la Historia*, Madrid, Libreria de Victoriano Suárez, 1895.

2. Os Cursos de Ciências Históricas (1911-1930)

2.1. – As reformas na secção de História

Entre 1911 e 1930, as Faculdades de Letras portuguesas foram sendo, progressivamente, adaptadas à realidade nacional, tendo sofrido diversas vicissitudes a vários níveis e em diferentes graus, mesmo a respeito da sua própria existência como instituição, como ocorreu com a Faculdade de Letras de Coimbra em 1919 ou a Faculdade de Letras do Porto em 1928. Apesar da relativa estabilidade institucional existente na Faculdade de Letras de Lisboa, esta não ficou livre das constantes alterações curriculares estabelecidas pelo poder político, com vista a um suposto aperfeiçoamento dos cursos constituintes das Faculdades de Letras.

No âmbito desta análise teremos em conta os dois cursos de Ciências Históricas regulamentados na legislação universitária portuguesa e existentes entre 1911 e 1930 na Faculdade de Letras de Lisboa.

Aquando do estabelecimento da instituição, os legisladores optaram pela criação do Curso de Ciências Históricas e Geográficas, reunindo a Geografia ao ensino da História, dentro do tradicional pensamento contemporâneo sobre os estudos geográficos, que eram entendidos como inseparáveis dos estudos históricos. E apesar, da relutância do professor do 5º Grupo acerca dessa dependência (F. Silva Teles) o curso manteve-se durante as reformas posteriores, até 1930, quando a nova legislação separou definitivamente as duas áreas do saber. Todavia, se a Geografia adquiriu a sua autonomia académica, a História continuou agregada a um outro grupo, nesse caso, o 6º Grupo (Filosofia). O Curso de Ciências Históricas e Filosóficas surgiu com a Reforma de 1926 o que demonstra a continuidade de um entendimento da História como saber enciclopédico, que exigia a coordenação com outros saberes, porém ainda longe da ideia de complementaridade disciplinar que a crítica à tradicional historiografia estabelecida nos meios universitários europeus (em particular de influência francesa) procurava introduzir no ensino histórico. Esta foi a realidade que vigorou até à Reforma de 1957, quando os estudos históricos deixaram de estar curricularmente agregados a outra secção da Faculdade; todavia esta questão já extravasa o âmbito temporal deste trabalho.

Durante o período estudado, que entendemos ser o da emergência da Faculdade de Letras de Lisboa na vida académica portuguesa, podemos considerar quatro reformas principais – 1911, 1918, 1926 e 1930. Trataram-se de mudanças curriculares que abrangiam todos os cursos e não apenas o ensino da História. Contudo, existiram normas referentes em particular ao 4º Grupo e que também teremos em conta, como as alterações introduzidas em 1916. Optámos por considerá-las como um aditamento à legislação fundadora, uma vez que se tratou de um conjunto de diplomas aprovados separadamente, não constituindo uma concreta reforma na estrutura curricular da instituição. Das duas leis aprovadas nessa data, uma referia-se a ambas as Faculdades de Letras do país, Lisboa e Coimbra, e a outra era aplicada à primeira destas instituições. Por esse motivo, Avelãs Nunes afirma que “a reforma curricular de 1916 não chegou propriamente a sê-lo, limitando-se a algumas alterações de pormenor”⁶⁶.

Quanto à Reforma de 1929, nunca chegaria a entrar em vigor e estaria na base da reforma aprovada e implementada no ano seguinte. Assim, teremos em atenção aquilo que, logo em 1929, ficou estipulado e foi transposto para a nova legislação e a revisão feita a pontos que não seriam tomados em consideração, em 1930.

A obra legisladora de Leonardo Coimbra, em 1919, não será tomada grandemente em conta neste capítulo⁶⁷, pois apontava exclusivamente para o ensino da Filosofia.

2.1.1. – A Reforma fundadora de 1911

No plano geral de estudos do Decreto de 9 de Maio de 1911⁶⁸, o Curso de Ciências Históricas e Geográficas era composto na sua base pelas cadeiras do 4º e 5º Grupos e completado por uma panóplia de cadeiras das restantes secções (excepto de Filologia Germânica). O Curso seria constituído por quatro anos lectivos, alargando a duração trienal privilegiada na estrutura do Curso Superior de Letras⁶⁹.

⁶⁶ Avelãs Nunes, *op. cit.*, p. 35.

⁶⁷ No ponto referente à Subordinação da Filosofia iremos sintetizar, brevemente, as principais realizações do ministro de Leonardo Coimbra quando ocupou a pasta da Instrução, no que se refere aos estudos filosóficos universitários.

⁶⁸ *Diário do Governo* nº 93 de 11 de Maio de 1911.

⁶⁹ O Curso para o Magistério Secundário e do Curso Superior de Letras era, de facto, de quatro anos, mas o último ano era dedicado à prática educativa.

O Regulamento de 19 de Agosto de 1911⁷⁰, baseando-se nas cadeiras expostas no decreto acima referido, estabelecia a disposição disciplinar em cada um dos quatro anos do Curso de Ciências Históricas e Geográficas:

1º Ano	2º Ano
História Antiga (A) História Geral da Civilização (A) Geografia Geral (A) Geografia Física (A) Filologia Portuguesa (A) Filosofia (I) (A)	História Medieval (A) História de Portugal (A) Geografia de Portugal e Colónias (S) Desenho Cartográfico (S) Etnologia (S) Filosofia (II) (S)
3º Ano	4º Ano
História Moderna e Contemporânea (A) Epigrafia (T) Paleografia (T) Diplomática (T) Numismática (T) Geografia Política e Económica (A) Literatura Portuguesa (A) História da Filosofia Antiga (S)	História das Religiões (S) Arqueologia (A) Filologia Clássica (A) História da Filosofia Moderna (S) Estética e História da Arte (A)

Legenda: A – cadeira anual; S – cadeira semestral; T – cadeira trimestral

Podemos dividir o curso em três grupos de cadeiras: num primeiro grupo inseriam-se as disciplinas históricas: História Antiga, História Medieval, História Moderna e Contemporânea, História Geral da Civilização, História de Portugal, História das Religiões e as cadeiras que compunham as chamadas *ciências auxiliares da História* (Arqueologia, Epigrafia, Numismática, Paleografia e Diplomática), enquanto que um segundo grupo incluía as de Geografia Geral, Geografia Política e Económica, Geografia de Portugal e Colónias e Etnologia, a que se juntavam as cadeiras de Geografia Física e Desenho Cartográfico, leccionadas na Faculdade de Ciências.

O plano era completado com as cadeiras vindas de outras secções: Filologia Portuguesa e Literatura Portuguesa (de Filologia Românica), Filologia Clássica (de Filologia Clássica), Filosofia I e II, História da Filosofia Antiga e História da Filosofia Moderna (de Filosofia) e a cadeira anexa de Estética e História da Arte⁷¹.

⁷⁰ *Diário do Governo* nº 195 de 22 de Agosto de 1911.

⁷¹ “Ao nível curricular, e para além do carácter pouco especializado da formação assegurada em história, poder-se-á realçar, ainda a ausência de uma ou de várias disciplinas sobre história da expansão e da colonização portuguesa (séculos XV a XX), a ausência de formação específica em história económica e

Parece ter havido a adopção de uma perspectiva historiográfica onde a história política de matriz erudita foi valorizada, como podemos verificar pela introdução de uma série de cadeiras comumente designadas “ciências auxiliares da História”, cuja função era apenas de auxílio documental face à corrente científica principal. Dominava, em certa medida, o pensamento metódico de Langlois e Seignobos, e que poderíamos condensar na expressão, de Fustel de Coulanges: *pas de documents, pas d’histoire*.

O curso surgia, ainda, acrescido de uma outra vertente, além da histórica⁷², a da Geografia, que pode revelar duas perspectivas quanto à sua reunião com a História: a tradicional, da historiografia metódica onde a história é inconcebível sem o auxílio dos estudos geográficos, ou então, poderia demonstrar uma tendência mais actual de interdisciplinaridade entre ambas as ciências, à semelhança do que ocorria em França com o trabalho de Vidal de la Blache⁷³. No primeiro caso e no seguimento de uma tendência mais tradicionalista, a Geografia veria o seu papel reduzido a mera “ciência auxiliar da História”, exigindo-se, então, a introdução de apenas uma ou duas cadeiras de Geografia Humana ou Política, como complementares das cadeiras históricas principais; já a adopção da segunda perspectiva, poderia explicar a inclusão de cadeiras mais próximas da Geografia como ciência universitária autónoma, com cadeiras leccionadas na Faculdade de Ciências ou a criação da disciplina de Geografia Económica, que possibilitaria uma abertura da História *politizada* ao mundo da economia.

Todavia, o curso de Ciências Históricas e Geográficas pode ter sido uma escolha de consenso, reunindo duas ciências, que no entendimento tradicional, apareciam juntas (como nos programas dos Liceus⁷⁴). Seriam depois incluídas disciplinas da área dos

social (ou em que qualquer outra regionalidade), a inexistência de ramos autonomizados de formação em arqueologia ou em história da arte, a não abertura das Faculdades de Letras às novas ciências sociais emergentes – sintomas indiscutíveis de *conservadorismo* (mesmo para a época)”. Avelãs Nunes, *op. cit.*, p. 35.

⁷² E daquela que poderíamos entender como *enciclopédica*, comprovada pela existência das cadeiras de Filologias Clássica e Românica e de Filosofia.

⁷³ “Poderia ainda [a opção da legislação de 1911] indiciar a influência de determinadas correntes positivistas – antecessoras das propostas de interdisciplinaridade metodológica e teórica protagonizadas por geógrafos, como Vidal de la Blache [...]”, Avelãs Nunes, *op. cit.*, p. 34.

⁷⁴ Reforma de Eduardo José Coelho de 1905. Cfr. Sérgio Campos Matos, *História, Mitologia e Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, 1990, pp. 19, 26 e 206-207.

estudos geográficos por influência de algumas figuras, como Silva Teles, que completassem, o ensino da Geografia, como este professor entendia este ensino.

Podemos, então, alargar a perspectiva inicial que o programa nos dá, de tendência enciclopédica, humanista, sem recurso às mais recentes investigações externas na produção historiográfica. Ao reunir cadeiras filológicas, filosóficas e geográficas, o curso de Ciências Históricas poderia ter caminhado para o desenvolvimento de uma perspectiva menos enciclopédica, de conhecimento geral e superficial da realidade humana, para uma perspectiva mais sociológica e interdisciplinar de conhecimento multifacetado do Homem enquanto ser histórico. Uma vez que a Filologia e a Filosofia (em particular a história do pensamento filosófico) e a Geografia já se encontravam representadas, o curso poderia ter enveredado pela inclusão de cadeiras de carácter sociológico (como a Antropologia, Economia, Sociologia) e pelas novas concepções historiográficas, devedoras da crítica que se realizava à história factual e que possibilitaria o alargamento a novos horizontes.

A falta de cadeiras de Teoria da História ou de História da Cultura pode ter dificultado o aparecimento de um debate sobre a história institucionalizada na Faculdade, mantendo uma hegemónica visão politizada da sua produção e ensino, e nem mesmo com a criação da cadeira de Propedêutica Histórica, sete anos depois, ocorre tal desenvolvimento. Esta cadeira, em Lisboa, seria regida, inicialmente, por Queirós Veloso, um dos principais representantes da chamada historiografia erudita. A escolha do director da Faculdade para ocupar a cadeira vai ao encontro de uma concepção histórica pouco vocacionada para a crítica à tendência de “história-factual”, que começara em França com a *Revue de Synthèse Historique* (1900)⁷⁵ e em Portugal começava a surgir nos textos de Fidelino de Figueiredo⁷⁶.

A Legislação de 1911 representava, no respeitante às cadeiras historiográficas, um grande avanço em relação à realidade existente no Curso Superior de Letras depois da Reforma de 1901. Enquanto que nesta norma, apenas duas cadeiras se dedicavam

⁷⁵ Cfr. Bourdê e Martin, *As Escolas Históricas*, Lisboa, 1990, pp. 120-121.

⁷⁶ “A erudição e a crescente especialização, preconizando com todo o entono a absoluta objectividade na construção histórica, chegaram a estabelecer a seguinte noção: a história tem por fim criticar o texto e apurar o facto. Daqui resultava que fazer boa história era severamente criticar os documentos – o que é exacto – e apurar a maior quantidade possível dos factos, agrupá-los cronologicamente em série de efemérides, quando formassem sucessão completa, e nada mais, e isto é que não é suficiente”, Fidelino de Figueiredo, *O Espírito Histórico*, 3ª edição, Lisboa, 1920, p. 64.

especificamente aos estudos históricos⁷⁷ (História Antiga, da Idade Média e Moderna e História Pátria), a nova constituição criava quatro cadeiras de *História Geral* (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea e Geral da Civilização), dividindo a antiga cadeira de História Antiga, da Idade Média e Moderna em cada uma das suas épocas históricas⁷⁸. A estas se juntavam as Ciências auxiliares da História (em número de cinco) que não tinham antecedentes directos no Curso Superior de Letras, a cadeira de História das Religiões⁷⁹, no espírito laicista republicano de entendimento da religião como produto humano e não de revelação divina⁸⁰, e por fim, a cadeira de História de Portugal, que já advinha da antiga escola e apenas mudava a sua designação.

As “ciências auxiliares da História” possuíam um carácter metodológico que apontava para o aprofundar da formação dos alunos relativamente ao manuseamento dos instrumentos fundamentais do ofício do historiador, os documentos. Por esse motivo, os alunos da Faculdade de Letras de Lisboa observavam, durante a parte prática das aulas, directamente o espólio da Torre do Tombo, principal receptáculo paleográfico e diplomático do país, e da Biblioteca Nacional. Não esqueçamos que neste período ambas as instituições se encontravam no Palácio de São Bento, a pouca distância do Convento de Jesus, onde estava instalada a Academia das Ciências de Lisboa e a Faculdade de Letras.

Através do estabelecimento destas cadeiras, os legisladores acabavam por cumprir os pedidos que o Curso Superior de Letras, ao longo da sua história, havia feito ao Governo português. Aquando do Decreto de 30 de Outubro de 1858 e da Lei de 8 de

⁷⁷ Dizemos especificamente, porque a componente historizante das restantes cadeiras é quase dominante na sua maioria, fazendo, assim, a distinção entre as cadeiras filológicas, filosóficas, geográficas e as de componente pedagógica.

⁷⁸ A História Contemporânea mantinha-se na órbita da História Moderna e não constituía, na maioria dos casos, tema de aula.

⁷⁹ No art. 14º do Regulamento de 19 de Agosto de 1911, afirmava-se que “no ensino universitário, a religião apenas podia ser considerada como objecto de investigação científica e filosófica”.

⁸⁰ “Evidentemente, já hoje, ninguém de boa fé e são de critério aceita a revelação divina como a base de todas as religiões; ninguém, hoje rejeita a ideia de que a religiosidade é um produto da actividade mental do homem, e que as suas modalidades se manifestam consoante as modificações constantemente sofridas pela mesma mentalidade humana”, Agostinho Fortes, prefácio de *A Moderna Crença...*, Joaquim Lopes, pp. VII/VIII. Tratava-se, também, de cumprir a legislação que o novo regime publicara referente ao ensino religioso. Cfr. Rómulo de Carvalho, “A Educação e o Ensino durante a I República”, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, 2001, pp. 658-662.

Junho de 1859 estipulava-se a criação de apenas uma cadeira de História⁸¹, e cedo se fizeram ouvir os apelos no sentido de um aumento de cadeiras historiográficas. No ofício de 9 de Setembro de 1859, a Academia das Ciências de Lisboa sugeria que se promovesse o surgimento das cadeiras de História Pátria e de Arqueologia.⁸² Não sendo aceite a proposta da Academia, tal facto só suscitou mais pedidos para completar a estrutura do Curso Superior de Letras, desta vez por parte dos professores, com disciplinas que entendiam serem necessárias a um bom funcionamento da instituição: em 1867, António José Viale havia proposto a criação das cadeiras de História de Portugal e de Arqueologia e a extinção da cadeira de História Universal Filosófica; em 1869, Jaime Moniz, no seu primeiro plano reformador, expunha uma alteração mais lata, com a proposta das cadeiras de História Antiga e crítica dos sistemas históricos, de História das Instituições da Idade Média e mantendo-se uma de História Moderna que agregava os estudos nacionais⁸³; em 1879, no projecto elaborado a pedido do Governo progressista, os professores defendiam a reunião ao Curso das cadeiras de Paleografia (existente na Torre do Tombo) e de Numismática (da Biblioteca Nacional), entre outras⁸⁴, e a criação das cadeiras de História Antiga, de História da Idade Média e dos Tempos Modernos, de Arqueologia e de História de Portugal; dez anos mais tarde, o plano que defendia a instituição da Escola Superior de História, Filosofia e Letras optava pelas cadeiras de História Antiga do Oriente e História dos Gregos e Romanos, de História da Idade Média e Moderna e de História Pátria.

⁸¹ A cadeira de História Universal Filosófica aproximava-se de uma Filosofia da História. Cfr. Busquets de Aguilar, *op. cit.*, pp 45-47.

⁸² Busquets de Aguilar, *op. cit.*, pp. 17-18, nota 1. Em 1874, o professor de Coimbra, António José Teixeira, mantendo o quadro das cadeiras existentes no Curso Superior de Letras, sugeria a introdução da cadeira de Arqueologia como complemento ao ensino da História.

⁸³ Nesta proposta de Jaime Moniz surgia, pela primeira vez, o esquema clássico de divisão histórica aplicado à estrutura académica – Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna. Os estudos portugueses mantinham-se inseridos na cadeira de História Moderna. Também, apresenta as cadeiras de Geografia e Etnologia antigas e Estudos comparados das Línguas, primeiro passo na introdução dos estudos filológicos.

⁸⁴ Também defendia a leccionação no Curso de cadeiras que já existiam em outras escolas de Lisboa: Economia Política da Escola Politécnica, Direito Internacional da Escola do Exército e Elementos de Direito Comercial e Marítimo do Instituto Comercial, muito à semelhança do plano de Faculdade Sociológica de Teófilo Braga.

Nesta rápida resenha podemos compreender os pedidos constantes do corpo docente do Curso em provê-lo de novas cadeiras, em particular de História de Portugal (ou Pátria) e de Arqueologia. Havia outros que reforçavam a importância, para os estudos históricos, da destinação da cadeira de História de carácter geral, em duas ou três cadeiras dedicadas a cada um dos principais períodos históricos (Antiguidade, Idade Média e Modernidade). A Grande Reforma de 1901 veio de facto alterar essa estrutura, apresentando a divisão da cadeira de História Universal e Pátria em duas, sendo que uma ficaria destinada à História de Portugal.

Porém, as mudanças na Primavera de 1911 desencadeariam uma reacção contra a opção de uma única cadeira dedicada aos estudos históricos portugueses. Fidelino de Figueiredo entendia ser de grande importância para o desenvolvimento dos estudos nacionais a existência de duas cadeiras onde se leccionasse matéria portuguesa: “Há porém na lei uma disposição, que merece demorada referência, e exige imediata revisão; é a que limita os estudos de história de Portugal e de literatura portuguesa a um ano, para cada. Tal disposição é não só contraditória do espírito de especialidade, que deve presidir ao ensino superior, porque reduz esse ensino à repetição de generalidades, sem alcance, nem originalidade científica, mas vai opor-se a que o ensino dessas Faculdades tome, como deve tomar, carácter nacional”⁸⁵. O autor via a Universidade como um local de desenvolvimento cultural através da especialização que os seus professores deveriam promover e opunha-se a entendê-la como um simples prolongamento do liceu e dos *estudos enciclopédicos* aí ministrados. Por isso, defendia a separação das cadeiras de estudos portugueses (históricos e literários) “em várias cadeiras e vários semestres”⁸⁶, de modo a tornar esse ensino numa “verdadeira investigação e exposição de estudos originais, fazendo progredir essas ciências”, estando portanto “a história parada nas origens” e a “literatura por fazer”⁸⁷. Assim, a crítica, que da escrita de Fidelino de Figueiredo se estendia a outras vozes, era a da manutenção de uma matriz generalista e enciclopédica nos estudos históricos (que advinha do Curso Superior de Letras) e a da inexistência de uma preocupação pela história nacional, onde uma só cadeira reduzia o programa quase exclusivamente às questões sobre a fundação da Nacionalidade e os primeiros reinados.

⁸⁵ Fidelino de Figueiredo, “As Faculdade de Letras”, *Revista de História*, vol. 1, 1912, p. 47.

⁸⁶ *Idem*, p. 48.

⁸⁷ As três citações referem-se a Fidelino de Figueiredo, *op. cit.*, 1912, p. 48.

O ensino histórico português nas Faculdades de Letras apenas seria desenvolvido a partir de 1916, com a duplicação das cadeiras de História de Portugal e de Literatura Portuguesa em duas de duração anual cada uma, e a alteração da cadeira de Geografia de Portugal e Colónias de semestral para anual.

2.1.2 – Os aditamentos de 1916

Em 1916, a legislação fundadora sofreria dois aditamentos que impulsionariam os estudos portugueses através das Leis nº 586 de 12 de Junho⁸⁸ (que criava a cadeira de Estudos Brasileiros, mas apenas na Faculdade de Letras de Lisboa) e nº 639 de 20 de Novembro⁸⁹ (que estabelecia as disciplinas bianuais de História de Portugal e de Literatura Portuguesa e a disciplina anual de Geografia de Portugal e Colónias).

A nova estrutura da cadeira de História de Portugal simbolizava “um progresso notável no ensino da história pátria”⁹⁰. A cadeira de História de Portugal, segunda parte ou II, apenas abriria no ano lectivo de 1917/18, sendo entregue a sua regência a Queirós Veloso, e estando inserida no 2º ano da 4ª Secção da Faculdade. Importa sublinhar que estas medidas ocorreram num período político sensível, depois da entrada de Portugal na Grande Guerra contra os Impérios centrais e a constituição do Governo da União Sagrada. Em particular, é significativa a extensão da cadeira de Geografia de Portugal e Colónias, já que o Império colonial também se encontrava em jogo.

A cadeira anexa de Estudos Brasileiros⁹¹, que seria comum às cinco secções da Faculdade de Lisboa⁹², tinha como objectivo “estudar-se, simultaneamente, a história

⁸⁸ Lei nº 586 de 12 de Junho de 1916 (*Diário do Governo* nº 116, Iª série, de 12 de Junho)

⁸⁹ Lei nº 639 de 20 de Novembro de 1916 (*Diário do Governo* nº 234, Iª série, de 20 de Novembro)

⁹⁰ Oliveira Marques, “Notícia Histórica”, *op. cit.*, p. 140.

⁹¹ “A iniciativa da fundação desta cadeira deve-se a um ilustre escritor português, que é também, um dos mais distintos membros do nosso corpo diplomático, o Sr. Dr. Alberto de Oliveira”, que motivado pela “necessidade, cada vez mais forte, de melhor nos conhecermos [portugueses e brasileiros], [...], lhe inspirou a ideia de criar, na Universidade de Lisboa, uma cadeira de Estudos Brasileiros”, discurso de Queirós Veloso na sessão inaugural da cadeira de Estudos Brasileiros, *Aspectos da história e da cultura do Brasil*, 1923, pp. 7-8.

⁹² “A criação dessa Cadeira, cuja frequência será obrigatória para todos os alunos da Faculdade, há-de contribuir poderosamente para estreitar as relações intelectuais entre as duas nações, que, de um e doutro lado do Atlântico, formam o domínio da língua portuguesa; há-de igualmente influir para que num próximo futuro ambas possam afirmar ao mundo a sua vitalidade, pela sua cooperação consciente no

política e económica desse país, a sua literatura, as suas condições geográficas, a sua etnologia, a sua arte, enfim, as diversas modalidades da civilização brasileira, sob todos os seus aspectos”⁹³ e que deveria ser “em regra, regida por um brasileiro”⁹⁴, o que demonstra a preocupação de prover a cadeira com um docente intimamente ligado ao assunto em questão e familiarizado com os temas a expor.

Desse modo, “inspirando-se na melhor camaradagem intelectual, resolvera a Faculdade de Letras de Lisboa reservar para a Academia Brasileira de Letras a indicação da individualidade a quem coubesse a honra de dar começo às aulas da nova disciplina”⁹⁵. Inicialmente, foi escolhido o professor Miguel Calmon, por “voto unânime da Academia Brasileira”⁹⁶, prevendo-se que o início das aulas da cadeira decorreria no ano lectivo de 1917/18. Mas no ano 1919/20, o secretário da Faculdade, Agostinho Fortes, referia no seu relatório ao Reitor, o ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que informava da desistência de Miguel Calmon para prover a cadeira em causa⁹⁷. Se a abertura da cadeira já se encontrava atrasada, a impossibilidade de Calmon dar as aulas, primeiro devido à Grande Guerra e depois por motivos de saúde, atrasou ainda mais o regular funcionamento de uma cadeira criada há quatro anos.

progresso e desenvolvimento das Letras e ciências”, discurso da crónica universitária do Reitor Pedro José da Cunha, *Anuário da Universidade de Lisboa*, 1916/17, p. 24.

⁹³ Lei nº 586 de 12 de Junho, art. 2º.

⁹⁴ *Idem*, art. 3º.

⁹⁵ Manuel Alves de Sousa Pinto, “Oliveira Lima”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1933, p. 190.

⁹⁶ *Anuário da Universidade de Lisboa*, 1917/18, p. 24.

⁹⁷ “A propósito da vinda do Dr. Miguel Calmon foi nesta Faculdade recebido o ofício nº 1146/16 da 1ª Repartição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que transcrevo na íntegra:

Lisboa, 4 de Maio de 1920 – Exmo. Sr. Director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. – Com relação à regência da cadeira de estudos brasileiros, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª o seguinte telegrama do Sr. Miguel Calmon ao Embaixador do Brasil em Lisboa: Não estando ainda restabelecido recaída gripe de que vim convalescer aqui, pelo prezado amigo comunicar Governo Português me é impossível inaugurar curso conforme tencionava. Lamento profundamente deixar corresponder convite Governo e não querendo demorar mais abertura curso tão retardada motivos independentes minha vontade, desisto honra ocupar cadeira para que fui imerecidamente designado. – Miguel Calmon.

Saúde e Fraternidade.

O Director Geral, Lambertini Pinto.”

Agostinho Fortes, Relatório anual da Faculdade de Letras ao Reitor da Universidade de Lisboa, *Anuário da Universidade de Lisboa*, 1919/20, p. 35.

Recorrendo novamente à Academia Brasileira de Letras, o conselho da Faculdade aguardou a chegada do escritor Coelho Neto, mas mais uma vez “circunstâncias diversas” atrasaram o início das aulas⁹⁸. Seria necessário esperar pelo início do ano de 1923, quando a Faculdade de Letras de Lisboa aproveitou a estadia, em Portugal, do historiador e diplomata Oliveira Lima e convidou-o a ocupar a cadeira⁹⁹.

Para o antigo aluno do Curso Superior de Letras, a criação dessa cadeira tornava Portugal pioneiro nos estudos hispano-americanos na Península Ibérica e permitiria à Faculdade de Letras de Lisboa “a primazia [...] nos estudos americanistas, tão de molde a interessarem a mente e o coração do povo que fundou portuguesmente o Brasil”¹⁰⁰. Todavia, a vizinha Espanha já dispunha de estudos ibero-americanos na cátedra de História das Instituições Cíveis e Políticas da América, no Doutoramento das Faculdades de Direito e de Filosofia e Letras de Madrid¹⁰¹ (estabelecida em 1914) e na de História Geral da América, no Doutoramento da Faculdade de Letras de Madrid, anterior a 1914¹⁰². A grande diferença entre as cátedras espanholas e a cadeira portuguesa, que poderá explicar o elogio de Oliveira Lima, deve-se ao facto de as primeiras serem livres, enquanto que a segunda era obrigatória a todos os cursos da Faculdade. Além do mais, em Espanha, o objectivo da cátedra de História das Instituições Cíveis e Políticas da América era a reconstituição da história jurídica dos países americanos numa base monográfica (fase particularmente activa entre 1914 e 1928, quando o interesse começa a recair sobre uma visão individualizada de cada país – incluindo os Estados Unidos e o Brasil – mas mantendo-se na óptica da História do Direito e das Instituições)¹⁰³. O objectivo da cadeira de Estudos Brasileiros era de facto mais abrangente, ao pretender

⁹⁸ Queirós Veloso, *op. cit.*, p. 9.

⁹⁹ Apesar deste convite, o Conselho da Faculdade, “não o quis, [...], fazer sem o consenso da Academia”, “congratulado-se [esta] com a deliberação da Faculdade”, *Idem*, p. 9. O próprio Oliveira Lima, na sua lição inaugural, refere que a sua presença “veio tirar o enguiço que acompanhava esta cadeira”, repetindo a expressão do homem que havia idealizado esta criação, Alberto de Oliveira. Oliveira Lima, “A independência do Brasil como movimento a um tempo conservador e revolucionário”, *Aspectos da história e da cultura do Brasil*, p. 22.

¹⁰⁰ Manuel Oliveira Lima citado por Manuel Alves de Sousa Pinto, *op. cit.*, p. 190.

¹⁰¹ Rafael Altamira, *La Enseñanza de las Instituciones de América*, Madrid, 1933, p. 5.

¹⁰² *Idem*, “Resultados generales en ele estudio de la historia colonial americana. Criterio historico resultante”, Haia, 1924, p. 1.

¹⁰³ *Idem*, *La Enseñanza...*, p. 6.

estudar vários pontos de vista de história brasileira, não se resumindo aos aspectos políticos ou jurídicos.

O ano de 1916 também assistiu ao início dos cursos anexos nas cadeiras de História Geral da Civilização, de História Antiga, de História de Portugal, de Paleografia e de Geografia Geral, com a contratação dos primeiros assistentes da Faculdade de Letras de Lisboa: Francisco de Paula Reis Santos, Francisco Vieira de Almeida (para o 4º Grupo) e Luís Filipe Schwalbach Lucci (para o 5º Grupo); cumprindo, finalmente, parte do disposto no Decreto de 9 de Maio, que estabelecia dez vagas de assistentes nos cinco cursos da Faculdade.

As disposições de 1916 surgem, pois, como um aditamento à norma de 1911, em particular no provimento das vagas de assistentes. Por outro lado, procuravam satisfazer as exigências, que desde logo, pediam desenvolvimentos nos estudos portugueses, mas também traziam uma clara inovação, que apesar de exclusiva de Lisboa, significava um aumento do grau de especialização dos estudos superiores de História, ao dedicar uma cadeira a um país que não Portugal. Mas a demora no início das suas aulas revelam as dificuldades que a instituição tinha nesses anos iniciais.

2.1.3 – A Reforma de 1918

A emergência da ditadura sidonista possibilitou a primeira reforma dos planos de estudo das Faculdades de Letras¹⁰⁴, pois entendemos as Leis de 1916 como aditamentos à norma de 1911, como vimos anteriormente. Entendida como a “primeira tentativa de correcção [...] da Legislação de Onze”¹⁰⁵, aliás, o próprio decreto referia que “tendo a experiência demonstrado que é necessário modificar a actual organização das Faculdades de Letras das Universidade de Coimbra e de Lisboa”¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Decreto nº 4651 de 14 de Julho de 1918 (*Diário do Governo* nº 157 de 14 de Julho, Iª série, 2º complemento)

¹⁰⁵ Oliveira Marques, “Notícia Histórica”, *op. cit.*, p. 140.

¹⁰⁶ O Decreto terminava, também, com a categoria de professores extraordinários, elevando estes para o cargo de professores ordinários. No caso da Faculdade de Letras de Lisboa, a nova disposição aplicava-se a Agostinho Fortes.

Uma Portaria de 21 de Janeiro de 1918¹⁰⁷, determinava a constituição de uma comissão encarregue de rever os estatutos do ensino superior português. Dessa comissão faziam parte, entre outros, Queirós Veloso (como director da Escola Normal Superior de Lisboa), Gustavo Cordeiro Ramos (como professor da Faculdade de Letras de Lisboa) e Pedro José da Cunha (como Reitor da Universidade de Lisboa). A comissão do ensino universitário, que funcionaria na Faculdade de Ciências de Lisboa, teria de “tomar conhecimento dos relatórios, propostas e alvitres já formulados na bibliografia pedagógica portuguesa dos últimos anos, e dos que lhe forem presentes no momento da sua instalação” (art. 1º), e “das bases sobre que assentam as relações das Universidades espanholas com as do Sul de França, por serem as que oferecem tipo mais adequável ao nosso país (observação)”. Deveria ter “em atenção especial o sistema actualmente adoptado em Espanha, pela *Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas*”. A revisão da organização universitária procuraria, assim, “tornar cada vez mais concreto e realista o ensino das humanidades” (art. 3º).

A Junta espanhola acima referida, fundada em 1907 e remodelada em 1910, recebia largos elogios em Portugal, sendo vista como “a mais notável criação pedagógica da Espanha, podendo equiparar-se às mais perfeitas organizações congéneres do mundo”¹⁰⁸, e que teve como presidente, entre outros, Santiago Ramón y Cajal. A sua actividade dividia-se em três aspectos essenciais: Estudos no estrangeiro; Trabalhos dentro de Espanha e Instituições de carácter educativo, procurando incrementar o trabalho científico espanhol¹⁰⁹, tanto dentro como fora do país. Apenas para dar um exemplo, a instituição cultural espanhola mantinha na Universidade de Buenos Aires, uma cátedra destina a intelectuais, que contou com a presença de conferencistas como Ramón Menéndez Pidal e José Ortega y Gasset¹¹⁰. Dentro do país, a Junta promovera a constituição de “dois importantíssimos núcleos condensadores e coordenadores da actividade científica espanhola: o Centro de Estudos Históricos e o

¹⁰⁷ *Diário do Governo* nº 95 de 30 de Janeiro. Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República*, Coimbra, 1990, pp. 300-302.

¹⁰⁸ Queirós Veloso, “A Junta para a ampliação de estudos e investigações científicas de Espanha, e as suas Instituições de carácter educativo”, *Biblos*, Coimbra, 1927, p. 638.

¹⁰⁹ “[...] a Junta, em vinte anos, não só tem conseguido interessar vivamente a juventude espanhola na cultura científica, mas criar uma obra educativa, que há de ser o elemento básico da regeneração nacional”, *Idem*, op. cit., p. 638.

¹¹⁰ *Idem*, p. 640.

Instituto Nacional de Ciências”¹¹¹. Esse centro de estudos dispunha de dez secções divididas entre Filologia, História, Filosofia, Direito, Arte e Estudos Hebraicos e Árabes, e poderia servir como exemplo aos Institutos de Estudos Históricos já referenciados na norma de 1911. Para a manutenção de um tão largo trabalho científico e pedagógico¹¹², a Junta contou com “largas dotações [...] do Estado”¹¹³, que sem dúvida contribuíram para a obra que Queirós Veloso tanto elogiava e os legisladores portugueses pretendem usar como exemplo a seguir.

A nova legislação portuguesa mantinha os seis grupos divididos nas cinco secções existentes, no referente às licenciaturas, mas em relação ao Doutorado, a 4ª Secção – a de Ciências Históricas e Geográficas – seria dividida em duas, a de Ciências Históricas e a de Ciências Geográficas¹¹⁴. Tal opção revela uma certa preocupação em distinguir as duas ciências, e até um prenúncio daquilo que viria a ocorrer no seio das licenciaturas com a reforma seguinte. Por outro lado, impunha a apresentação de um trabalho (ou tese) sobre “um assunto da secção, escolhido pelo ano, de acordo com o professor da respectiva cadeira”¹¹⁵, que constituía mais um passo no caminho da Faculdade de Letras como centro de produção científica.

Apesar do Regulamento nunca ter sido elaborado, o Decreto nº 4945 de 1 de Novembro¹¹⁶ entendendo ser urgente, enquanto se não publicava o regulamento (a que se refere o §1º do art. 2º do decreto com força de lei nº 4651 de 14 de Julho de 1918), determinava as disciplinas que deveriam constituir as cinco secções das Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra e de Lisboa¹¹⁷.

A Reforma de 1918 mantendo as cadeiras existentes do regulamento anterior, criava, no 4º Grupo, as cadeiras de Propedêutica Histórica (semestral) e de História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa (semestral), e no 5º Grupo a de

¹¹¹ *Idem*, p. 641.

¹¹² A Residência de Estudantes de Madrid (também pertencente à Junta), chegou a receber conferências realizadas por Ramiro de Maeztu, Ortega y Gasset, Albert Einstein, H. G. Wells, Howard Carter, e pelos portugueses Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoais e Eugénio de Castro. *Idem*, pp. 646-647.

¹¹³ “No ano de 1913, tendo o ministro D. Santiago de Alba incluído no Orçamento uma verba de 70.000 pesetas para novas instalações”, *Idem*, p. 644.

¹¹⁴ Decreto nº 4651 de 14 de Julho, art. 2º, § 2.

¹¹⁵ *Idem*, art. 10º, al. c).

¹¹⁶ *Diário do Governo* nº 241, 1ª série de 7 de Novembro.

¹¹⁷ Decreto nº 4945 de 1 de Novembro de 1918.

Antropogeografia Geral (semestral), alterando, por isso, o plano de estudos de 1911, referente à disposição das diversas cadeiras:

1º Ano	2º Ano
História Antiga (A)	História Medieval (A)
Propedêutica Histórica (S)	História de Portugal (II) (A)
História de Portugal (I) (A)	Epigrafia (T)
Geografia Física (S)	Cartografia (T)
Geografia Geral (A)	Geografia de Portugal e Colónias (A)
Latim Medieval e Bárbaro (A)	Antropogeografia Geral (S)
Filologia Portuguesa (A)	Etnologia (S)
Psicologia Geral (A)	História da Filosofia Antiga (S)
	Lógica e Moral (A)
3º Ano	4º Ano
História Moderna e Contemporânea (A)	Diplomática (S)
História Descobrimtos e Colonização (S)	Numismática e Esfragística (S)
Paleografia (A)	História das Religiões (S)
Arqueologia (A)	História Geral da Civilização (A)
Geografia Política e Económica (A)	História da Literatura Portuguesa (II) (A)
História da Literatura Portuguesa (I) (A)	Estética e História da Arte (A)
História da Filosofia Medieval (S)	Estudos Brasileiros (A)
História da Filosofia Moderna e Contemp. (S)	

Legenda: A – cadeira anual; S – cadeira semestral; T – cadeira trimestral

As duas novas cadeiras de Propedêutica Histórica e História dos Descobrimtos e da Colonização Portuguesa vinham complementar os estudos históricos. A primeira expondo questões relacionadas com a teoria da História, abria caminho ao debate e ao desenvolvimento do pensamento historiográfico, então com fraca dimensão em Portugal. Em relação à segunda cadeira, surgida no seguimento das normas de 1916 (que desdobrara a cadeira de História de Portugal e criara a de Estudos Brasileiros, que ainda aguardava professor), impulsionara a preocupação pelos estudos nacionais. A cadeira de Descobrimtos poderia adjuvar a cadeira sobre o Brasil, despertando o interesse pelo seu achamento e pelas questões relacionadas com a Expansão Portuguesa. Após a medievalidade portuguesa, o estudo dos Descobrimtos tornava-se o principal assunto histórico nacional dentro da Faculdade.

2.1.4 – A Reforma de 1926

O Decreto 12677 de 12 de Novembro de 1926¹¹⁸ vinha, de acordo com o disposto no artigo 85º do novo Estatuto Universitário¹¹⁹, estabelecer a nova estrutura das Faculdades de Letras:

“art. 85º - As Faculdades e Escolas organizarão um plano geral de estudos com a enumeração das cadeiras e cursos, sua distribuição, pelos anos de duração [...];

§2 – Os cursos gerais das Faculdades e Escolas congêneres terão um plano de estudos comuns”.

Assim, e “ouvidas as três Universidades”¹²⁰, o diploma de Novembro apresentava a organização dos cursos dentro das três Faculdades de Letras do país, trazendo uma significativa alteração no quadro das secções existentes, que vinham basicamente inalteradas desde a legislação fundadora. A norma de Vinte e Seis terminava com o curso de Filosofia – a 5ª Secção – e estabelecia um novo curso (o primeiro desde 1911), unindo os 4º e 6º Grupos das Faculdades¹²¹. Surgia o Curso de Ciências Históricas e Filosóficas, que se manteria até à reforma de 1957.

Ao lado da já existente Secção de Ciências Históricas e Geográficas passava a existir a Secção de Ciências Históricas e Filosóficas, subordinando a Filosofia à História. Aliás, tal não alterava em muito a realidade vinda desde 1918 no curso de Filosofia, onde os alunos tinham um total de nove cadeiras do 4º Grupo, contra seis do 6º Grupo, revelador de uma hegemonia que o legislador de 1926 vinha confirmar.

A opção por extinguir o curso autónomo de Filosofia pode dever-se a dois factores, que apesar de não serem complementares um do outro, acabariam por determinar a decisão do legislador: a fraca adesão ao curso e uma perspectiva de história mais próxima da filosofia, como defendera, entre outros, Fidelino de Figueiredo.

Em primeiro lugar, há que referir que a 6ª Secção, de todos os cursos da escola, era aquela que atraía menos atenção por parte dos candidatos ao ensino superior¹²².

¹¹⁸ *Diário do Governo* nº 257 de 17 de Novembro de 1926, 1ª série.

¹¹⁹ O Decreto 12426 de 2 de Outubro (*Diário do Governo* nº 220 de 2 de Outubro) estabelecia o novo Estatuto Universitário Português.

¹²⁰ Decreto nº 12677 de 12 de Novembro de 1926.

¹²¹ “A única novidade da reforma de 1926 consistia na ordenação dos grupos de História, Geografia e Filosofia”, Oliveira Marques, “Notícia Histórica”, *op. cit.*, p. 148. Ao introduzir um novo curso de Ciências Históricas, o legislador acabou por fazer uma profunda reformulação no curso de Ciências Históricas e Geográficas.

¹²² No ponto referente à Subordinação da Filosofia iremos aprofundar a questão relacionada com o número de alunos inscritos na Secção e no Grupo de Filosofia em relação ao de outras secções.

Oliveira Marques afirma que o “legislador de 1926” tomara essa opção “talvez com o fundamento que não valia a pena ao Estado manter autónoma uma secção cuja frequência total nunca atingira a meia centena de alunos”¹²³. Por outro lado, parece que na elaboração da nova reforma do curso de Ciências Históricas, esteve presente “uma crescente tendência para a ligação da história à filosofia”, que caracterizara a Ditadura Militar e o período de emergência do Estado Novo¹²⁴. Reis Torgal refere que essa proposta de unir a história à filosofia já havia sido defendida por Fidelino de Figueiredo, ideia que nesse período inicial da Ditadura Militar assumira algum relevo¹²⁵.

De facto a nova organização do curso parecia passar de uma perspectiva analítica da História para uma nova perspectiva que possibilitava o desenvolvimento de um pensamento histórico mais crítico¹²⁶. Na sua obra *O Espírito Histórico*, publicada pouco depois do ensaio sobre o ensino da história¹²⁷, Fidelino havia criticado a “objectividade na construção histórica”, que estabelecera a noção de que “a história tem por fim criticar o texto e apurar o facto”¹²⁸, transformando a história numa “série de análises sem ideal, paleografia, epigrafia, diplomática, esfragística, que são na verdade só trabalhos preparatórios”¹²⁹.

¹²³ Oliveira Marques, “Notícia Histórica”, *op. cit.*, p. 148

¹²⁴ Luís Reis Torgal, “Ensino da História na *Universidade*”, *História da História de Portugal*, [s.l.], 1996, p. 484

¹²⁵ “Curiosamente, tinha sido essa a proposta de Fidelino de Figueiredo”, Reis Torgal, *idem*, p. 484. Em 1910, no ensaio *A educação da abstracção* (*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 9 – Setembro - 28ª série, Lisboa, 1910), o jovem Fidelino defendera “o ensino conexo da história e da filosofia, pelo qual se conclui a necessária preparação para as escolas superiores de ciências sociais – Curso Superior de Letras e Faculdade de Direito – onde uma inteligência tarda e demasiado presa ao objecto concreto dificilmente logrará êxito” (p. 275)

¹²⁶ “Perante uma concepção predominantemente analítica da história, Fidelino sustenta uma história como construção crítica e sintética e imbuída de espírito filosófico. Ao historiador cabe construir sínteses de repertórios de factos elaborados dedutivamente a partir de documentos.” Mário Carneiro, “Fidelino de Figueiredo”, *História do Pensamento Filosófico Português* (dir. Pedro Calafate), vol. V – Século XX, tomo 1, Lisboa, 2000, p. 404. Parece claro que Fidelino não se opunha à metodologia da escola metódica relativamente ao uso dos documentos, mas não advogava a procura positivista de concepção de sistemas racionais históricos.

¹²⁷ Cfr. nota 125 na p. 54.

¹²⁸ Fidelino de Figueiredo, *O Espírito Histórico*, 3ª edição, Lisboa, 1920, p. 64.

¹²⁹ *Idem*, p. 65.

É clara a opinião desfavorável que Fidelino faz ao modelo metodológico adoptado no ensino e na concepção histórica das Faculdades de Letras em Portugal. A essa falta de “espírito filosófico da história”¹³⁰, o ensaísta “enfatizava [...] a necessidade urgente de completação da História analítica, respeitável pelo culto do documento (sua pesquisa, sua análise, sua divulgação), pela História como síntese interpretativa dos factos, só ela capaz de contribuir para a formação da lúcida consciência nacional”¹³¹. Porém, a nova estrutura curricular não desenvolveu um novo debate historiográfico no seguimento de Fidelino de Figueiredo¹³². Por outro lado, a inclusão da Filosofia no curso de Ciências Históricas teria, segundo alguns autores, afastado a “história de uma realidade complexa e social”¹³³.

Este favorecimento dos factores nacionais através da História, que Fidelino avidamente defendera em 1910-11¹³⁴, tinha uma calorosa recepção por parte dos sectores nacionalistas por detrás do golpe de 28 de Maio e do estabelecimento da Ditadura. Deste modo, a reforma de 1926 poderia ser visto como “o reflexo nos curricula das Faculdades de Letras do historicismo nacionalista conservador que constituía uma dos pontos de consenso ideológico para todas as correntes políticas que concretizaram o golpe de estado de 28 de Maio de 1926”¹³⁵.

Entre a desnecessária existência de um curso pouco frequentado e o reforço de uma concepção da história de cariz nacionalista e próxima do pensamento filosófico, o legislador optava por uma posição que beneficiaria ambas as vertentes¹³⁶.

De qualquer forma, a reforma manteve o Curso de Ciências Históricas e Geográficas, não englobando as três áreas de saber num curso geral que teria

¹³⁰ *Idem*, p. 64.

¹³¹ António Soares Amora, *O essencial sobre Fidelino de Figueiredo*, Lisboa, 1989, p. 14.

¹³² “Uma linha de discussão que Fidelino de Figueiredo captou e quase encerrou”, Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios*, III, 1971, p. 258.

¹³³ *Idem*, *ibidem*.

¹³⁴ “Além de difundir e fazer progredir a ciência – [...] – a história infundirá o espírito histórico, essencialmente educativo, o que será uma poderosa contribuição para uma transformação da *psique* nacional”, Fidelino de Figueiredo, *op. cit.*, 1920, p. 8.

¹³⁵ Avelãs Nunes, *op. cit.*, p. 36.

¹³⁶ “Assim, embora a reforma representasse, no primeiro aspecto, um recuo em relação às anteriores, na medida em que desautonomizava a Filosofia, facilitava, não obstante, um ajustamento entre as necessidades práticas do país e as afinidades das diferentes áreas do saber”. Oliveira Marques, “Notícia Histórica”, *op. cit.*, p. 148.

relativizado ainda mais o carácter de especialização que se entendia ser aplicado a uma Faculdade. A partir daqui, os Cursos de Ciências Históricas ficariam marcados pelas suas especificações – Geografia e Filosofia – desobrigando os alunos que tendiam mais para os estudos geográficos a frequentar cadeiras de Filosofia e vice-versa.

A Secção de Ciências Históricas e Geográficas passava a ter o seguinte estrutura:

1º Ano	2º Ano
Propedêutica Histórica (S) História Antiga (A) História de Portugal (I) (A) Geografia Geral (A) Mineralogia e Geologia (Fac. Ciências) (A) Paleografia e Diplomática (S)	História Medieval (A) História de Portugal (II) (A) Epigrafia (S) Numismática e Esfragística (S) Geografia de Portugal (A) Curso Geografia Física (Fac. Ciências) (S) Antropogeografia Geral (S) Etnologia (S)
3º Ano	4º Ano
História Moderna e Contemporânea (A) H. Descobrimientos e Colonização Portuguesa (A) Arqueologia (A) História da Literatura Portuguesa (I) (A) História das Religiões (S) Geografia Política e Económica (A)	História Geral da Civilização (A) História da Literatura Portuguesa (II) (A) Estética e História da Arte (A) Geografia Colonial Portuguesa (A) Estudos Brasileiros (A)

Legenda: A – cadeira anual; S – cadeira semestral.

Apesar de manter o carácter enciclopédico que sempre havia caracterizado o curso, a nova legislação centrava-o mais no eixo História-Geografia, deixando os alunos de frequentar as cadeiras de Filosofia e a cadeira de Filologia Clássica, sendo que as cadeiras de Filologia Românica ficariam reduzidas a duas. Às cadeiras do 2º, 4º e 5º grupos juntavam-se as cadeiras anexas de Estética e Estudos Brasileiros, ambas muito próximas da História. As cadeiras de Paleografia e de Diplomática eram assimiladas numa só.

Porém, a vertente geográfica conhecia um certo reforço através do desdobramento da cadeira de Geografia de Portugal e Colónias em duas, uma dedicada à metrópole e outra dedicada ao ultramar, aprofundando uma visão pró-nacional que já advinha de 1916, com a passagem a anual dessa cadeira, e de 1918, com a cadeira de Descobrimientos. A completar o ensino da Geografia, os alunos passavam a frequentar a cadeira de Mineralogia e Geologia, leccionada na Faculdade de Ciências, que substituíra

o curso de Cartografia, também aí leccionado. A Geografia e o seu ensino ficavam a ganhar com a nova legislação.

A Secção de Ciências Históricas e Filosóficas, o primeiro curso a ser criado após a legislação fundadora de Onze, apresentava o seguinte plano:

1º Ano	2º Ano
Propedêutica Histórica (S)	História Medieval (A)
História Antiga (A)	História de Portugal (II) (A)
História de Portugal (I) (A)	Epigrafia (S)
Paleografia e Diplomática (S)	Etnologia (S)
Numismática e Esfragística (S)	Lógica e Moral (A)
Psicologia Geral (A)	História da Filosofia Antiga (A)
3º Ano	4º Ano
História Moderna e Contemporânea (A)	História Geral da Civilização (A)
H. Descobrimto e Colonização Portuguesa (A)	História da Literatura Portuguesa (II) (A)
Arqueologia (A)	Estética e História da Arte (A)
História da Literatura Portuguesa (I) (A)	Psicologia Experimental (A)
História das Religiões (S)	História Filosofia Moderna e Contemporânea (A)
História da Filosofia Medieval (S)	Estudos Brasileiros (A)

Legenda: A – cadeira anual; S – cadeira semestral.

Ao contrário da secção anteriormente referida, esta não apresentava cadeiras novas, à excepção da reestruturada Paleografia e Diplomática, tratando-se, apenas, da reunião de disciplinas já existente no 4º Grupo da Faculdade. Isto revela que a nova realidade não procurava trazer uma perspectiva renovada da História e do seu entendimento à luz das novas concepções que emergiam noutros locais. A tendência para uma historiografia nacionalista, na nova reforma e no novo poder político, não traziam, cientificamente, nada de relevante para o desenvolvimento da produção histórica e em breve tenderia para uma estagnação intelectual, para uma História pouco crítica, ao contrário daquilo que sempre defendera Fidelino de Figueiredo.

Não havia uma procura de fomento do conceito de interdisciplinaridade que começava a ter eco em algumas das historiografias europeias. Mais que enciclopédico, o saber histórico aparecia como um saber humanista preso às concepções tradicionais, onde a História se mantém rodeada das “suas” ciências auxiliares. Mas também a própria Filosofia parece vaticinada para pouco mais do que história do pensamento; das

quatro cadeiras de Filosofia (a que se juntavam duas de Psicologia) inseridas no plano curricular, três eram de História da Filosofia.

2.1.5 – A Reforma de 1930

O Decreto 18003 de 25 de Fevereiro de 1930¹³⁷ vinha repor em grande medida o que fora estabelecido pela reforma de 1929¹³⁸, que nunca havia chegado a entrar em vigor¹³⁹. Contudo seriam, primeiramente, “revistas as disposições do decreto nº 17063 de 3 de Julho de 1929, depois de ouvidos os Conselhos das Faculdades de Letras”.

Abrimos aqui um parêntesis, que nos parece útil, sobre a legislação aprovada em 1929 e a sua posterior revogação cerca de dois meses depois, pois ele servirá de base à reforma seguinte das Faculdades de Letras.

A Reforma de 1929 foi empreendida pelo ministro da Instrução Pública, o professor Gustavo Cordeiro Ramos¹⁴⁰, que procurava, por um lado, adaptar as alterações introduzidas pelo novo Estatuto Universitário (Decreto 16623 de 18 de Março de 1929), e por outro, a necessidade que o “progresso e a nova orientação de alguns ramos de ensino”¹⁴¹ exigiam. Assim, no “sentido de promover que o professor de ensino superior possa dar-se a uma maior concentração de estudos e a uma especialização mais efectiva dos seus trabalhos, não tendo de curar senão do ensino e da ciência”, o novo diploma procurava reestruturar os planos de estudos e a própria composição das Faculdades de Letras, em particular, na remodelação das Secções de ciências históricas, geográficas e filosóficas. O legislador terminava com o curso de Ciências Históricas e Geográficas e autonomizava, pela primeira vez em Portugal, o ensino da Geografia, mantendo, contudo, a Filosofia agregada à História.

¹³⁷ *Diário do Governo* nº 46 de 25 de Fevereiro de 1930, 1ª série.

¹³⁸ Decreto 17063 de 3 de Julho, *Diário do Governo* nº 149, 1ª série, da mesma data.

¹³⁹ Foi suspenso pelo Decreto 17305 de 5 de Setembro de 1929 (*Diário do Governo* nº 204, 1ª série, da mesma data).

¹⁴⁰ Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) iniciou os seus estudos em Évora, sendo mais tarde aluno no Curso Superior de Letras e na Universidade de Leipzig, que muito terá contribuído para a sua conhecida germanofilia. Ideologicamente conservador e nacionalista seria ministro da Educação por várias vezes durante a Ditadura Militar e o Estado Novo: 10/11/1928 a 7/7/1929; 21/1/1930 a 5/7/1932 e de 5/7/1932 a 24/7/1933. Tendo no seu primeiro mandato instituído a Reforma Universitária de 1929, viria a repô-la durante o seu segundo mandato na pasta, após a suspensão decretada pelo seu antecessor, Silva Teles.

¹⁴¹ Decreto 17063.

Porém, dois meses depois da publicação do referido decreto, o novo ministro da Instrução Pública, o professor Silva Teles, vinha revogar o disposto anteriormente. É deveras curioso que uma figura tão proeminente da Geografia portuguesa tenha suspenso o decreto de 3 de Julho, repondo o seu ensino associado ao da História. Aliás, este ponto era o único que recebia um elogio no diploma de revogação¹⁴². A grande crítica às normas aprovadas por Cordeiro Ramos, advinha do facto de não terem sido “ouvidos, como se impunha, nem o Conselho Superior de Instrução Pública, nem os Conselhos das Faculdades de Letras”, situação que o ministro viria a explicar numa carta ao colega das Finanças, António Oliveira Salazar. O professor de Filologia Germânica afirma que, quando Silva Teles (já como novo ministro da Instrução) perguntou às Faculdades de Letras “se tinham sido ouvidas sobre a respectiva lei orgânica recentemente publicada, [...], a Faculdade de Coimbra disse que não fora ouvida sobre a última redacção, mas que o diploma promulgado não era no fundo senão a reforma por ela proposta e com a qual fora pequenos pormenores, a Faculdade de Lisboa concordava”¹⁴³, ou seja, mesmo que Cordeiro Ramos não tivesse consultado as respectivas Faculdades de Letras, estas pareciam apoiar as medidas tomadas.

Esta suposta concordância parecia não ter sido muito clara em Lisboa, em especial, devido ao próprio Silva Teles, que além de Reitor da Universidade de Lisboa à época do decreto de 3 de Julho, se queixava, também, “de não ter sido consultado sobre as alterações feitas no ensino da geografia”¹⁴⁴. Cordeiro Ramos justifica “que sobre o assunto tive[ra] o cuidado de consultar os Srs. Drs. Anselmo Ferraz de Carvalho e Amorim Girão, tendo ambos apoiado o ponto de vista, que o ensino da geografia precisa de ter uma base mais científica, só agora estabelecida na última reforma”¹⁴⁵. Parece claro, que toda esta situação ocorrida com o decreto de 3 de Julho e a sua revogação a 5 de Setembro, se deveu, mais a um afrontamento entre Silva Teles e Cordeiro Ramos, do que a uma questão pedagógica. Não deixa de ser interessante ver que este procurou a opinião dos professores de Geografia de Coimbra (talvez mais próximos das suas simpatias ideológicas), do que recorrer a um seu colega na Faculdade de Letras de

¹⁴² “Considerando que o referido decreto nº 17063, apesar de algumas modificações úteis – como a separação dos estudos históricos e geográficos – não alterou as condições gerais da vida actual das Faculdades de Letras”. Decreto 17305.

¹⁴³ ANTT, AOS/CO/ED-11, Carta de Gustavo Cordeiro Ramos a Salazar de 5 de Agosto de 1929, p. 6.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 6.

¹⁴⁵ *Idem*, pp.6-7.

Lisboa, Reitor da Universidade de Lisboa e figura marcante no pensamento e ensino dos estudos geográficos.

Temporariamente vencido, assim que regressou ao Governo, no início de 1930, Cordeiro Ramos voltou a decretar uma reforma nas Faculdades de Letras, recuperando a obra do Verão anterior.

Inspirada na normativa de 1929 e no seguimento da anterior, a nova reforma caracterizava-se pelas grandes alterações efectuadas nos cursos de Ciências Históricas. Se quatro anos antes, a legislação criara um curso que unia a História e a Filosofia, agora, os legisladores findavam com a licenciatura de Históricas e Geográficas, que existia desde a fundação da Faculdade, autonomizando a Geografia:

“Até agora a cultura ministrada nas cadeiras que compunham a licenciatura de ciências histórico-geográficas era quase exclusivamente humanista, embora os estudos geográficos, por se terem elevado à categoria de organização científica autónoma, constituindo com a geologia uma das ciências da Terra, já de há muito se tivessem libertado pela estreiteza em que os confinava o modesto papel de meros auxiliares da história que a tradição docente lhe tinha outorgado”¹⁴⁶.

Neste excerto do preâmbulo do diploma apercebemo-nos que a crítica feita ao curso de histórico-geográficas se devia à sua matriz enciclopédica e marcadamente historizante ou “humanística”. No novo decreto aproximava-se a geografia das ciências naturais, como a geologia.

Passava, portanto, a existir um curso autónomo de Geografia, ao lado do de Ciências Históricas e Filosóficas e dos de Filologias Clássica, Românica e Germânica. Com essa nova estrutura curricular, o decreto procurava “na organização do quadro de estudos da licenciatura em ciências histórico-filosóficas introduzir [...] também modificações no sentido de tornar mais estreita a aliança entre os dois grupos de ciências que a compõem e mais equilibrada a sua acção recíproca”¹⁴⁷.

As novas disposições procuravam equilibrar o número de cadeiras de ambos os grupos, alterando o predomínio da vertente histórica, que sempre existira. Se em 1926, as cadeiras de Filosofia eram apenas quatro em relação às catorze de História, em 1930, os números passavam a ser sete em relação a onze, respectivamente (além das duas cadeiras de Psicologia que se mantinham associadas ao 6º Grupo). Ao contrário do que acontecera com a Geografia, sempre em clara desvantagem no quadro curricular, a Filosofia constituía, efectivamente, uma componente essencial dentro da reformada

¹⁴⁶ Preâmbulo do Decreto nº 18003 de 25 de Fevereiro.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem.*

licenciatura de Ciências Históricas e Filosóficas. A vertente histórica seria importante mas não predominante, como fora com os estudos geográficos, em especial com as disposições de 1918.

O recém-aprovado Plano de Estudos da licenciatura de Ciências Históricas e Filosóficas apresentava-se desta forma:

1º Ano	2º Ano
História da Antiguidade Oriental (S)	História Medieval (A)
História da Antiguidade Clássica (S)	História de Portugal (A)
História da Filosofia Antiga (A)	História da Filosofia Medieval (A)
Geografia Humana (S)	Lógica e Metodologia (A)
Psicologia Geral (A)	Paleografia e Diplomática (A)
Epigrafia (S)	
3º Ano	4º Ano
História Moderna e Contemporânea (A)	História da Filosofia em Portugal (S)
H. Descobrimientos e Colonização Portuguesa (A)	Teoria do Conhecimento (S)
História da Filosofia Moderna e Contemporânea (A)	Psicologia Experimental (A)
História Geral da Civilização (A)	Moral (S)
Numismática e Esfragística (S)	Arqueologia (A)
	Estética e História da Arte (A)

Legenda: A – cadeira anual; S – cadeira semestral.

Nesta reforma, o 4º Grupo fora “penalizado” com a redução do número de cadeiras da sua área: História de Portugal II, Propedêutica Histórica e História das Religiões desapareciam. A primeira significava uma importante fractura no ensino dos estudos históricos portugueses, em particular para as épocas modernas e contemporâneas, pois, como acontecia antes de 1916 e da duplicação da cadeira, as aulas de História de Portugal ultrapassavam pouco os temas relacionados com a Fundação e a consolidação da Nacionalidade. Mesmo tendo em conta a opinião de Reis Torgal, que entende que “a redução do ensino da História de Portugal era mais aparente do que real, porque agora, para adquirir a licenciatura, seria necessário defender uma dissertação (que normalmente era feita neste âmbito) ”¹⁴⁸, a nova resolução legislativa, em consonância com o repúdio que a Ditadura Militar e o Estado Novo ascendente tinham pelo estudo da História mais recente, bloqueou, nos meios universitários, o normal desenvolvimento da investigação e do ensino sobre esse tempo histórico, em especial a partir da Revolução Liberal, pois poderia possibilitar “actividades

¹⁴⁸ Reis Torgal, “Ensino da História na *Universidade*”, *op. cit.*, p. 484

subversivas”. As outras duas cadeiras sofreriam, também, com esse “zelo” governativo de manter a Universidade livre de quaisquer exposições lectivas que não se coadunassem com a ideologia do regime. O próprio ministro da Instrução Pública, Cordeiro Ramos, defendia a medida de supressão das cadeiras de Propedêutica Histórica e História das Religiões, por serem “inúteis” e “a última, pelo menos na Faculdade de Letras de Lisboa, só servia para o Prof. Agostinho Fortes fazer propaganda jacobina e irreligiosa”¹⁴⁹.

A única novidade no grupo era a divisão da cadeira de História Antiga em duas: História da Antiguidade Clássica e História da Antiguidade Oriental, separando o estudo da Grécia e da Roma antigas das civilizações pré-clássicas¹⁵⁰. Mantinham-se as tradicionais “ciências auxiliares” e a de Estética e História da Arte, e deixavam de ser leccionadas no curso: a cadeira de Estudos Brasileiros e todas as cadeiras de Filologia Românica, concentrando mais o ensino entre a História e a Filosofia¹⁵¹. A única exceção a essa perspectiva era a inclusão da cadeira de Geografia Humana, em substituição de Etnologia.

Todavia, apesar de um aumento da importância dos estudos filosóficos no seio do curso, o 6º Grupo contou, apenas, com a criação de duas novas cadeiras (História da Filosofia em Portugal e Teoria do Conhecimento), enquanto que a cadeira de Lógica e Moral era desdobrada em duas (Lógica e Metodologia, e Moral).

A nova reforma pouco diferia da sua antecessora, em relação ao curso de Ciências Históricas, pois mantinha o seu ensino agregado a outra área do saber; mas minimizando a sua componente historizante, ao retirar-lhe três cadeiras. Porém reforçava progressivamente o eixo histórico-filosófico, que se esperava do curso.

¹⁴⁹ ANTT, AOS/CO/ED-11, Carta de Cordeiro Ramos a Salazar, p. 7.

¹⁵⁰ No fundo, a realidade mantinha-se inalterada, uma vez que a cadeira de História Antiga (que reunia esses temas) era anual, e as duas novas cadeiras seriam semestrais.

¹⁵¹ “[...] concentrando e intensificando o trabalho da cultura histórico-filosófica, eliminaram-se do quadro das suas disciplinas algumas cadeiras dos grupos das ciências filológicas que nele figuravam e substituíram-se algumas cadeiras do grupo de ciências Históricas, que já se encontravam desmesuradamente representadas no plano de licenciatura, por outras do grupo das ciências filosóficas, cuja composição era demasiadamente modesta”, Preâmbulo, Decreto 18003.

2.2 – O Lugar da Geografia

2.2.1 – As propostas de ensino universitário da Geografia em Portugal, no século XIX

O ensino universitário da Geografia em Portugal apenas foi introduzido com a Reforma de 1901 (no Curso Superior de Letras); mais de cem anos depois, da já citada obra de Kant, sobre a Faculdade de Filosofia, cujo departamento do “conhecimento histórico” incluiria o ensino dos estudos geográficos e quase cem anos após a criação da primeira cadeira de Geografia na Universidade de Paris (1802)¹⁵².

Em Portugal, um dos primeiros projectos de escola superior de humanidades que refere a inclusão de uma cadeira de Geografia no seu plano curricular é o *Projecto de lei da Organização geral da Universidade de Portugal dedicado à Nação Portuguesa e oferecido ao Corpo Legislativo*¹⁵³, de Guilherme Dias Pegado (lente de Matemática da Universidade de Coimbra), oferecido em 1835 ao poder legislativo para futura discussão. Baseado no plano apresentado por Talleyrand à Assembleia Nacional¹⁵⁴ e no anterior projecto defendido por Luís Mouzinho de Albuquerque¹⁵⁵ (1823), Dias Pegado estabelecia uma Faculdade de Letras, com um curso geral de três anos, sendo que no primeiro ano os alunos frequentariam as cadeiras de História Geral e Filosofia Antiga e Moderna e Geografia Antiga e Moderna. Surgia assim a primeira intenção de dar a Geografia um cariz académico.

Em 1836, um ano após o plano de Dias Pegado, o lente de Matemática da Academia Real da Marinha, Albino de Figueiredo e Almeida apresentava, também, um plano de reforma do ensino superior, *Projecto de Reforma da Instrução Pública*¹⁵⁶, cuja Faculdade de Literatura (que incluía os ensinamentos históricos e filosóficos) seria completada com uma cadeira de Geografia.

¹⁵² Cfr. Tim Unwin, *The Place of Geography*, Edimburgo, Longman, 1992, pp 80-81

¹⁵³ Guilherme José Dias Pegado, *Projecto de lei da Organização Geral da Universidade de Portugal dedicado à Nação Portuguesa e oferecido ao Corpo Legislativo*, Coimbra, 1835.

¹⁵⁴ *Idem*, “Advertência”.

¹⁵⁵ Luís Mouzinho de Albuquerque, *Ideias sobre os estabelecimentos da instrução pública dedicadas à Nação portuguesa e oferecida aos seus representantes*, Paris, 1823. Este esboço de reforma de toda a estrutura educacional portuguesa, propunha o fim do monopólio coimbrão, através da criação de mais duas academias em Lisboa e no Porto, mas ainda não apresentava a introdução da Geografia.

¹⁵⁶ Albino de Figueiredo e Almeida, *Projecto de Reforma da Instrução Pública*, Lisboa, 1836.

Um terceiro plano, igualmente anterior à criação do Curso Superior de Letras, veio propor, mais uma vez e entre outros pedidos, a introdução dos estudos geográficos na educação superior. Trata-se de um projecto de lei, apresentado por José Maria de Abreu, em 1857, à Câmara dos Deputados¹⁵⁷. Numa clara antecipação daquilo que viria a ser o Curso Superior de Letras, o deputado procurava colmatar a falha existente em Portugal no que ao ensino das humanidades dizia respeito¹⁵⁸. Contudo, ao contrário das propostas acima referidas, José Maria de Abreu, propunha a criação de uma cadeira de História e Geografia, em ambos os cursos superiores de letras, a serem estabelecidos em Coimbra e Lisboa. É impossível não reparar na reunião das duas ciências, que em 1911, seriam também reunidas num único curso nas Faculdades de Letras. Apenas existiria, segundo o projecto, uma outra cadeira histórica, a de História Portuguesa e Arqueologia, concluindo que a Geografia, no entendimento científico do plano é inconcebível sem o ensino histórico.

Apesar destas propostas, aquando da criação do Curso Superior de Letras de Lisboa (1858/59), a Geografia não teve lugar no leque das cinco cadeiras então regulamentadas, naquela que era a primeira escola superior de Humanidades do país. Mas, rapidamente, se tentou ultrapassar este lapso à medida que sucessivos pedidos de reestruturação do Curso eram dirigidos ao e pelo Governo português.

Um dos pedidos expostos foi o de Jaime Moniz, a 8 de Setembro de 1869¹⁵⁹, onde o futuro reformador da lei dos liceus nacionais aconselhava a introdução de um novo grupo de cadeiras e a reestruturação das já existentes. Entre elas incluía-se uma cadeira de Geografia e Etnologia antigas e modernas. Contudo Moniz, apenas conseguiu concretizar o estabelecimento de parte desta cadeira, com a Reforma de 1901 e a cadeira de Geografia. A Etnologia teria de aguardar pela obra republicana. Pouco depois, o professor da Faculdade de Matemática de Coimbra, António José Teixeira enviava à Câmara dos Deputados um projecto de reforma da Universidade¹⁶⁰, em 1874, que propunha a criação de uma Faculdade de Filosofia e Letras em Coimbra e de um Curso

¹⁵⁷ Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, “Dois projectos de lei do século XIX”, *Novos estudos de História e de Pedagogia*, Coimbra, 1986, pp.67-96.

¹⁵⁸ “[...] a literatura, a História, a Filosofia, a Geografia e a Arqueologia não podiam ficar encerradas nos acanhados limites do ensino elementar dos liceus”, Joaquim Ferreira Gomes, *Idem, op. cit.*, 1986, p. 74

¹⁵⁹ Busquets de Aguilar, *op. cit.*, pp. 48-49.

¹⁶⁰ Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, “Dois projectos de lei do século XIX”, *Novos estudos de História e de Pedagogia*, Coimbra, 1986.

Superior de Letras no Porto, e a reforma do já existente, em Lisboa. O plano de estudos, que seria diferente para Coimbra e para Lisboa e Porto, apresentava a cadeira de Geografia Antiga e Moderna, muito à semelhança da proposta de Moniz. A cadeira procurava superar a falha existente no ensino superior, de uma área de saber, já leccionada nos liceus, mas que por toda a Europa e América, ia ganhando grande desenvolvimento científico e institucional. Não esqueçamos, por exemplo, que a Sociedade de Geografia de Lisboa fora fundada em 1875, e as grandes viagens de exploração empreendidas pelos portugueses em África nas décadas de 1870 e 1880, caso de Serpa Pinto, Capelo e Ivens. Não era apenas a necessidade científica que se impunha, mas também, uma necessidade prática relacionada com a exploração e colonização dos imensos territórios africanos reclamados por Portugal, inexplorados e cobiçados.

Por uma última vez, em 1899, uma comissão de professores do Curso, formada por Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso e Sousa Lobo¹⁶¹, cumprindo, mais uma vez, o pedido do Governo de José Luciano de Castro, apresentou um esquema de reformulação, em que propunha novas cadeiras de Pedagogia, Psicologia, Filologia Germânica e Geografia, assim como a transformação do Curso em Escola Superior de Letras. As vicissitudes da política portuguesa quiseram que fosse o Governo de Hintze Ribeiro a decretar a Reforma de 1901 elaborada por Jaime Moniz e influenciada pelo trabalho dos seus colegas na comissão de 1899. Como propusera trinta anos antes, o professor estabelecia, agora e finalmente, o ensino da Geografia numa instituição de educação superior em Portugal.

2.2.2 – O ensino universitário da Geografia

Falar do ensino universitário da Geografia obriga, indubitavelmente a falar da figura de Francisco Xavier da Silva Teles, considerado, por muitos, o “introdutor do ensino universitário da Geografia em Portugal”¹⁶². Apesar da cadeira de estudos geográficos ter sido introduzida no Curso Superior de Letras, em 1901, e o seu primeiro professor ter sido, interinamente, o emblemático Teófilo Braga¹⁶³, só com a realização

¹⁶¹ Busquets de Aguilar, *op. cit.*, p. 101.

¹⁶² Orlando Ribeiro, “Silva Teles, o introdutor do ensino da Geografia em Portugal”, *Opúsculos*, vol. II – *O Pensamento Geográfico*, Lisboa, 1989, pp. 141-161.

¹⁶³ Oliveira Marques, “Notícia Histórica”, *op. cit.*, p. 167.

do concurso de 1904 para o provimento de algumas das novas cadeiras criadas três anos antes, se iniciou um verdadeiro ensino da Geografia, com a entrada de Silva Teles.

A apresentação feita ao júri do concurso, *A Conceção das Unidades Geográficas: Introdução à Antropogeografia*, demonstrava um conceito de Geografia como estudo científico autónomo e não agregado a outra ciência, ideia que Silva Teles irá defender¹⁶⁴. No Congresso Internacional de Geografia, realizado em Genebra, em 1908, seria um dos quinze geógrafos destacados para elaborar a definição de Geografia, defendendo “o ensino da Geografia como matéria autónoma, dentro de um conceito naturalista muito em voga na ciência de expressão alemã e anglo-saxónica e uma visão sintética e integradora no tratamento dos seus temas”¹⁶⁵.

Silva Teles entendia a Geografia dentro de um “conceito *naturalista*”, de influência humboldtiana, incluindo-a “no conjunto das ciências naturais e não prescindindo de, sinteticamente, procurar todas as ordens de causalidade que concorrem para explicar a evolução e o funcionamento da superfície terrestre *considerada como organismo vivo*”, onde, também, se inclui o Homem, “pelo menos naquilo em que o ser humano esteja *biogeograficamente* dependente dos factores naturais”¹⁶⁶. Assim, o objecto da Geografia, seria o estudo dos factores naturais da Terra e humanos na sua relação com o meio natural que o envolve, numa perspectiva de tal modo abrangente, que a disciplina ocuparia “não só um lugar de direito mas um lugar proeminente entre as demais ciências”¹⁶⁷ (à semelhança do que a Filosofia iluminista ou a Sociologia comtiana almejaram conseguir). O esforço de Silva Teles será imprimir no conceito e no ensino da Geografia esse cunho naturalista¹⁶⁸, bastante próximo das ciências naturais, mas não deixando de integrar os fenómenos de cariz humano e social, que o aproxima das humanidades. Deste modo, é facilmente, perceptível o desejo do professor de incluir

¹⁶⁴ “La géographie est, sans la moindre contestation, une science autonome. [...] Cette autonomie exige, au point de vue didactique et pédagogique, une indépendance complète de l’histoire”, Silva Teles, “Enseignement Supérieur de la Géographie”, *op. cit.*, p. 177

¹⁶⁵ Orlando Ribeiro, “Silva Teles...”, *op. cit.*, p. 145.

¹⁶⁶ José Ramiro Pimenta, *Introdução às Obras de Silva Teles. A Ciência Geográfica*, Lisboa, 2004, pp. II-III.

¹⁶⁷ *Idem*, p. IX.

¹⁶⁸ “[...] uma das grandes empresas a que Silva Teles dedicou grande parte do seu esforço foi a de delimitar um conceito estritamente científico de geografia, libertando a disciplina das contaminações não-científicas que, [...] ainda frequentavam regularmente os congressos internacionais”, *Idem*, pp. XXVI-XXVII.

as ciências sociais na estrutura da Faculdade de Letras que se erguia, e, certamente, o seu agrado, no facto de se incluir duas cadeiras, que apesar de relacionadas com a Geografia, eram leccionadas na Faculdade de Ciências (Geografia Física e Desenho Cartográfico).

A nova legislação trazida pelo Governo Provisório, ao instituir as Faculdades de Letras, dava à Geografia um lugar ao lado das tradicionais áreas de saber humanístico: Filologia, Filosofia e História. Mas, como vimos anteriormente, delegou-a para um curso conjunto, onde, mais que agregada à História, a sua função no plano curricular correspondia ao entendimento dos estudos geográficos dependentes dos estudos históricos. Como em outras características das Faculdades de Letras, da sua composição e currículo, a opção por um Curso de Ciências Históricas e Geográficas surgia na influência que o ensino francês exercia em Portugal¹⁶⁹. Sobre as correntes geográficas em França, Silva Teles refere que a vertente dominante em França, era a *histórica*¹⁷⁰. As excepções a esta tendência generalizada eram Vidal de la Blache e os seus discípulos, seguidores do conceito ritteriano (de Ritter), alargado por William Davia, Ratzel e De Martonne (geógrafo determinante na formação de Orlando Ribeiro).

Não obstante, o pensamento de influência alemã de Silva Teles (que entendia a Geografia como uma ciência de pleno direito, inspirado pelo desenvolvimento germânico sobre o papel dos estudos geográficos¹⁷¹), a corrente histórica geográfica francesa acabou por prevalecer.

Eram instituídas seis cadeiras de Geografia no curso de Ciências Históricas e Geográficas, sendo que duas teriam lugar na Faculdade de Ciências. Na Faculdade de Letras seriam leccionadas as cadeiras de Geografia Geral, Geografia de Portugal e

¹⁶⁹ “O ensino da geografia em França, não estava apenas junto com o da História, mas subordinado a ela, ideal que foi transposto para o ensino nacional, assim como uma panóplia de conceitos importados dos franceses. [...]”; “[...] O legislador de Onze entendeu constituir um curso, onde os estudos Geográficos, se encontrassem ligados à História, na sua dependência, pois a Geografia era incompreensível sem a História”. Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 178.

¹⁷⁰ “Já notável em Montesquieu e Taine, pela qual a Geografia é reduzida a um simples auxiliar da História”. Silva Teles, “O Conceito Científico da Geografia” (1916), *Obras de Silva Teles. A Ciência Geográfica*, Lisboa, 2004, p. 154.

¹⁷¹ “A geografia alemã, que havia conhecido uma presença universitária forte um século antes, com Ritter e Humboldt, reforçou a presença no último quartel do século XIX numa extensão que não deixa dúvidas quanto ao propósito de a tornar uma disciplina universitária de pleno direito”, José Ramiro Pimenta, *op. cit.*, p. XI.

Colónias, Geografia Política e Económica, e Etnologia. Curiosamente, a área científica que granjeava o grande empenho de Silva Teles (que regia todas as cadeiras acima descritas), não se encontrava no programa: a Geografia Humana ou Antropogeografia¹⁷².

A Antropogeografia fora o tema escolhido por Silva Teles para se apresentar ao concurso para o provimento da cadeira de Geografia do Curso Superior de Letras, em 1904. O geógrafo entendia-a com “uma ciência de cúpula que pertence por igual à geografia e à antropologia”¹⁷³, obrigando, por isso, o seu estudo a envolver “num largo programa, questões políticas, económicas, etnográficas e antropológicas propriamente ditas”¹⁷⁴. O seu ensino seria fundamental para a compreensão do Homem, como ser natural e social, na relação com o meio que o circunda¹⁷⁵.

A primeira alteração no quadro das cadeiras do 5º Grupo ocorreria em 1916, quando os *aditamentos* à Legislação fundadora, numa evidente medida de incremento dos estudos dedicados ao país (desdobramento das cadeiras de História de Portugal e de História da Literatura Portuguesa em cadeiras bienais), decretavam que a cadeira de Geografia de Portugal e Colónias passaria a ser anual (o 4º Grupo ganhava mais uma cadeira, enquanto Geografia ganhava mais um semestre). De qualquer forma, esta medida de carácter *nacionalista* antecipava aquilo que a reforma de 1926 viria trazer com o desdobramento da cadeira em duas.

Nesse mesmo ano lectivo, de 1915/16, o grupo de Geografia (juntamente com o de História), era *agraciado* com a entrada do seu primeiro assistente, Luís Schwalbach Lucci, que após a morte de Silva Teles (1930) ocuparia a regência da grande maioria das cadeiras geográficas da Faculdade de Letras de Lisboa.

A área das ciências geográficas que Silva Teles tanto homenageava, só encontrou espaço para entrar no currículo do curso com a Reforma de 1918, possibilitando, certamente, ao seu regente, o início de uma nova fase no ensino da

¹⁷² “[...] a antropogeografia [seria] a parte por que o autor português mais se irá interessar”, José Ramiro Pimenta, *op. cit.*, p. XII.

¹⁷³ *Idem*, p. XIII.

¹⁷⁴ Silva Teles, “A Conceção das Unidades Geográficas: Introdução à Antropogeografia”, *op. cit.*, p. 139.

¹⁷⁵ “[...] o local é um meio para o historiador, é a sede onde os factos humanos se sucedem; para o geógrafo, pelo contrário, é o fim e significa o produto lógico da natureza”, Silva Teles, “O Conceito Científico de Geografia”, *op. cit.*, p. 156.

Geografia em Portugal. Muito provavelmente, Silva Teles já desenvolvera durante algumas das suas aulas temas relacionados com a Antropogeografia, mas esta, assumia, agora, um lugar concreto no meio universitário português.

A última reforma que o 5º Grupo da Faculdade de Letras sofreria, enquanto agregado às ciências históricas, trazia várias novidades: as novas cadeiras de Geografia de Portugal, a Geografia Colonial Portuguesa (na prática era a separação da cadeira existente desde 1911 e passada a anual em 1916) e de Mineralogia e Geologia (na Faculdade de Ciências), a extinção do curso de Cartografia, e o novo curso de Ciências Históricas e Filosóficas. Esta obrigava a uma nova organização do antigo curso de Ciências Históricas e Geográficas, concentrando mais o eixo História-Geografia, pois desobrigava os alunos desta licenciatura de frequentarem cadeiras de Filosofia.

A “nova” cadeira de Geografia Colonial Portuguesa inseria-se num contexto de emergência de uma nova visão em relação aos territórios ultramarinos, com o 28 de Maio e a consolidação da Ditadura Militar¹⁷⁶. Podemos inscrevê-la, num contexto de preocupação com a administração das colónias, para a qual Adolfo Coelho já tinha chamado a atenção. No seu plano reformista de 1894, o filólogo defendia a inclusão de estudos coloniais em todas as Faculdades propostas, em particular na Faculdade de ciências administrativas, que incluiria a administração colonial¹⁷⁷. Trinta anos depois, Silva Teles reforçava a ideia da necessidade de aprofundamento de estudos coloniais, recorrendo, mais uma vez ao exemplo alemão: “[...] a mais nova das potências coloniais ensinou às mais antigas que sem uma preparação científica bem esclarecida não é possível uma política colonial em bases seguras”¹⁷⁸. Mas ao contrário, do seu colega, que não referia a criação de um instituto de estudos coloniais, Silva Teles defendia a transformação da Escola Colonial em instituição de cariz universitário, que contasse com a colaboração das diversas Faculdades da Universidade de Lisboa, “na

¹⁷⁶ “O 28 de Maio de 1926 e o advento da ditadura militar marcam o retorno da centralização e consagram a ideia de *nacionalizar* o império”, depois de, durante a I República ter-se pretendido uma maior descentralização da administração colonial face à metrópole. Yves Léonard, “II – A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)”, *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, [s. l.], 1998, p. 536.

¹⁷⁷ “Em todas essas Faculdades estarão convenientemente representados todos os estudos coloniais, de modo que, sem necessidade de criar um instituto colonial, se sigam nelas, combinando as respectivas disciplinas, os diversos cursos coloniais”, Adolfo Coelho, “Questões Pedagógicas”, *op. cit.*, p. 132.

¹⁷⁸ Silva Teles, “Ensino Colonial Universitário (Altos Estudos Coloniais)” [1924], *op. cit.*, p. 187.

parte que se relacione com a natureza especial do seu ensino, para a reorganização dessa Escola”¹⁷⁹. Na Faculdade de Letras de Lisboa, e no que propriamente lhe dizia respeito, o professor de Geografia, provavelmente, entendia que a cadeira de Geografia Colonial Portuguesa (separada da Geografia de Portugal dois anos depois do seu artigo sobre o ensino colonial universitário¹⁸⁰) tinha um papel determinante¹⁸¹.

Em 1930, o Decreto 18.003, reestruturando os cursos existentes nas Faculdades de Letras, terminava com a licenciatura de Ciências Históricas e Geográficas, passando a existir um curso autónomo de Geografia, “assumindo, quer pela composição do seu quadro de disciplinas, quer pela preparação que exige aos alunos respectivos, a feição científica acomodada ao estado actual do conhecimento neste ramo do saber”¹⁸².

¹⁷⁹ *Idem*, p. 190.

¹⁸⁰ *Idem, ibidem*.

¹⁸¹ “Seja qual for a profissão, seja qual for a qualidade do emprego nas Colónias, sem uma preparação prévia feita em escolas, continuaremos como até hoje, enviando para as Colónias quem não tenha dado provas de saber o que elas são”, no pensamento de Silva Teles era essencial o conhecimento geográfico em toda a sua amplitude, para o entendimento das regiões e dos seus habitantes. *Idem*, p. 189.

¹⁸² Decreto nº 18003 de 25 de Fevereiro.

2.3 – A subordinação da Filosofia

A secção de Filosofia foi, a par da História e da Geografia, uma das que mais alterações viria a sofrer neste período de formação da Faculdade. Se o 4º Grupo viria a ser profundamente alterado com as reformas de 1926 e 1930, primeiro com a ligação à Filosofia e depois com a separação da Geografia, o 6º Grupo sofreria as mudanças de Leonardo Coimbra (1919) e do decreto 12677, de 12 de Novembro de 1926.

A Filosofia já aparecera no ensino universitário português, aquando da Reforma Pombalina de 1772, que criava as cadeiras de Filosofia Natural (o que hoje entendemos por Física) e de Filosofia Racional e Moral (logo extinta em 1791). Tal como as suas “irmãs humanistas” (História e Filologia), a Filosofia foi relegada para os planos de liceus, durante a primeira metade do século XIX, até que a Lei fontista de 8 de Junho de 1859, criou as cadeiras de Filosofia Transcendente e História Universal Filosófica, juntando aos cursos estabelecidos por D. Pedro V (30 de Outubro de 1858), e fundando o Curso Superior de Letras.

Na Reforma de 1901, a Filosofia é distribuída por dois anos, o primeiro com o ensino de “duas disciplinas fundamentais: a Psicologia e a Lógica”¹⁸³, enquanto que o segundo seria destinado ao ensino da História da Filosofia, que o professor Matos Romão considerava “um progresso sobre o marasmo anterior”¹⁸⁴.

Com os decretos da Primavera de 1911, que estabelecia a Faculdade de Letras, foram constituídos a Secção ou Curso de Filosofia e o Grupo de Filosofia (o sexto). A sua composição pode ser dividida em três partes essenciais: uma incluía as cadeiras de História da Filosofia (Antiga, Medieval e Moderna e Contemporânea), um outro, que incluía as duas de Filosofia I e II (Psicologia, Lógica e Moral) e um terceiro que reunia a cadeira de Psicologia Experimental. Para um melhor aproveitamento do ensino desta disciplina era aconselhado o estabelecimento de um Laboratório de Psicologia. Mas este tardou em ser concretizado¹⁸⁵. No relatório da Faculdade enviado à Reitoria sobre o ano

¹⁸³ João Matos Romão, *Estudos Filosóficos na Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, nº 1-2, 1942, p. 4.

¹⁸⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁸⁵ O professor catedrático do 6º Grupo, Joaquim da Silva Cordeiro era admirador do trabalho de W. Wundt, “fundador do primeiro Laboratório de Psicologia e organizador da Psicologia Científica”, difundindo as suas ideias, e procurando aplicá-las no ensino português, pelo que parece muito provável o seu intento de inaugurar, o quanto antes o referido laboratório. Matos Romão, op. cit., p. 6. Como refere,

de 1914/15, Agostinho Fortes, refere que “não foi possível ainda organizar o Laboratório de Psicologia, mas a Faculdade está envidando os melhores esforços para a concessão de tão importante *desideratum*, alimentando bem fundadas esperanças de que este ano ainda o poderá converter em útil realidade”¹⁸⁶.

A reestruturação promovida pelo governo sidonista, apenas renomeou as cadeiras de Filosofia I e II, para Psicologia Geral e Lógica e Moral, respectivamente. Os estudos filosóficos tardavam a sofrer uma alteração que trouxesse um novo vigor ao seu desempenho académico. Essa tentativa surgiu em 1919, com Leonardo Coimbra.

A reforma de 1919¹⁸⁷ resumiu-se apenas ao grupo de Filosofia das Faculdades de Letras do país, e estaria na origem da crise que provocou a desanexação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, para a Universidade do Porto. Pouco depois, seria criada uma nova Faculdade de Letras nesta última, após o “regresso” da Faculdade de Letras a Coimbra.

Em todo este processo, destaca-se o nome do então ministro da Instrução, Leonardo Coimbra, que procurou dotar o ensino universitário da Filosofia em Portugal de novos parâmetros, abrindo os estudos filosóficos a cadeiras como as Matemáticas Gerais, Física Geral, Química Geral, Biologia, Sociologia, Metafísica, Teoria da experiência (ciência, arte, moral), os cursos práticos de Psicologia e o de História da Filosofia (leitura e interpretação de textos)¹⁸⁸. No entender de Oliveira Marques, esta reforma “se tivesse sido levada a cabo, imprimiria por certo à nossa balbuciente e primitiva Filosofia um cunho científico que em geral lhe tem faltado, abriria novas perspectivas no plano de estudos das ciências de espírito, colocando Portugal na vanguarda das nações; e seria talvez a guarda-avanzada de uma reforma gradual, mas completa, de todos os seus grupos das Faculdades de Letras”¹⁸⁹. A opção por cadeiras

Matos Romão, colega de Silva Cordeiro em Filosofia, “desde 1913 que vínhamos insistindo e pugnando pela criação de uma Laboratório de Psicologia”, Matos Romão, *op. cit.*, p. 12. “Registe-se ainda que Silva Cordeiro revela um conhecimento actualizado dos diversos estudos sobre a matéria, da autoria de Wundt [...]. Todavia, por ser porventura demasiado recente, esse conhecimento, não chega a ser convenientemente sistematizado”, Sérgio Campos Matos, “Introdução” a Joaquim Silva Cordeiro, *A Crise em seus aspectos morais*, Lisboa, 1999, p.

¹⁸⁶ Agostinho Fortes, “Relatório da Faculdade de Letras”, *Anuário da Universidade de Lisboa*, 1914/1915, p. 79.

¹⁸⁷ Decreto nº 5491 de 2 de Maio de 1919 (*Diário do Governo* nº 91 de 2 de Maio)

¹⁸⁸ *Idem*, art. 1º.

¹⁸⁹ Oliveira Marques, “Notícia Histórica”, *op. cit.*, p. 146.

ligadas às ciências aplicadas e naturais, assim como pela de Sociologia, comportava uma nova visão no seio dos estudos filosóficos universitários portugueses, muito apegados às questões de história da Filosofia e da Lógica e Moral¹⁹⁰. A filosofia criacionista de Leonardo Coimbra embatia com o positivismo dominante no ensino filosófico português¹⁹¹, numa rápida batalha, que terminou com a revogação do decreto de 2 de Maio e a manutenção do antigo quadro curricular¹⁹². Contudo, Leonardo Coimbra saía do confronto com a direcção da “sua” Faculdade de Letras do Porto, onde promoveu o seu pensamento junto de um grupo de discípulos.

Em 1926, o legislador, num ponto oposto ao de Leonardo Coimbra, procura remediar o problema que o 6º Grupo enfrentava: o da baixíssima frequência estudantil no curso. Optámos por apresentar um quadro que demonstra o número de alunos existentes em cada uma das secções da Faculdade de Letras de Lisboa em todos os anos curriculares para entendermos, em parte, a medida do Governo:

Cursos	Anos							
	1911 1912	1912 1913	1913 1914	1914 1915	1915 1916	1916 1917	1917 1918	1919 1920
Filologia Clássica	3	3	5	6	8	6	10	9
Filologia Românica	11	27	34	38	39	35	33	36
Filologia Germânica	9	11	14	20	17	15	9	17
C. Históricas e Geográficas	11	28	22	25	30	26	20	26
Filosofia	3	2	2	2	2	2	2	3
Total de alunos inscritos	37	74	77	91	96	84	74	91
Percentagem de alunos de Filosofia inscritos na FLL	3,2%	2,7%	2,6%	2,2%	2,1%	2,4%	2,7%	2,2%

Fonte: *Anuários da Universidade de Lisboa*, 1912-1920.

¹⁹⁰ “Atendendo ao quadro das disciplinas que constituem o 6º Grupo das Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra faltam matérias indispensáveis ao aperfeiçoamento e expansão da alta cultura intelectual no domínio das ciências filosóficas”. Decreto nº 5491.

¹⁹¹ Aquando da sua apresentação, em 1912, no concurso para o provimento da cadeira de Filosofia da recém-criada Faculdade de Letras de Lisboa, os seus novos conceitos filosóficos haviam sido mal recebidos: “antagonismo de pensamento filosófico entre o candidato e o júri, secundado por antipatias ideológicas da parte deste, decidiu-lhe a sorte. Havia uma razão de fundo: para uma instituição onde o positivismo ocupava a principal cátedra, a tese [*O Criacionismo*] era marcadamente antipositivista e antimaterialista”, Manuel Cândido Pimentel, “A filosofia criacionista de Leonardo Coimbra”, *História do Pensamento Filosófico Português*, (dir. Pedro Calafate), vol V. – séc. XX, tomo 1, Lisboa, 2000, p. 61.

¹⁹² Lei nº 861 de 27 de Agosto de 1919 (*Diário do Governo* nº 171 da mesma data)

Entre os anos de 1911/12 e 1914/15 os alunos inscritos no curso de Filosofia mantiveram-se os mesmos, ou seja, tratavam-se dos primeiros inscritos aquando da inauguração do primeiro ano lectivo da Faculdade, ficando os anos transactos sem frequência¹⁹³. Podemos verificar, que a inscrição no curso de Filosofia nunca chegou a representar mais de 3% dos alunos matriculados na Faculdade (se exceptuarmos o ano de 1911/12 cujo total de alunos foi bastante reduzido em todos os cursos, comparativamente aos anos lectivos até 1920). A pouca adesão ao curso de estudos filosóficos torna-se mais notória se a compararmos com os cursos do 2º e 4º Grupos, os mais frequentados da escola. Apesar de não dispormos dos dados para os anos entre 1920/21 e 1925/26, o ano imediatamente anterior à legislação que extinguiu o curso, acreditamos que estes números tendo talvez aumentado durante a década de 1920 não terão tido um acréscimo significativo de alunos inscritos.

Todavia, isto não implica que as cadeiras do 6º Grupo se encontrassem vazias ou pouco frequentadas, pois, tanto a legislação de 1911 como a de 1918 estipulavam a frequência de cadeiras do grupo em cada um dos restantes cursos da Faculdade¹⁹⁴.

Com o diminuto número de alunos e o desenvolvimento de um paradigma histórico-filosófico, a Reforma de 1926 solucionava esses dois aspectos com o estabelecimento do curso de Ciências Históricas e Filosóficas, subordinando a Filosofia à História, reforçando ainda mais o carácter historizante que o ensino filosófico tinha na Faculdade. O novo curso apresentava quatro cadeiras de Filosofia (sendo três de História da Filosofia) e treze de História, além de cinco de outras secções (Filologia Românica, Geografia e as duas cadeiras anexas)¹⁹⁵.

Só com a Reforma de 1930 se inverteria este predomínio da História dentro do curso, com um “quadro de disciplinas mais harmónico e com todas as que são essenciais

¹⁹³ “[...], em Filosofia, [...] conta apenas com dois alunos e estes mesmos vindos do primeiro ano de funcionamento da Faculdade”, Agostinho Fortes, “Relatório da Faculdade de Letras”, *op. cit.*, p. 78.

¹⁹⁴ Em 1911, era assim a distribuição de cadeiras de Filosofia pelos restantes cursos da escola: Filologia Clássica, de Filologia Românica (3 em cada um), Filologia Germânica (2) e Ciências Históricas e Geográficas (4); em 1918, distribuíam-se deste modo: Filologia Clássica (3), Filologia Românica (1), Filologia Germânica (2) e Ciências Históricas e Geográficas (5).

¹⁹⁵ “[Na reforma de 1926] mantinha-se o desequilíbrio patente entre o núcleo de disciplinas de tipo histórico e o de tipo filosófico. [...] Continuava, portanto, a acentuar-se o cunho historizante dos planos de estudos anteriores; embora se evitasse, com recurso à desautonomização da Filosofia, o absurdo de uma secção *soi-disante* filosófica” onde o aluno era obrigado a realizar cadeiras de outras áreas com mais peso que da sua própria secção. Oliveira Marques, “Notícia Histórica”, *op. cit.*, p. 149.

para a cultura dos estudos filosóficos”¹⁹⁶. No 6º Grupo criavam-se as cadeiras de Psicologia Humana (em vez da Psicologia Geral), História da Filosofia em Portugal e Teoria do Conhecimento, enquanto que a cadeira de Lógica e Moral era dividida em duas (Lógica e Metodologia, e Moral). Mantinham-se as três cadeiras de História da Filosofia, subindo para nove o número de cadeiras filosóficas (incluindo as de Psicologia) face às onze de História. Era um aumento em relação à reforma anterior, onde as disciplinas de Filosofia eram menos de metade das disciplinas do 4º Grupo.

¹⁹⁶ Matos Romão, *op. cit.*, p. 5.

2.4 – As cadeiras do 4º Grupo nas restantes Secções

Pelo que ficou dito sobre as sucessivas reformas nos cursos de Ciências Históricas, podemos vislumbrar (pelo menos inicialmente) uma tendência, que muitos autores apelidaram de enciclopédica, devido à equilibrada distribuição de cadeiras dos vários grupos no plano de estudos.

Da mesma forma, como os alunos de Ciências Históricas eram obrigados a frequentar cadeiras de Filologia ou de Filosofia (no período em que o curso de Filosofia era autónomo), também os alunos das restantes secções dispunham de um razoável número de cadeiras de História. O 4º Grupo ocupou, em particular nas reformas de 1911 e 1918, um lugar predominante na grande maioria dos cursos¹⁹⁷.

Vejamos então, a distribuição das cadeiras de cada Grupo pelos cursos ministrados na Faculdade de Letras de Lisboa, em cada uma das reformas educativas¹⁹⁸:

- 1911

<i>Grupos</i> <i>Cursos</i>	1º F. C.	2º F. R.	3º F. G.	4º H.	5º G.	6º F.	Cad. Anexas
Fil. Clássica	7	3	-	6	1	3	-
Fil. Românica	3	6	-	7	1	3	-
Fil. Germânica	-	2	7	4	1	2	-
C. Hist. Geog. ¹⁹⁹	1	2	-	11	4	4	1
Filosofia	1	2	3	6	4	7	-

Fonte: Decreto de 9 de Maio de 1911

Dos cinco cursos leccionados na Faculdade, o de Filosofia apresentava uma maior diversidade, ao dispor de um plano de estudos que incluía disciplinas de todos os seis grupos, exclusão apenas da cadeira anexa de Estética, que, ainda, não integrava o currículo. Dos seis grupos, quatro (Filologia Românica, História, Geografia e Filosofia) dispunham de cadeiras em todas as secções, o que reforça o carácter enciclopédico e

¹⁹⁷ “Embora à cultura geral e sobretudo à história fosse concedido papel relevante em cada curso, [...]”, Oliveira Marques, “Escolas e Ensino”, *Nova História de Portugal*, vol. XI – Da Monarquia para a República, Lisboa, 1986, p. 563

¹⁹⁸ A negrito encontram-se as cadeiras do 4º Grupo em cada secção e, também, as cadeiras que compunham a Secção de Ciências Históricas, para uma melhor compreensão do exposto no texto.

¹⁹⁹ À 4ª Secção acresciam-se duas cadeiras leccionadas na Faculdade de Ciências.

humanista do plano de estudos aprovado nas normas da Primavera de 1911 e do Regulamento de Agosto do mesmo ano. No lado oposto, estava o 3º Grupo – Filologia Germânica – presente apenas em dois cursos, o “seu” e o de Filosofia. Não será estranha a importância do pensamento filosófico alemão do último século e meio.

De todas as cadeiras, seis eram comuns a todas as secções da Faculdade: Filologia Portuguesa e Literatura Portuguesa (do 2º Grupo), História Geral da Civilização e História de Portugal (do 4º Grupo) e Filosofia I e II (do 6º Grupo). As quatro primeiras revelam a importância que o ensino dos estudos portugueses (literários e históricos) havia assumido na reforma de 1911, apesar de ainda se encontrar aquém daquilo que era defendido por Fidelino de Figueiredo²⁰⁰.

Em relação ao 4º Grupo, o seu predomínio é bastante claro, comparativamente às cadeiras específicas de cada curso: em Filologia Românica existem mais cadeiras de História (seis cadeiras) do que as dedicadas aos estudos filológicos românicos; em Filologia Clássica e em Filosofia (cada uma com sete disciplinas da sua área), existiam seis cadeiras de História. Apenas no curso de Filologia Germânica, o grupo de História tinha uma participação mais modesta (quatro cadeiras para sete da própria secção). No Curso de Ciências Históricas e Geográficas, as cadeiras de História eram claramente esmagadoras (onze), em contraste com seis de Geografia (duas das quais na Faculdade de Ciências).

- 1918

<i>Grupos</i> <i>Cursos</i>	1º F. C.	2º F. R.	3º F. G.	4º H.	5º G.	6º F.	Cad. Anexas
Fil. Clássica	8	4	-	8	1	3	2
Fil. Românica	4	9	-	8	1	1	2
Fil. Germânica	-	3	13	5	1	2	2
C. Hist. Geog.	-	4	-	13	5	5	2
Filosofia	1	3	6	8	2	6	2

Fonte: Decreto-lei nº 4651 de 14 de Julho de 1918

A nova reforma, introduzindo algumas alterações no quadro das cadeiras da Faculdade, manteve, em grande medida a estrutura distributiva que havíamos visto sete anos antes: Filosofia continuava com cadeiras de todos os grupos e mantinham-se

²⁰⁰ Cfr. Capítulo II, p. 42.

comuns a todas secções cadeiras de Filologia Românica, História, Geografia e Filosofia. Representavam um total de nove disciplinas (Filologia Portuguesa, História da Literatura Portuguesa I e II, História de Portugal I e II, História Medieval, História Geral da Civilização, Geografia de Portugal e Colónias, e Psicologia Geral), mais as cadeiras anexas de Estudos Brasileiros (criada em 1916, mas cuja leccionação só começou em 1923), e Estética e História da Arte, obrigatórias para todos os alunos.

A nova Reforma em vez de caminhar para uma concepção mais especializada dos estudos académicos na Faculdade de Letras, reforçou a perspectiva enciclopédica que fora aprovada em 1911. Aqui, apenas seis cadeiras eram comuns para todas as secções; agora o número subia para nove, aumentando o peso das cadeiras de História, tanto no conjunto da Faculdade, como dentro do seu curso. Em Filologia Clássica existiam tantas cadeiras da sua área científica como de História, e em Filosofia, chegava-se ao ponto, de as cadeiras filosóficas serem em número inferior das de História. Apenas em Filologia Românica e Filologia Germânica, as disciplinas do 4º Grupo não eram maioritárias; neste, o seu número era metade das de Germânicas.

Nesse aumento do número de cadeiras comuns, é significativo a existência de uma visão “nacionalista” do ensino, alargando os temas relacionados com os estudos portugueses, com a inclusão de Geografia de Portugal e Colónias em todos os cursos da Faculdade. Esse alargamento, dentro de uma perspectiva de *valorização* dos assuntos respeitantes ao país e seu império, advinha desde os aditamentos de 1916, quando as novas cadeiras de História da Literatura Portuguesa II e História de Portugal II passaram a integrar o quadro curricular de todos os cursos.

- 1926

<i>Grupos</i> <i>Cursos</i>	1º F. C.	2º F. R.	3º F. G.	4º H.	5º G.	6º F.	Cad. Anexas
Fil. Clássica	9	4	-	5	-	1	3
Fil. Românica	4	12	-	4	-	-	3
Fil. Germânica	-	3	13	3	-	1	2
C. Hist. Geog.	-	2	-	13	5	-	2
C. Hist. Filos.	-	2	-	13	-	6	2

Fonte: Decreto 12677 de 12 de Novembro de 1926

Ao contrário das duas reformas anteriores, em 1926 os legisladores tiveram uma maior preocupação em centralizar as matérias leccionadas dentro das suas áreas

científicas. Deixava de haver qualquer curso com cadeiras de todas as secções, no caso concreto, a Filosofia, que fora sempre obrigada a “conviver” com todos os grupos. Quanto às cadeiras comuns, apenas os 2º e 4º Grupos e as cadeiras anexas²⁰¹ (Estudos Brasileiros e Estética e História da Arte) se distribuíam pelos restantes cursos, mantendo a importância dada aos estudos portugueses, com ambas as cadeiras de História da Literatura Portuguesa e as de História de Portugal.

As cadeiras do 4º Grupo continuavam presentes em cada um dos cinco cursos das Faculdades de Letras, mas numa posição menos significativa face às duas anteriores normas legislativas. Além do número reduzido destas disciplinas, em cada curso predominavam cadeiras mais próximas da sua área de saber.

A Reforma de 1926 rompia com a tradição humanista e enciclopédica que vigorara na Faculdade desde a sua fundação e procurou dotar cada uma das cinco secções de um ensino mais específico, excepto no que se referia aos cursos de Ciências Históricas, onde a História mantinha o seu predomínio em desfavor das outras ciências.

- 1930

<i>Grupos</i> <i>Cursos</i>	1º F. C.	2º F. R.	3º F. G.	4º H.	5º G.	6º F.	Cad. Anexas
Fil. Clássica	8	4	-	6	-	1	1
Fil. Românica	4	12	-	3	-	-	2
Fil. Germânica	1	2	13	2	-	1	-
C. Hist. Filos.	-	-	-	11	1	9	1
Geografia	-	-	-	2	15	-	-

Fonte: Decreto 18003 de 25 de Fevereiro de 1930

A última reforma a que nos propusemos estudar prossegue a via iniciada em 1926, sendo inspirada nas disposições que constituíram o revogado decreto de 3 de Julho de 1929 (a primeira reforma Cordeiro Ramos).

A preocupação em concentrar cada vez mais os estudos dentro dos limites de conhecimento de cada curso era claramente visível na supressão do curso de Ciências Históricas e Geográficas, substituído por um curso autónomo de Geografia. Aqui, os

²⁰¹ Em Filologia Clássica e Filologia Românica era, também, obrigatória a frequência da cadeira de Estudos Camonianos, criada pelo Decreto nº 12143 de 13 de Agosto de 1926 (*Diário do Governo* nº 181 de 18 de Agosto), “proposta do conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa” e regida por um dos principais especialistas de Luís de Camões, José Maria Rodrigues.

alunos que optassem mais pela vertente geográfica apenas dispunham de duas cadeiras de História, contra as treze impostas em 1926.

Mais uma vez, era o 4º Grupo que mantinha cadeiras em todas as licenciaturas, depois da supressão das cadeiras de Filologia Românica em Ciências Históricas e Filosóficas e no novo curso de Geografia. Não obstante a tendência para uma concentração científica dentro de cada área do saber, permanecia um certo traço historizante no plano de estudos das Faculdades de Letras, mas também, a preocupação “nacionalista” do Estado Novo de consolidação ideológica, visível na obrigatoriedade de frequência das cadeiras de História de Portugal e de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa.

Também as cadeiras anexas sofriam um revés no quadro disciplinar, com a extinção da cadeira de Estudos Brasileiros, mantendo-se Estética e História da Arte em três cursos (Filologia Clássica, Filologia Românica e Ciências Históricas e Filosóficas) e Estudos Camonianos, apenas em Filologia Românica.

Pareçemo-nos que houve uma preocupação por parte dos legisladores, a partir de 1926, de ultrapassar o carácter enciclopédico que os cursos nas Faculdades de Letras portuguesas mantinham. Até nos cursos de Ciências Históricas, apesar de congregar duas ciências distintas, optou-se por incluir disciplinas de três grupos (mais as cadeiras anexas, e que em 1930 é apenas uma), em vez da panóplia de cadeiras das mais diversas áreas do conhecimento leccionadas na instituição, como ocorrera em 1911 e 1918. O Grupo de História, ainda preponderante com a Reforma de 1926, em 1930, surge quase em equilíbrio com o ensino da Filosofia, contrariamente à realidade anteriormente existente²⁰².

Através destes quadros, podemos perceber o peso das cadeiras de cada um dos grupos dentro de cada curso e constatar que, ao longo das quatro reformas aprovadas e implementadas na Faculdade de Letras de Lisboa, os diferentes cursos foram evoluindo, progressivamente, para um grau cada vez maior de especialização, com a diminuição de cadeiras de outras áreas do saber.

²⁰² Afirma Avelãs Nunes, “os *curricula* dos cursos onde se integrava o ensino da História evoluíram de uma estrutura geminada e enciclopédica (1911, 1916, 1918) – semelhante à que tinha existido na última fase do Curso Superior de Letras – para uma estrutura geminada (1926, 1929, 1930), [...]”, *op. cit.*, p. 45.

3. A Historiografia na Secção de História

3.1 – As influências historiográficas

Na época em que surgiu a Faculdade de Letras de Lisboa, entre as variadas correntes historiográficas desenvolvidas no país, duas foram rapidamente assimiladas pela nova instituição, não só pelo contexto político em que esta fora criada, mas, e principalmente, pela acção dos primeiros docentes que ocuparam o 4º Grupo: a historiografia republicana de influência positivista e a historiografia erudita de inspiração metódica, também conhecida como historiografia positiva.

Durante décadas o debate historiográfico em Portugal ficou marcado pela crítica feita à chamada história positivista, essencialmente politizada e institucionalizada, que dominara a perspectiva histórica desde a viragem do século XIX para o século XX até aos anos 1940 e 1950. De certo modo, entendia-se que a história positivista se caracterizava pela influência da filosofia positivista, a aplicação do método científico das ciências exactas e também pelo predomínio dos factores políticos. Contudo, nos últimos anos, vários trabalhos historiográficos colocaram a tónica na diferenciação entre os conceitos de história positivista e história positiva. G. Bourdé e H. Martin²⁰³, associam a história positivista à perspectiva desenvolvida a partir do pensamento comtiano e cujas características foram sintetizadas teoricamente por Louis Bourdeau, em *L'Histoire et les historiens* (1888). Este discípulo de Comte defendia que a história “é a ciência do desenvolvimento da razão; tem por objecto a universalidade dos factos que a razão dirige ou de que sofre influência [...] tomando o modelo da sociologia, deve estudar [...] todas as actividades humanas, em todas as suas dimensões”²⁰⁴. Além disso, Bourdeau “fixa à história científica o objectivo de investigar *as leis que presidem ao desenvolvimento da espécie humana*”²⁰⁵.

No pensamento historiográfico positivista era, assim, central a preocupação de elaborar leis que pudessem compreender e prever a evolução social da Humanidade,

²⁰³ Guy Bourdé e Hervé Martin, *As Escolas Históricas*, Mem Martins, Europa-América, 1990.

²⁰⁴ Bourdé e Martin, *op. cit.*, p. 113.

²⁰⁵ *Idem, ibidem.*

numa perspectiva muito próxima daquilo que Karl Popper designou de Historicismo²⁰⁶. Apesar da associação que Popper faz entre evolução social, História e Sociologia, se aproximar do entendimento desenvolvido pelos positivistas²⁰⁷, o autor apontava o Historicismo como característica do Socialismo científico ou Marxismo²⁰⁸, não deixando de realçar que tais doutrinas “não são peculiares do marxismo”²⁰⁹, tendo as recebido Marx de Hegel e Stuart Mill de Comte.

Apesar de a obra de Bourdeau ter surgido num período em que o Positivismo já se encontrava plenamente desenvolvido em Portugal, não tendo trazido grande inovação ao pensamento intelectual do país, os positivistas portugueses tinham um entendimento da História muito aproximado deste conceito. Zófimo Consiglieri Pedroso²¹⁰ entendia que a história, não obstante a complexidade do objecto que estuda “podia constituir-se como ciência, alcançar leis, e, assim, de acordo, com o paradigma, esboçar previsões em relação ao futuro”²¹¹. Tendo em conta uma visão alargada do processo histórico e para o seu próprio entendimento numa perspectiva científica, os positivistas portugueses defendiam a existência de um determinismo universal, extirpando o acaso na História e diminuindo o papel dos grandes homens, diluído na vontade geral dos povos²¹². Em Portugal, aliás, a ideia da relativização do papel do indivíduo já se encontrava presente

²⁰⁶ “The belief, more especially, that it is the task of the social sciences to lay bare the *law of evolution of society* in order to foretell its future might be perhaps described as the central historicist doctrine”, Karl Popper, *The Poverty of Historicism*, 2ª edição, Londres, 1979, p. 106.

²⁰⁷ “Historicist writers have often insisted that sociology should be based in a similar way on a social dynamics, the theory of social movements as determined by social (or historical) forces”, *Idem*, p. 39.

²⁰⁸ Patrick Gardiner, “Karl Popper. Previsão e Profecia nas ciências sociais”, in *Teorias da História*, Lisboa, 2004, p. 335

²⁰⁹ *Idem*, p. 337.

²¹⁰ O pensamento historiográfico de Consiglieri Pedroso é relevante para o contexto da Faculdade de Letras de Lisboa, visto ter sido um dos principais professores de História no Curso Superior de Letras, entre 1878 e 1910.

²¹¹ J. Amado Mendes, “Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa. As primeiras Histórias de Portugal, as Revistas de História e os Dicionários”, in *História da História em Portugal*, [s.l.], 1996, p. 96.

²¹² “Mergulhados no determinismo universal, os efeitos da vontade dos indivíduos seriam sempre limitados, pelo que não surpreende que Comte e, no seu seguimento, os positivistas em geral, tenham procurado cientificizar e relativizar o papel dos grandes homens”, Fernando Catroga, “Positivistas e Republicanos. Filosofia Positivista da História e História Positivistas”, in *História da História em Portugal*, [s.l.], 1996, p. 93.

em Alexandre Herculano, que afirmava “ser absurdo em tese geral resumir e representar a sociedade nos indivíduos [e que] tal absurdo se torna mais monstruoso, quando os tomamos como medida das fases da sociedade”²¹³.

A História era, assim, vista como um longo processo humano com um cariz teleológico, associado à lei da evolução desenvolvida durante o século XIX²¹⁴. O professor da Faculdade de Letras de Lisboa e seguidor do pensamento positivista e evolucionista, Agostinho Fortes, refere que “a humanidade, por muito que os pessimistas digam o contrário, avança; a sua marcha progressiva para uma época de paz, de concórdia e de amor, é incontornável”²¹⁵.

Rapidamente, no meio intelectual português, o pensamento positivista aliou-se à emergência do republicanismo²¹⁶ e assimilou o conceito de decadência existente na historiografia liberal²¹⁷, apontando a sua origem para o período da segunda metade do século XVI, que culminou na união das duas coroas peninsulares sob a égide da casa real espanhola. Adquirindo uma perspectiva que poderíamos aproximar do conceito de

²¹³ “Porque esse homem é uma abstracção: está separado do seu século. As opiniões, os costumes, os usos, todos os modos, enfim, de existir da época em que vivem, são desconhecidas para nós; e, todavia, tudo isso, toda essa existência complexa de muitos milhares de homens, a que se chama nação devia ter uma influência imensa, absoluta, naquela existência individual do homem ilustre”, Alexandre Herculano, “Carta IV – Necessidade de uma nova divisão de épocas. Falso aspecto da História”, *Opúsculos*, IV, Porto, 1985, p. 220.

²¹⁴ “Dir-se-ia que, com um melhor conhecimento das teorias de Lamarck e depois com o eco das ideias de Darwin [...], de Herbert Spencer e de Haeckel, esta orientação evolucionista, que as filosofias da história já há muito ensinavam”, Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 88.

²¹⁵ Agostinho Fortes, *História das Nações Europeias. Os últimos cem anos*, Lisboa, [s.d.], pp. XIII-XIV.

²¹⁶ “Já nos finais da década de setenta, os nossos positivistas podiam congratular-se com o facto de também Portugal, [...], começar a fundir num todo a nova filosofia com o movimento republicano”, Fernando Catroga, “A Importância do Positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal”, *Biblos*, nº 53, Coimbra, 1977, p. 287.

²¹⁷ Os positivistas portugueses assumiam que o país vivia uma crise que englobava todos os sectores da sociedade e que advinha do século XVI, como já defendera Alexandre Herculano, que a esse propósito afirma: “se há alguma época da nossa história que nos ofereça uma alta lição; se há algum sucesso que nos possa fazer energicamente sentir quais sejam as consequências fatais da perversão moral de qualquer país e como aos povos corrompidos não tarda o dia da servidão, ou de serem riscados da lista das nações, os fins do século XVI e a conquista feita por Filipe II são essa época e esse facto”, Alexandre Herculano, “Pouca luz em muitas trevas”, *op. cit.*, p. 383.

História em U²¹⁸, os positivistas entendiam que Portugal, mergulhado numa decadência que se arrastava há três séculos, podia, através da evolução para uma sociedade racionalizada e expiando os problemas morais e sociais que atravessava, atingir a redenção final para uma sociedade perfeita, republicana, democrática, positivista²¹⁹. Não faziam uma História apática, mas sim uma História crítica do meio em que se inseriam, interventiva, opinativa. Uma historiografia que apontava os erros cometidos e que apresentava as formas de ultrapassar a agonia nacional e fazer Portugal entrar numa época de Paz, ordem e progresso. Até um autor como Francisco Reis Santos, professor da Faculdade de Letras de Lisboa desde 1916 e crítico do positivismo ao referir a “acção profundamente deletéria da engrenagem social e [as] ideias abstractas dos divulgadores franceses de segunda ordem”²²⁰, pensava que seria necessário “conhecer o nosso passado, mas conhecê-lo de modo que nos sirva de lição proveitosa”²²¹ e que uma “história sem uma crítica severa será antes um incitamento para persistirmos nos nossos erros do que um estímulo salvador para nos regenerarmos”²²².

Por outro lado, a crítica construída durante as décadas de 1940 e 1950 e posteriormente, tinha, também, como alvo uma historiografia diferente da positivista. Criticava-se uma historiografia erudita e documental, marcadamente político-institucional e biográfica; uma historiografia que seria pejorativamente denominada *história-batalha*, *história factual* ou *história historizante*, além da conhecida expressão *história positivista*²²³.

²¹⁸ “História em U (Queda, Expição e Redenção)”, Vítor Viçoso, “A Literatura Portuguesa (1890-1910) e a Crise finissecular”, *Crises em Portugal no século XIX e XX*, dir. Sérgio Campos Matos, Lisboa, 2002, p. 124.

²¹⁹ “República demo-liberal, evolutiva e conservadora (no sentido que Littré dava ao termo), eis o escopo perseguido pela propaganda positivístico-republicana.”, Fernando Catroga, “A importância do Positivismo na consolidação da ideia republicana em Portugal”, *Biblos*, nº 53, 1977, p. 305.

²²⁰ F. Reis Santos, “Movimento Republicano e a Consciência Nacional”, in *História do Regime Republicano em Portugal*, dir. Luís Montalvor, Lisboa, 193, p. 262.

²²¹ F. Reis Santos, *Ensaio sobre os factores essenciais do Império Britânico*, Lisboa, 1915, p. 7.

²²² *Idem, ibidem*.

²²³ José Amado Mendes, *A História como Ciência*, Coimbra, 1989, p. 66.

Bourdé e Martin designam-na de historiografia metódica ou escola metódica²²⁴, cujos princípios seriam agrupados na *Introduction aux études historiques* (1898) de Charles Seignobos e Charles-Victor Langlois, centrando a investigação histórica no papel fundamental do documento e afastando-a da especulação positivista²²⁵. É também designada como historiografia positiva. Refere Carlos Maurício, “a história metódica ou positiva, centrada na recolha de largos núcleos documentais e sua sujeição ao método crítico, história tendencialmente especializada, ideográfica e desapaixonada, impõe-se inequivocamente aos praticantes das disciplinas científicas e das humanidades, ao poder político e à opinião culta como a verdadeira história, realmente científica, em detrimento da história positivista nomotética”²²⁶.

A escola metódica, buscando as suas raízes na historiografia erudita que se vinha edificando desde o século XVII (com Jean Mabillon), acentuava a importância do documento, a reunião de largos fundos documentais²²⁷ e o estudo minucioso da fonte documental através dos processos de heurística e hermenêutica, desenvolvendo a lição dada pela historiografia erudita alemã da primeira metade de Oitocentos com Niebuhr e Ranke.

Esta distinção entre historiografia positivista e historiografia positiva também surge em outros autores como Georges Lefebvre que refere: “les historiens érudits,

²²⁴ O professor José Amado Mendes em *A História como Ciência*, também assume a designação de forma a diferenciá-la da historiografia positivista: “Em síntese, podemos admitir que há duas histórias positivistas: uma, [...], é positivista no sentido *filosófico e sociológico*, tendo sido bastante influenciada pela filosofia comteana; a outra, positivista somente quanto à respectiva prática e que, devido à ausência de ligação ao positivismo filosófico, é preferível qualificar de empirista ou, pela tónica que esta corrente histórica põe no método propriamente dito, poder-se-á designá-la por escola metódica”, p. 68.

²²⁵ “A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objectividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão”, Bourdé e Martin, *op. cit.*, p. 97.

²²⁶ Carlos Maurício, “Historiografia – da consolidação da história metódica à lenta renovação do pós-guerra”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Lisboa, 1999, p. 172.

²²⁷ O trabalho de reunião destes fundos documentais iniciara-se no início do século XIX e prolongou-se durante toda a centúria, originando colecções como os *Monumenta Germaniae*, o *Corpus Inscriptionum Latinorum*, os *Portugaliae Monumenta Historica*. Esta obsessão pela construção de acervos documentais que englobassem todas as fontes escritas, que, evidentemente, se revelou um trabalho colossal e impossível se ser realizado seria um dos pilares da crítica da escola dos Annales à escola metódica.

obligés, en fait, de limiter leurs recherches à les périodes délimitées et courtes, ont refusé de se consacrer à la recherche des *lois* de l'histoire, comme la loi des trois états”²²⁸. Enquanto que numa a preocupação relaciona-se com a construção do processo evolutivo do Homem de modo a definir o futuro e alcançar os fins aspirados, a outra, centrando-se em redor de acervos de fontes, vai limitar-se, muitas vezes, à construção do passado político, com grande ênfase sobre as personagens individuais vistas como determinantes num período histórico específico.

Através das obras dos docentes de História da Faculdade e de outros testemunhos menos directos foi-nos possível identificar as características intrínsecas a cada uma das perspectivas historiográficas. A maior dificuldade surgiu ao procurarmos confirmar a divulgação destes conceitos na leccionação docente, pois, infelizmente, o Arquivo Histórico da Faculdade de Letras de Lisboa não dispõe de documentação que nos possa auxiliar a estabelecer um perfil conceptual referente à história leccionada durante o período em estudo. A ausência de sumários e programas referentes à época em apreço dificulta o entendimento acerca das ideias, dos interesses, da metodologia que cada professor terá usado e divulgado nas suas aulas.

Podemos, contudo, recorrer ao contributo das obras dos próprios professores, até porque a não adopção de sebatas e programas obrigatórios na legislação universitária, impunha aos docentes a opção por um esquema lectivo por si escolhido e que, certamente, iria ao encontro dos seus interesses pessoais. Para nos auxiliar nesta tarefa, tivemos, também, acesso ao *Programa das Provas Escritas e Orais no Curso de Ciências Históricas e Geográficas de 1914/15*²²⁹ (os primeiros exames finais da Faculdade de Letras), cuja matriz permite estabelecer os grandes tópicos dos planos de estudo sobre os primeiros quatro anos do curso.

Para compreender o modo como ambas as perspectivas historiográficas estiveram presentes na Secção de História da Faculdade de Letras de Lisboa, optámos por centrar o estudo na obra dos três principais docentes a ocuparem as cadeiras históricas durante o período de 1911 a 1930: José Maria Queirós Veloso²³⁰, primeiro

²²⁸ Georges Lefebvre, *La Naissance de la Historiographie*, Paris, 1971, p. 298.

²²⁹ Em Apêndice apresentaremos o programa detalhado referente às provas obrigatórias do 4º Grupo.

²³⁰ José Maria Queirós Veloso (1860-1952) iniciou a sua formação académica na Academia Politécnica e na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Em seguida entraria na carreira jornalística, onde conheceu, entre outros, Oliveira Martins, Eça de Queirós e Antero de Quental. A sua iniciação no campo educativo ocorre com a reforma liceal de Jaime Moniz (assim como este ocupou a direcção do Curso Superior de Letras

director da Faculdade e expressão de uma historiografia erudita, Manuel de Oliveira Ramos²³¹, que representa a herança da contribuição de Alexandre Herculano nos

durante dezoito anos, também, Queirós Veloso estaria à frente da Faculdade de Letras esse mesmo tempo), sendo nomeado para o Liceu Central de Évora. Na cidade alentejana dirigiria a Escola de Habilitação para o Magistério Primário e a Biblioteca Pública de Évora. Poderá ter sido aqui que Queirós Veloso começou a interessar-se pelos estudos quinhentistas portugueses, onde pontuam figuras como o cardeal D. Henrique, antigo arcebispo de Évora.

No virar do século (1900) junta-se ao Partido Regenerador sendo eleito deputado pelo círculo de Vila Verde (Braga) para um lugar na Câmara dos Deputados (1901). A cisão franquista leva-o a governador civil de Viana do Castelo (1901/04 e 1906). Regressaria a São Bento nas legislaturas de 1905, 1908 e 1910, quando o 5 de Outubro veio instaurar o regime republicano.

O seu regresso ao ensino, após a primeira experiência em Évora, viria, novamente pela mão reformadora de Jaime Moniz e a Grande Reforma de 1901 do Curso Superior de Letras. Aqui ocuparia a cadeira de História do Ensino secundário desde o século XVI, o que evidencia, já, o seu apreço por este período histórico. Em 1910, ainda antes da implantação da República e com a morte de Consiglieri Pedroso, Queirós Veloso seria eleito director do Curso Superior de Letras. Em 1911, ganharia a eleição para a direcção da Faculdade de Letras, por nove votos, contra um único ganho por Adolfo Coelho (Arquivo Histórico da Faculdade de Letras de Lisboa, *Livro das Actas do Curso Superior de Letras*, tomo 3, folha 31).

Com o novo regime, seria chamado a chefia da Direcção-Geral do Ensino Secundário, Superior e Especial; cargo a que voltou por outros períodos durante os primeiros anos da República, mas agora designado Direcção Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação. Em 1919, o seu prestígio no meio universitário levou-o a integrar o Senado como representante das Universidades.

Após atingir o limite de idade, em 1930, Queirós Veloso incrementaria a sua produção historiográfica sobre a segunda metade do século XVI.

²³¹ Manuel Oliveira Ramos (1862-1930) filho do jornalista portuense João Oliveira Ramos, conhecido por “Pai Ramos”, principiou a sua carreira na Escola do Exército (1879), seguindo depois para Coimbra, onde frequentou a Faculdade de Matemática da Universidade.

Leccionou no Colégio Militar e no Liceu de Lisboa (dirigido à época por José Maria Rodrigues) antes de vencer o concurso de 1904 para ocupar a nova cadeira de História Antiga, da Idade Média e Moderna, substituindo Consiglieri Pedroso, que passava para a cadeira de História de Portugal. Oliveira Ramos viria novamente a substituir este professor, aquando da morte deste em 1910, deixando a cadeira de História geral para o colega Agostinho Fortes. Antes ainda do regicídio fora professor de História e de Literatura do Príncipe Real D. Luís Filipe, em 1907.

Em 1911 foi transferido do Curso Superior de Letras para a Faculdade de Letras de Lisboa, ocupando a cadeira de História de Portugal e Estética e História da Arte, motivado pelos seus trabalhos sobre arte (*A Música Portuguesa*, 1891 e *A Baixela Barahona*, 1900).

estudos históricos nacionais e Agostinho José Fortes²³², que mantém viva a influência positivista que marcara o ensino do Curso Superior de Letras nos seus últimos quarenta anos (cerca de 1872-1910).

Não obstante, há que ter presente que as duas primeiras décadas da instituição não representaram um contributo significativo no campo da História. Contrariamente à realidade existente nas Faculdades de Letras de Coimbra e do Porto (esta desde 1919), na Faculdade lisboeta não se efectivou a constituição do Instituto de Estudos Históricos, previsto na legislação²³³, à semelhança das suas congéneres. Este teria facilitado um concreto desenvolvimento científico nos campos da História, da Filosofia, da Filologia e da Geografia. Estando todas as ciências representadas num mesmo organismo ter-se-ia,

Viria a ocupar outras cadeiras na Faculdade, mas ficaria sempre ligado aos estudos medievais e dos Descobrimientos portugueses, temas que lhe permitiram elaborar artigos para a *História de Portugal* dirigida por Damiano Peres, numa altura em que a cegueira quase o dominava por completo.

²³² Agostinho José Fortes (1869-1940) foi o único dos três professores de História da Faculdade de Letras de Lisboa a ter formação superior em Humanidades, tendo sido aluno no Curso Superior de Letras (matriculou-se em 1888/89).

Candidatou-se ao concurso de 1904 ao mesmo tempo que Oliveira Ramos, mas perdeu frente ao futuro colega. Com a morte de Consiglieri Pedroso e a transferência de Oliveira Ramos para a cadeira de História de Portugal, Agostinho Fortes foi chamado para ocupar a vaga em História Geral.

Em 1911, passa, juntamente com Queirós Veloso e Oliveira Ramos, para o 4º Grupo da Faculdade de Letras, como professor extraordinário. O seu estatuto só é igualado ao dos seus colegas em 1915, quando é lhe atribuído o título de professor ordinário. Na Faculdade seria o professor mais profícuo, leccionando mais de vinte cadeiras em quatro grupos distintos (apenas não leccionou nenhuma cadeira de Filologia Germânica e Geografia), durante os quase trinta anos em que foi docente da Faculdade de Letras de Lisboa.

Ocuparia outros cargos nos meios académicos, nomeadamente o de secretário da Faculdade durante a direcção de Queirós Veloso (1911-1929) e o de director entre 1931 e 1933.

A sua actividade política foi sempre marcada pela luta republicana, chegando a vereador durante o primeiro governo autárquico republicano da Câmara Municipal de Lisboa (1908). Com a República chegaria a senador, entre 1915 e 1919.

Fundou a Escola Agrícola da Paiã, a Escola da Estefânia e a colecção Biblioteca da Educação Nacional, com o intuito de promover junto das populações menos letradas um conhecimento da História de Portugal e da evolução civilizacional do Homem.

²³³ A legislação fundadora de 1911 fazia referência à constituição de um Instituto de Estudos Históricos, dividido em três secções: Filologia, História e Filosofia. O seu principal objectivo era “iniciar os alunos nas investigações científicas”, art. 15.º do Decreto com força de Lei de 9 de Maio de 1911.

talvez, enveredado por um caminho de interdisciplinaridade mais profundo e de maior diversidade temática²³⁴.

O contributo dos professores de História da Faculdade de Letras de Lisboa é, de facto, considerado pouco significativo no contexto historiográfico da época. Sobre Agostinho Fortes, afirma Luís Reis Torgal, “assegurou as mais variadas cadeiras de história e de filologia e nunca se celebrizou como historiador”²³⁵, enquanto que Oliveira Ramos é visto como “o geralmente ignorado professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa”²³⁶. Dos três, apenas Queirós Veloso é alvo de uma crítica mais positiva²³⁷, não deixando, porém, Reis Torgal de referir que “só veio a publicar a sua obra que o tornou conhecido como tal quando tinha cerca de 60 anos”²³⁸, ou seja, a partir da década de 1920, quando iniciou a publicação de artigos sobre o Portugal Quinhentista.

3.1.1 – A *historiografia positivista-republicana*

O ensino nas escolas superiores em Portugal no último quartel do século XIX esteve marcado pelo pensamento positivista²³⁹ nas ciências exactas (Escolas médicas e politécnicas) e na própria Universidade de Coimbra. Em Lisboa, o Curso Superior de Letras também foi receptivo ao positivismo, em especial, com a entrada de Teófilo Braga, em 1872; no ensino da História ocorreria um alargamento da influência da ideologia com a admissão de Zófimo Consiglieri Pedroso, em 1878.

²³⁴ Apenas para termos noção do valor que tal instituto teria na Faculdade de Letras de Lisboa, basta lembrar que a grande obra colectiva da *História de Portugal*, edição de Barcelos, saíra do Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras do Porto. No entanto, contaria com a presença de vários professores da Faculdade de Letras de Lisboa, incluindo dois do 4º Grupo: Queirós Veloso e Manuel Oliveira Ramos.

²³⁵ L. Reis Torgal, “O Ensino da História na Universidade”, in *História da História em Portugal*, [s.l.], 1996, p. 483.

²³⁶ *Idem*, “A história em tempo de Ditadura. Um símbolo da historiografia portuguesa: a *História de Portugal* de Barcelos”, *op. cit.*, p. 269

²³⁷ “Como biógrafo, Queirós Veloso elevou-se a um dos primeiros lugares na história portuguesa”, Oliveira Marques, *Ensaios de historiografia Portuguesa*, Lisboa, 1988, p. 47.

²³⁸ Reis Torgal, *op. cit.*, p. 483.

²³⁹ “Na mais poderosa corrente ideológica de Portugal fim-de-século”, Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 285.

Assim, parte do corpo docente que integraria o Curso Superior de Letras na sua última década (depois seria transferido para a nova Faculdade de Letras) fora educado num meio pedagogicamente positivista. E apesar da heterogeneidade nos percursos académicos iniciais dos três professores (Queirós Veloso, Oliveira Ramos e Fortes), a propagação do Positivismo em cada uma das escolas que frequentaram (Porto, Coimbra e Lisboa, respectivamente) homogeneizara, em certa medida, as suas bases educativas.

Os trabalhos que Oliveira Ramos e Agostinho Fortes apresentaram no concurso para admissão ao quadro docente do Curso Superior de Letras (1904) demonstram a influência da sua formação positivista. O primeiro apresentou o estudo *Origens Europeias – esquema etno-histórico*²⁴⁰, que na opinião de Busquets de Aguilar era “um estudo muito sumário acerca do início da Europa medieval, um esquema para um obra mais desenvolvida”²⁴¹. O próprio autor esclarecia que “este trabalho podia e devia talvez intitular-se *Notas para um programa de questões etno-históricas relacionadas com as origens da Europa moderna*”²⁴². Se o título já por si evidencia a influência de um esquema historiográfico positivista, Oliveira Ramos defende a importância do carácter evolutivo de inspiração spenceriana no processo histórico²⁴³, sublinhando que os acontecimentos eram consequências de múltiplas causas e diminuindo o papel das grandes figuras na complexidade do devir civilizacional, como defendiam os positivistas²⁴⁴. Mas também aqui, podemos vislumbrar a presença do pensamento de Alexandre Herculano, que em breve se tornaria inseparável de Oliveira Ramos.

Na sua obra, o primeiro professor de História de Portugal da Faculdade de Letras de Lisboa utiliza o conceito de evolução para expor a sua ideia do acontecimento de

²⁴⁰ Manuel Oliveira Ramos, *Origens Europeia – esquema etno-histórico*, dissertação de concurso à cadeira de História Antiga, Medieval e Moderna, Lisboa, 1904.

²⁴¹ Busquets de Aguilar, *O Curso Superior de Letras*, 1939, p. 268.

²⁴² Oliveira Ramos, “Advertência”, *op. cit.*, p. 3.

²⁴³ “Poucos factos exemplificarão tão nitidamente, como este [o nascimento da Europa após a queda do Império Romano], o conceito spenceriano da evolução [...] que o ilustre e subtil filósofo inglês via realizar-se [...] na progressão orgânica através dos tempos geológicos, como nos produtos da actividade social”, *Idem*, p. 7.

²⁴⁴ “Na maneira antiga [de interpretar a História] os factos culminantes, excepcionais, surgem, ou como o produto de vontade dos homens superiores, ou como efeito da confluência de circunstâncias extraordinárias, ou como resultado de impulsos psicológicos de natureza singular. [...]. Modernamente introduziu-se na história o infinitésimo, o trivial, o lento, explicando os grandes efeitos pela acumulação das pequenas causas, o súbito pelo gradual o passado pelo presente”, *Idem*, p. 38.

longa duração²⁴⁵, em oposição ao conceito de facto histórico de curta duração ocorrido num momento preciso e particular e resultado de causas directas e concretas.

Por sua vez, Agostinho Fortes apresentara o trabalho *O Helenismo ou a persistência da cultura helénica através da civilização*²⁴⁶, onde se nota o seu apreço por temáticas de história clássica e por preocupações de cariz histórico-evolutivo da civilização, não só europeia, mas de toda a bacia do Mediterrâneo, incluindo a cultura árabe e a redescoberta da cultura grega clássica nos séculos VIII e IX. Por outro lado, e como frisou Ferreira de Almeida, “o título indica bem a sua constante preferência pelos assuntos de ordem e interesse gerais”²⁴⁷.

Enquanto Agostinho Fortes viria a desenvolver as suas concepções historiográficas sobre a influência da perspectiva republicana e dos ensinamentos de Teófilo Braga²⁴⁸, Oliveira Ramos caminharia cada vez mais para uma história erudita inspirada em Herculano, com a valorização das fontes. Por conseguinte, Fortes retomaria o discurso crítico da historiografia liberal sobre a decadência do país e a propensão republicana para o estudo da história contemporânea.

Para este professor, e seguindo a tradicional historiografia liberal e republicana, Portugal vivia desde meados do século XVI uma profunda crise que se reflectia nos vários sectores da sociedade e havia provocado o processo de decadência que o país ainda vivera no século XIX. No capítulo que escreveu para a *História do Regime Republicano em Portugal*, dirigida por Luís de Montalvor²⁴⁹, Agostinho Fortes traça as causas que desencadearam a crise do país, marcando o incremento da Expansão como um factor determinante nesse processo. Com a procura da riqueza fácil nas terras do

²⁴⁵ “Sob a influência desta concepção [evolução], as invasões germânicas [...] aparecem-nos como um facto que se desenvolve lentamente, através de dez séculos”, *Idem*, p. 38. Coloca-se no campo oposto àquela historiografia que explica a queda do Império Romano em consequência das invasões Bárbaras ocorridas no século V.

²⁴⁶ Agostinho Fortes, *O Helenismo ou a persistência da cultura helénica através da civilização*, dissertação apresentada ao concurso para professor da cadeira de História Antiga, da Idade Média e Moderna do Curso Superior de Letras, Lisboa, 1904.

²⁴⁷ Ferreira de Almeida, “Doutor Agostinho Fortes”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1940, p. 397.

²⁴⁸ “Da escola de Teófilo sai[u] Agostinho Fortes, um divulgador sem obras originais”, Joaquim Veríssimo Serrão, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, p. 177.

²⁴⁹ Agostinho Fortes, “A vida política do povo português, de 1500 a 1820”, *História do Regime Republicano em Portugal*, dir. Luís de Montalvor, vol I, Lisboa, 1930.

Oriente, os portugueses, saindo do campo, provocaram o declínio da produção agrícola e rapidamente desligaram-se dos mecanismos de desenvolvimento nacional e das questões políticas²⁵⁰. Aqui, não deixa de ser curioso comparar a visão pessimista que Oliveira Martins imprime na sua *História de Portugal*, com o entendimento de Fortes referente a esta época²⁵¹. Parece que o autor de *Portugal Contemporâneo* e a sua historiografia negativista viriam a influenciar a própria visão do professor da Faculdade sobre o estado decadente do país. E mesmo mencionando o brilhantismo da época²⁵², com o prestígio da Universidade e a sua notável docência nacional e estrangeira, Fortes tem sempre em mente o desacelerar do processo evolutivo para a constituição de uma sociedade melhor, num período de reforço do poder real, através da sujeição da nobreza e do controlo dos poderes municipais.

No entanto, esclarece que “as camadas populares, só indirectamente, e por um fenómeno de reflexão é que foram atingidas pelos factores deletérios [...] e por isso é que nelas se puderam conservar latentes, adormecidas, as qualidades primaciais da nossa gente, qualidades, que mais tarde, embora mal despertar, hão-de procurar afirmar-se nos esforços para o reingresso na actividade da civilização moderna”²⁵³. A emergência do poder popular, quebrado com a política real desde D. João II e anulado com o domínio

²⁵⁰ “Chegados ao século XVI, aos anos de quinhentos, de embevecidos que andávamos com as riquezas do Oriente, deslumbrando a Europa com magnificências até então nunca vistas, como provámos pela célebre e retumbante embaixada de Tristão da Cunha ao papa Leão X, não tardou que puséssemos quase completamente de parte a cultura intelectual e no alheássemos do grande movimento de ideias que agitavam o resto da Europa, alheamento que poderosamente contribuiu para a nossa decadência, já preparada economicamente pelo abandono de nossos campos e indústrias, politicamente pelo afastamento sistemático do povo dos negócios públicos, moralmente pela febre de riquezas adquiridas a troco da perda de quaisquer preconceitos ou pruridos de honra e vergonha, perda essa que, no dizer do tempo, fez da pátria madrasta de homens bons e mãe de vilões ruins”, Agostinho Fortes, “A vida política do povo português, de 1500 a 1820”, *op. cit.*, p. 102.

²⁵¹ “Na embriaguez de tamanhas riquezas, quem podia ouvir o grito lancinante do judeu queimado? Quem se atreveria a afirmar que a Nação se arruinava? Que os campos se despovoavam? Que a miséria crescia? E que o rei de Portugal, tão opulento, era de facto um pobre pedinte?”, Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, 1972, p. 321.

²⁵² “Na verdade, os descobrimentos, tendo dado à nossa história as páginas mais brilhantes que uma nacionalidade possa irrefragavelmente testemunhar o contributo para a civilização geral”, *Idem*, p. 100.

²⁵³ *Idem*, p. 103.

filipino, poderia ter ocorrido com o 1º de Dezembro e a libertação de Portugal²⁵⁴. Porém, Fortes, com os argumentos já estabelecidos pelos republicanos, aponta o dedo à dinastia de Bragança²⁵⁵, mantendo, mais uma vez, um discurso semelhante ao de Oliveira Martins²⁵⁶. A subida ao trono de D. João IV, em 1640, apenas serviu para prolongar o estado letárgico que o país vivia desde o século anterior²⁵⁷, mantendo-o durante o seguinte. Durante esses três séculos, apenas a “acção enérgica de Pombal [...] deu fugazmente semelhança de vida”²⁵⁸, mas, assim, que foi “contrariada e suspensa a iniciativa pombalina”²⁵⁹, o cenário desolador manteve-se com a miséria do povo, a luxúria do clero, a ineficácia da corte, a perseguição aos intelectuais e às ideias estrangeiras que no final de Setecentos entravam no país²⁶⁰. É uma visão deveras pessimista, de um país onde “uma rainha, caída nas trevas da loucura, era como o símbolo perfeito e exacto de uma nacionalidade que quase se diria já não existir”²⁶¹. Com a entrada no novo século, onde fervilhavam os novos ideais revolucionários, a decadência do país agudizava-se rapidamente, nas palavras de Fortes, primeiro com a saída da família real para o Brasil²⁶², a entrada das tropas de Junot e depois com a

²⁵⁴ “Parecia que iriam ressurgir os dias em que os concelhos, as pequenas repúblicas, paládio das regalias populares”, *Idem*, p. 110.

²⁵⁵ “Em 1640, consegue Portugal redimir-se materialmente do jugo castelhano. Dizemos materialmente, porque, de feito, o movimento de 1640 pouco mais representou que a mudança de um senhor para outro senhor, a substituição de uma família reinante para outra não menos despótica, não menos improgressiva, que sistematicamente continuaria a obra de dissolução havia tanto iniciada”, *Idem*, p. 107.

²⁵⁶ “Por isso, a descendência de Nuno Álvares, um herói e um santo, foi uma sucessão de intrigantes, mesquinhos, de maus doidos, ou de egoístas vulgares”, Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 411.

²⁵⁷ “Olhando só para si, consubstanciando em si toda a vida nacional, afastando-se cada vez mais do povo, raça vil que só lhe servia para explorar, a realeza ia cavando dia-a-dia a ruína da Pátria, dessa pátria que ela considerava tão somente propriedade pingue”, *Idem, ibidem*.

²⁵⁸ Agostinho Fortes, *Alexandre Herculano, breve esboço da sua vida e obra*, Lisboa, 1910, p. 13.

²⁵⁹ *Idem, ibidem*.

²⁶⁰ “Os intelectuais, poucos, que à laia de flores raras e exóticas desabrochavam neste pântano, ou estavam sobre a vigilância nunca adormecida da intendência policial, ou iam no exílio passar saudades em castigo de terem a ousadia de pensarem ou até a não menos condenável de lerem qualquer livro que de além fronteiras pudesse vir inquinado do vírus enciclopedista, da peste das ideias liberais e republicanas”, Agostinho Fortes, *op. cit.*, p. 13.

²⁶¹ *Idem*, p. 14.

²⁶² “Fuga vergonhosa e sem exemplo em nenhuma outra época, e em nenhum outro povo”, *Idem*, p. 15.

aliança com os Ingleses, que desembocaria na “nossa subserviência para com a Inglaterra”²⁶³.

Foi neste cenário caótico que Agostinho Fortes nos dá do início do século XIX, que viria a ocorrer “um dos mais notáveis acontecimentos da história pátria”²⁶⁴, quando a 24 de Agosto de 1820, “no Porto a liberdade conseguiu triunfar e o constitucionalismo radical, adaptação acomodativa dos princípios políticos de 1789, deu pela primeira vez em Portugal um documento nacional ousadamente proclamador da supremacia da soberania popular, a Constituição de 1822”²⁶⁵. Num discurso que evidencia os seus próprios ideais políticos, o professor da Faculdade de Letras de Lisboa, mantém toda a propaganda liberal e republicana sobre o processo histórico português. A Revolução de 1820 era, assim, o primeiro passo “de uma cadeia de lutas pelo ressurgimento pátrio, em holocausto do qual muitas e sacrossantas vítimas tem caído; 1820 é o precursor luminoso da Revolução de Setembro de 1836, da Maria da Fonte e do 5 de Outubro de 1910”²⁶⁶, ou seja, o acontecimento que marcava uma nova fase da vida nacional, extirpando a Pátria da decadência letárgica que mergulhara no século XVI.

Em Queirós Veloso, importante estudioso do século XVI português, esta crítica e definição da época como origem da decadência não surge com tanta veemência. Não se deixando influenciar por motivações políticas ou teleológicas ou pelo pessimismo finissecular, vê a decadência no país desenvolver-se com a morte de Filipe II e o declínio do poderio espanhol, que tornava Portugal vulnerável face aos inimigos da monarquia católica²⁶⁷. Opõe-se à visão catastrófica que, por exemplo, Oliveira Martins dá da História de Portugal e à influência que a sua obra teve nas gerações posteriores²⁶⁸.

²⁶³ Agostinho Fortes, “A vida política do povo português, de 1500 a 1820”, *op. cit.*, 1930, p. 144.

²⁶⁴ Agostinho Fortes, *A Revolução de 1820 e a Constituição de 1822*, Lisboa, 1932, p. 6.

²⁶⁵ Agostinho Fortes, *Alexandre Herculano*, Lisboa, 1910, p. 16.

²⁶⁶ Agostinho Fortes, *A Revolução de 1820 e a Constituição de 1822*, Lisboa, 1932, p. 64.

²⁶⁷ “Nos destroços da Invencível Armada perde a Espanha o seu poderio nos mares; e Portugal é arrastado com ela. Na África, na Índia, a sorte das armas continua a ser-nos favorável. São, porém, os últimos raios de um sol no ocaso. Com a morte de Filipe II, a decadência precipita-se”, Queirós Veloso, “A dominação Filipina”, discurso pronunciado na 4ª sessão comemorativa do 3º Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa, em 12 de Dezembro de 1929, *Biblos*, vol. VI, 1930, p. 397.

²⁶⁸ “Foi a sua crítica tão desdenhosa do nosso passado, tão descrente do nosso futuro, como se quisesse tirar por corolário a incapacidade nacional, que deram à sua *História de Portugal* [...] a demolidora influência que teve, e por ventura ainda tem, na juventude portuguesa”, *Idem*, p. p. 402.

A preocupação maior de Queirós Veloso é procurar reconstituir os factos determinantes da História nacional com o recurso a fontes, que sustentassem toda a sua argumentação histórica.

Apesar do momento político-social e cultural em que a Secção de História da Faculdade de Letras de Lisboa começa a funcionar, o desenvolvimento da historiografia não procurou ir ao encontro da legitimação da Revolução de 5 de Outubro e da implementação da República. Na realidade, a sua historiografia pareceu manter uma preferência por temáticas cronológicas mais recuadas²⁶⁹ e uma tendência de isenção política que já advinha do final do século anterior²⁷⁰. Agostinho Fortes não leccionara História de Portugal durante o período em estudo, o que diminuía as possibilidades de propaganda política e de justificação do regime.

3.1.2 – a historiografia erudita e metódica

Se podemos ver em Agostinho Fortes o principal representante da historiografia republicana, Oliveira Ramos e, em particular, Queirós Veloso apresentam-se como os símbolos da historiografia erudita.

Nas poucas obras que nos deixou, Oliveira Ramos seguiu principalmente as ideias que Herculano desenvolvera no respeitante ao método a aplicar na investigação historiográfica. Não se deixaria, contudo, levar pelas interpretações de cariz político que marcou parte do pensamento do autor da *História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*²⁷¹.

Na obra de Queirós Veloso encontram-se algumas das características constituintes da historiografia erudita, como o valor dado ao documento, a centralidade das grandes figuras e o predomínio do factor político. O seu trabalho seria marcado pela defesa da construção do passado histórico suportado por uma minuciosa investigação documental. Para ele, “aqueles que julgam a História apenas como uma obra de arte, uma ressurreição literária, mais roçando o romance do que vivendo pela reconstituição

²⁶⁹ “Foi sempre significativo [...] o peso atribuído às disciplinas de história antiga, das *ciências auxiliares da história*, e de história medieval e moderna”, Avelãs Nunes, *op. cit.*, p. 45

²⁷⁰ “A historiografia desapaixonada e apartidária da viragem do século e da 1ª República”, Carlos Maurício, *op. cit.*, p. 172.

²⁷¹ Voltaremos a falar da obra de Oliveira Ramos no ponto referente aos conteúdos programáticos das cadeiras da Faculdade de Letras.

rigorosa dos factos, narrativas por ventura elegantes, em que a verdade é muitas vezes sacrificada à fantasia, esse pseudo-historiadores desdenham olímpicamente o documento. Mas o que seria a História sem ele – casa sem alicerces, condenada a cair em ruínas”²⁷².

Durante grande parte da sua carreira de historiador, Queirós Veloso iria dedicar-se a um período muito específico da História nacional, como já várias vezes fizemos referência²⁷³, o século XVI ibérico. De acordo com o seu entendimento de construção histórica e o período histórico por si estudado, Queirós Veloso viria a “descobrir” o Arquivo Geral de Simancas, em Espanha, “depósito de muitos milhões de documentos cujo estudo é indispensável para a verdadeira história, não só da Espanha e Portugal, como das principais nações da Europa, nos séculos XV a XVIII”²⁷⁴.

Ao defender a necessidade de fundamentação documental na elaboração histórica apresenta-se no campo oposto a Oliveira Martins, de quem afirma ter-lhe faltado a “observação directa das fontes primordiais; e, ao lado disto, a impassível frieza do crítico, para coordenar, comparar, de um modo impassível ou objectivo, o sistema dos sentimentos geradores e os actos positivos”²⁷⁵.

Por outro lado, elaborando as suas pesquisas com base, maioritariamente, em correspondência e negociações diplomáticas, as suas análises vão centrar-se em construções político-institucionais em redor da acção das principais personalidades da vida política portuguesa da segunda metade de Quinhentos²⁷⁶.

²⁷² Citação de Queirós Veloso, numa conferência realizada na Faculdade de Letras de Letras, a 21 de Março de 1928, tendo por convidado o historiador e ministro plenipotenciário argentino D. Roberto Levillier, “Elogio do Prof. Dr. J. M. de Queirós Veloso pelo académico de número Manuel Heleno”, *Elogio do Prof. J. M. Queirós Veloso*, Lisboa, 1958, pp.32-33.

²⁷³ “O campo das suas predilecções históricas é, relativamente, restrito, pois quase as suas obras, neste género literário, versam temas que vão do reinado do Venturoso à Restauração, Domingos Gomes Santos, “Palavras Prévias” a *O Interregno dos Governadores e o Reinado de D. António*, Lisboa, 1953, p. XIX.

²⁷⁴ Queirós Veloso, *História de Portugal*, edição de Barcelos, p. 54.

²⁷⁵ Queirós Veloso, “A dominação filipina”, *op. cit.* p. 398.

²⁷⁶ “A obra de Queirós Veloso gira em volta das grandes personagens, mas ele encara-as, não à maneira de Carlyle, não à maneira de Hegel, mas ao mesmo tempo como agentes e produtores de História. Por eles faz ele o estudo sobretudo da segunda metade do século XVI e da sua projecção no século XVII (A Dominação Filipina e a Restauração). Assim os factos políticos de tal época desenrolam-se em movimentado e colorido documentário que tem por protagonistas a rainha D. Catarina de Áustria, D. Sebastião, o Cardeal-rei, os Governadores e D. António”, José Caeiro da Mata, “Oração de Abertura”, *Elogio do Prof. J. M. Queirós Veloso*, Lisboa 1958, p. 34

Utilizando os infindáveis recursos que o Arquivo de Simancas lhe disponibilizava, Queirós Veloso procedeu à reconstrução exaustiva da política nacional desde a morte de D. João III e a subida ao trono de D. Sebastião, descrevendo as sucessivas regências de D. Catarina e D. Henrique, apontando sempre para a crise dinástica desencadeada pelo desastre de Alcácer-Quibir e depois com a morte do último filho de D. Manuel (1580).

Porém, a intensa obra historiográfica que Queirós Veloso levou a cabo denuncia os limites da historiografia erudita, como veio a ser criticada pelas gerações inspiradas pelas teses da escola dos *Annales*. Um autor como Vitorino Magalhães Godinho refere que “a obra de Veloso, extraordinariamente sólida, bem aprofundada em fontes, na sua maioria inéditas, pode dizer-se que realiza o milagre de, abordando a questão crucial da marcha para a união das duas coroas peninsulares, passar ao lado de todos os problemas importantes, não abrir uma única janela ou um pequeno postigo que seja para uma outra perspectiva que nos dê, da evolução política portuguesa”²⁷⁷. Ao restringir-se à documentação diplomática, o professor da Faculdade de Letras de Lisboa, expõe a questão de um ponto de vista das negociações secretas e das acções das figuras determinantes de todo o processo.

Assim, na obra de Queirós Veloso é indesmentível a constatação da importância do cariz biográfico na sua produção historiográfica. Como base exemplificativa desse método, temos a sua longa contribuição para a *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, com a descrição minuciosa dos acontecimentos políticos, diplomáticos e militares ocorridos entre 1557 e 1630. A visão do povo português, das massas populares é quase imperceptível, constituindo como que uma pequena parte do quadro de fundo onde decorre a acção principal – as intrigas e maquinações palacianas. A preocupação pelo facto criteriosamente datado parece não deixar espaço para a percepção da consciência popular e, até, nacional, sobre o processo histórico que se vivera na segunda metade do século XVI.

Esta exposição da História nacional contrasta com o trabalho que outros colegas seus realizaram. Em Oliveira Ramos tem-se em conta o carácter da Nação e a participação das camadas populares no processo histórico, por exemplo, da construção do país nos séculos XI e XII. Não deixa de ser relevante a acção das grandes figuras em determinados momentos, como o conde D. Henrique ou Vasco da Gama, mas incluem-

²⁷⁷ Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio*, III, Lisboa, 1971, p. 234.

se num contexto mais global do processo histórico, sendo também espectadores e não só participantes, dando-se importância às consequências imediatas e mediatas que os seus papéis tiveram nas respectivas conjunturas, nacional ou internacional. Em Agostinho Fortes vemos não só a importante participação do povo nos assuntos do país e nos acontecimentos maiores da história portuguesa, mas também como receptáculo das “qualidades primaciais” da Nação, imbuídas de ideais liberais e democráticos²⁷⁸ e de patriotismo. No que respeita ao episódio da Batalha de Alcântara, em 1580, numa altura em que a maioria do reino se entregava ao invasor, refere Fortes que um grupo de homens constituíram a oposição às tropas castelhanas, ficando “a atestar através dos tempos, que na ralé, na escumalha das ruas, vielas e alfurges, nos rotos e esfarrapados, sem armas, sem disciplina nem comando, ainda se encontrava o antigo sentimento de amor pela terra que de berço lhes servira”²⁷⁹.

À história elitista de Queirós Veloso, com o protagonismo entregue às grandes figuras, símbolos do seu tempo, contrapõe-se uma história preocupada com o povo, onde as camadas populares representam o verdadeiro sentimento nacional. E, afirma Agostinho Fortes, mesmo que em 1640 o movimento revolucionário tivesse partido de uma parte da nobreza, “certo é que o braço do povo, no momento decisivo, embora não tivesse andado envolvido na conjura, não faltou e que foi o povo quem proporcionou todos os recursos para a luta que se protelou por longos e difíceis vinte e oito anos”²⁸⁰.

Todavia, não podemos deixar de afirmar que a crítica de Magalhães Godinho tem em vista uma historiografia que Queirós Veloso entendia ser o modo correcto de observar a História e de auxiliar à construção do passado. Não se deixou ficar pelas teses das historiografia liberal e republicana que olhavam negativamente para o período, e deslocou-se a Simancas de forma a recolher as fontes documentais que poderiam constituir prova para estruturar a sua obra. Este trabalho de arquivística, que ele observara em Herculano e em Gama Barros²⁸¹, viria a granjear-lhe elogios

²⁷⁸ O artigo que Agostinho Fortes escreveu para a *História do Regime Republicano em Portugal*, dirigida por Luís de Montalvor era precedido do importante texto de Jaime Cortesão sobre os *Factores Democráticos na formação de Portugal*.

²⁷⁹ Agostinho Fortes, “A vida política do povo português entre 1500 e 1820”, *op. cit.*, 1930, p. 105.

²⁸⁰ *Idem*, p. 103.

²⁸¹ “Um Herculano e de um Gama Barros que, a seus olhos, foram historiadores paradigmáticos”, Cruz Malpique, “Aquele que foi meu professor de História Geral da Civilização, o Dr. José Maria de Queirós Veloso”, *Barcelos*, nº 2, vol. 2, 1985, p. 198.

contemporâneos e posteriores, em particular pelos documentos inéditos, mas também pela sua visão positiva e metódica dos mesmos.

3.2 – As temáticas históricas nas cadeiras do 4º Grupo

O ensino da História na Faculdade de Letras de Lisboa estava intrinsecamente ligado ao plano de estudos dos cursos de Ciências Históricas. A estrutura curricular estabelecida em 1911 era, em grande parte, devedora do plano já existente no Curso Superior de Letras: no essencial o novo esquema juntava às disciplinas de História Universal e de História de Portugal as chamadas ciências auxiliares da História²⁸².

A inclusão destas cadeiras revelava a preocupação por uma aprendizagem do método de investigação histórica baseada no estudo da documentação e dos vestígios históricos, como elementos preponderantes: a Diplomática, a Numismática, a Epigrafia, a Arqueologia²⁸³. E apesar da herança deixada no Curso Superior de Letras pelo pensamento positivista, este plano parecia evidenciar uma clara tendência da historiografia erudita ou da escola metódica francesa para a valorização do documento²⁸⁴, mantendo-se presente a lição de Alexandre Herculano e da influência rankiana.

3.2.1 – As cadeiras de História Geral

²⁸² Em Apêndice apresentaremos um quadro com as cadeiras dos Cursos de Ciências Históricas com os respectivos docentes entre 1911 e 1930.

²⁸³ Na sua lição inaugural da cadeira de Arqueologia, no ano lectivo de 1926/27, o professor Manuel Heleno (antigo aluno da Faculdade de Letras de Lisboa e do antigo regente da cadeira, Leite de Vasconcelos, e, também, o primeiro professor de História formado na Faculdade) afirma que a Arqueologia “companheira da História, serve-se dos monumentos como aquela dos manuscritos, ligando os objectos como se fossem frases, os espólios das estações como se fossem passos de antigos autores”. *Lição inaugural da cadeira de Arqueologia (ano lectivo 1926-27)*, Lisboa, 1930, p. 3.

²⁸⁴ “A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objectividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas da profissão”, Bourdê e Martin, *op. cit.*, p. 97.

Podemos vislumbrar a presença de uma matriz positivista nas cadeiras de História Geral da Civilização²⁸⁵ e de História das Religiões. A primeira, na opinião de Avelãs Nunes, baseava-se num “positivismo cosmopolita de matriz iluminista e humanista [e] reduzida tradição erudita de investigação documental especializada”²⁸⁶. Mas no que diz respeito à Faculdade de Letras de Lisboa, temos de ter em conta que a cadeira foi leccionada por Queirós Veloso, pouco receptivo a influências positivistas, o que terá imprimido àquela um carácter mais erudito e documental. Um seu aluno referia que “divagações mais ou menos subjectivas, voos mais ou menos poéticos, entreadivinhações, não eram com ele”²⁸⁷. Para o professor “os documentos falavam por si”²⁸⁸.

No programa de 1914/15 para os exames finais, a cadeira de História Geral da Civilização constituía tema para as primeiras provas orais, apresentando assuntos que referiam a evolução civilizacional, desde o “lugar do Homem na natureza” até à “evolução mundial”, que estando após a alínea da “Revolução Francesa”, podia significar o estudo dos aspectos relacionados com os séculos XIX e XX.

Sendo um homem dedicado ao século XVI ibérico, é bem possível, que com o passar dos anos, as aulas de Queirós Veloso se tenham concentrado nos assuntos quinhentistas da Renascença, da crise espiritual da Reforma, da Contra-Reforma, e do Concílio de Trento, numa perspectiva fortemente politizada²⁸⁹.

²⁸⁵ Era a substituta da cadeira de História Antiga, da Idade Média e dos Tempos Modernos, que fora antecedida pela de História Universal (até 1901), no Curso Superior de Letras, leccionada desde 1878 por Consiglieri Pedroso. O antigo professor do Curso referira, em 1883, que “uma verdadeira história universal (no sentido moderno e estritamente científico) deve ser no mesmo passo, uma história da civilização”, Consiglieri Pedroso, *As Grandes Épocas da História Universal*, Porto, 1883, p. 33.

²⁸⁶ Avelãs Nunes, *op. cit.*, p. 84.

²⁸⁷ Cruz Malpique, “Aquele que foi meu professor de História da Civilização, o Dr. José Maria de Queirós Veloso”, *Barcelos*, nº 2, vol. 2, 1985, p. 190.

²⁸⁸ *Idem, ibidem.*

²⁸⁹ No testemunho de Cruz Malpique sobre o seu professor de História Geral da Civilização, refere-se em particular a dedicação que Queirós Veloso demonstrava com a sua investigação pessoal no Arquivo de Simancas (“referências muitos especiais ele fazia ao Arquivo Espanhol de Simancas, ao ponto de nós, na nossa irreverência de rapazes, e de brincadeiras, lhe chamarmos o *Homo Simanquensis*”, Cruz Malpique, *op. cit.*, p. 188). As constantes referências a este arquivo levam-nos a crer que Cruz Malpique não teria apenas em atenção as aulas de História Geral da Civilização, mas, também, as de História de Portugal II dadas pelo mesmo docente e cuja temática teria incidido no estudo do século XVI e daí a necessidade de recorrer frequentemente à importância do arquivo espanhol.

Por seu lado, a cadeira de História das Religiões surge dentro da visão laicista que o novo regime republicano procura imprimir na sociedade portuguesa, desbaratando a influência que o catolicismo detinha em Portugal. E como ocorreu com grande parte, se não com a totalidade, das restantes cadeiras do 4º Grupo, também aqui, o docente, Agostinho Fortes, lhe terá dado o seu cunho pessoal. A cadeira não constituía tópico para os exames, pelo que o programa de 1914/15 não nos fornece indicação alguma sobre os temas abordados.

Porém, através de dois testemunhos do próprio professor²⁹⁰ podemos compreender o seu entendimento sobre o fenómeno religioso e a importância que este tinha no estudo da realidade social²⁹¹. Entende que se trata de um fenómeno evolutivo que se foi desenvolvendo no homem ao longo dos tempos, sendo estudado “tão miudamente que possa chegar à constituição de um sistema e à organização, portanto, de uma ciência”²⁹², a Hierologia. Para Fortes, o estudo das religiões não seria possível recorrendo às tradicionais explicações dadas pela Teologia²⁹³, pois a sua visão fragmentária e isolada do fenómeno religioso impossibilitava um conhecimento pleno do mesmo²⁹⁴. Este conhecimento só seria passível de ser estruturado através de uma concepção evolutiva desse fenómeno, entendendo que “hoje, esta ciência está constituída, mercê da criação da sociologia, e da aplicação de métodos científicos ao estudo das religiões, estudo cuja proficuidade seria nula se, além da comparação da qual proveio a generalização, não se houvera aplicado aos resultados assim obtidos a ideia de evolução”²⁹⁵.

²⁹⁰ O prefácio de Agostinho Fortes para Joaquim Lopes, *Moderna Crença Religiosa. Subsídios para a História das Religiões*, de 1916 e a obra *Hierologia. Ciência das Religiões*, de 1930, permitem sintetizar as questões relacionadas com o fenómeno religioso.

²⁹¹ “O fenómeno religioso é, se dúvida, um dos que mais profunda acção têm exercido na vida social, embora não seja, como alguns autores pretendem, o determinante capital da vida colectiva.”, Agostinho Fortes, *Hierologia. Ciência das Religiões*, Lisboa, 1930, p. 5.

²⁹² *Idem*, p. 6.

²⁹³ “A Teologia e a Teodiceia, esta criação de Leibniz, para conciliar o inconciliável, de nenhum modo podem explicar não já génese, mas nem sequer a evolução do fenómeno religioso”, *op. cit.*, p. 7.

²⁹⁴ “É que o fenómeno religioso era considerado como simples, independente, quando, na verdade, é da maior complexidade e, apesar da sua natureza especial, mantém relações com todos os produtos da vida social”, *op. cit.*, p. 8.

²⁹⁵ *Idem*, p. 6.

Ao abandonar o estudo tradicional da religiosidade, Agostinho Fortes vai também pôr de parte o princípio da revelação divina, como defendeu no prefácio que escreveu para a obra de Joaquim Lopes intitulada *A Moderna Crença Religiosa. Subsídios para a História das Religiões*²⁹⁶. Partindo do princípio que as religiões eram “o produto da actividade individual e colectiva do homem”²⁹⁷, o professor afirma, sobre o dogma da criação, que “a verdade está, precisamente, no lado oposto, isto é, que o homem é que criou e continua a criar deus ou deuses à sua semelhança”²⁹⁸. Por conseguinte, o professor defendia a formação da realidade religiosa através da observação, do estudo e do entendimento do Homem, ao longo dos tempos. Este pensamento, leva-nos a concluir que Fortes não leccionou História da Igreja ou do Cristianismo visto individualmente, mas sim, procurou o estudo das diversas religiões no conjunto das “fases evolutivas”²⁹⁹ do religioso. Assim como a cadeira de História Geral da Civilização, a cadeira de História das Religiões apresentava uma dimensão cronológica bastante ampla, inserindo-se o seu estudo no processo de evolução humana e, certamente, marcada por uma visão positivista³⁰⁰.

Também não seria estranha, na leccionação desenvolvida por Fortes, uma certa crítica ao clericalismo português³⁰¹, resultado da influência da historiografia laica e republicana e que apontava a Igreja Católica na sua componente tridentina como um dos vectores originais da decadência do país. Contudo, este entendimento do factor religioso viria a ser mal interpretado à medida que o país avançava para uma solução política cada vez mais conservadora e autoritária. O ministro da Educação, Gustavo Cordeiro Ramos refere a Salazar que a cadeira de História das Religiões “só servia para o Prof. Agostinho Fortes fazer propaganda jacobina e irreligiosa”³⁰², justificando assim a

²⁹⁶ Joaquim Lopes, *A Moderna Crença Religiosa. Subsídios para a História das Religiões*, Coimbra, 1916.

²⁹⁷ Agostinho Fortes, prefácio a Joaquim Lopes, *op. cit.*, p. IX.

²⁹⁸ *Idem*, p. XI.

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ “Podemos, é certo, estudar, com precisão quase matemática, as fases evolutivas de uma determinada religião; podemos verificar como as religiões se adulteram, se modificam e se adaptam, consoante os meios em que se manifestam”, Agostinho Fortes, *op. cit.*, 1916, p. X.

³⁰¹ “Votado apaixonadamente à propaganda laica”, Ferreira de Almeida, “Doutor Agostinho Fortes”, *Revista da Faculdade de Letras*, 1ª série, tomo VII, nº1-2, Lisboa, 1940, p. 245.

³⁰² ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Carta de Gustavo Cordeiro Ramos a António Oliveira Salazar datada de 5 de Agosto de 1929.

extinção da cadeira, num período em que a regência era já ocupada por Francisco Reis Santos. Porém, na sua obra, do início dos anos trinta e que tinha como objectivo a educação popular, Agostinho Fortes explicava que “no estudo do fenómeno religioso [...], ninguém veja intuítos de combate contra este ou aquele sistema religioso, nem espírito de iconoclastismo ou proselitismo”³⁰³.

O desaparecimento da cadeira de História das Religiões do programa dos Cursos de Ciências Históricas³⁰⁴ demonstra a intromissão do poder político na estrutura universitária, numa época de endurecimento da vida política nacional.

Além da cadeira de História Geral da Civilização, o plano de estudos de 1911 especificava outras cadeiras de História geral. O plano dividia a antiga cadeira de História Antiga, da Idade Média e Moderna, em três cadeiras distintas, dedicadas a cada uma das épocas históricas: Antiguidade, Medievalidade e Modernidade. O estudo da época contemporânea ficaria agregado à História Moderna, na continuação de uma historiografia erudita pouco vocacionada para os tempos mais próximos da sua realidade temporal.

Inicialmente, as três disciplinas foram entregues a Agostinho Fortes, o último professor do Curso a ocupar a antecessora daquelas. Porém, a partir de 1915/16, seria Oliveira Ramos a assegurar a cadeira de História Medieval.

Como todas elas constituíam tema para os exames finais, o Programa de 1914/15 permite-nos uma visão detalhada dos assuntos que foram sendo exposto nas respectivas aulas durante os primeiros anos da Faculdade de Letras de Lisboa, realidade que terá sido pouco alterada ao longo da década e meia seguinte.

A cadeira de História Antiga dispunha de um ponto específico, “Instituições gregas e romanas”, com cinco alíneas distintas, que se centravam no estudo da Grécia e Roma antigas. Mas certamente que a história pré-clássica também teria tido alguma exposição durante as aulas. Na Reforma de 1930, a cadeira seria substituída por duas, uma dedicada à Antiguidade Oriental e outra à Antiguidade Clássica. Tal pode ser interpretado em dois sentidos: diferenciar o estudo da Grécia e Roma clássicas dos seus antecessores orientais (Egipto, Babilónia, Pérsia), procurando dar mais relevância à história do Mediterrâneo Oriental; por outro lado, poderia significar uma intenção de

³⁰³ Agostinho Fortes, *Hierologia. Ciência das Religiões*, Lisboa, 1930, pp. 8-9.

³⁰⁴ Seria necessário aguardar pela Reforma de 1957 para ser reintroduzida, no plano curricular, uma cadeira de temática histórico-religiosa, mas agora vocacionada para a História do Cristianismo.

alargar o estudo da História Antiga a um passado mais recuado da realidade greco-latina. Cremos que, apesar de reduzida, a história dos povos pré-clássicos tenha tido alguma expressão nas aulas da disciplina.

No programa de 1914/15 dominam duas perspectivas na abordagem da Antiguidade: a persistência da vertente político-institucional com o estudo da política ateniense e do tribunado romano, mas é, também, relevante uma vertente mais social, com exposições sobre a função social do teatro grego ou a realidade do colonato romano. Convém recordar que o docente, Agostinho Fortes, estava ligado a uma historiografia positivista e próximo de autores como Teófilo Braga.

Ao contrário da cadeira de História Antiga, as cadeiras de História Medieval e de História Moderna e Contemporânea encontravam-se, para efeitos de exame, reunidas num único ponto, designado “Instituições medievais e modernas”, constituído por cinco pontos, também.

Três deles centravam-se em assuntos medievais – municipalismo, feudalismo, e a organização dos mesteres. Apesar de se tratar de uma cadeira de História Geral, e sendo leccionada grande parte do tempo por Oliveira Ramos, seguidor de Herculano, estes tópicos parecem indissociáveis da obra herculaniana. Assim como ocorrerá com a cadeira de História de Portugal I, também aqui os livros de Herculano terão desempenhado um papel importante na bibliografia aconselhada.

Do ponto conjunto de História Medieval e História Moderna e Contemporânea do Programa de 1914/15, duas alíneas versavam sobre temas relativos a esta última cadeira: o absolutismo e o constitucionalismo.

Cada tópico referenciado representaria cada uma das épocas – Moderna e Contemporânea. O Absolutismo incluiria o estudo do processo de reforço do poder real a partir do Renascimento, visto sob uma perspectiva negativa³⁰⁵. Aliás, a crítica feita à Renascença, vista como época de moralidade repreensível e ponto de viragem para a

³⁰⁵ “O Renascimento, que como epidemia avassaladora atacou todos os povos da Europa, teve, quanto a nós, acção tão nefasta sob o aspecto moral que os benefícios que produziu em outros rincões da vida social mal compensam, se é que de alguma forma compensam, o descalabro que trouxe aos costumes e às regras de conduta de vida” Agostinho Fortes, *Portugal, factor principal da civilização moderna*, Lisboa, 1933, p. 12.

decadência dos povos europeus durante os séculos seguintes, já era recorrente em Herculano³⁰⁶.

Numa obra de 1933³⁰⁷, Agostinho Fortes identifica Portugal como factor principal da civilização moderna, referindo a data de 1415 como o início da Idade Moderna³⁰⁸, apesar de toda a subjectividade que atribui à escolha de acontecimentos particulares como determinantes para o estabelecimento de divisões entre períodos históricos. Para ele a necessidade de escolha de tais limites foi “imposta pelo acervo de factos constituintes da vida histórica [levando os] historiadores à organização de épocas ou idades históricas, adoptando para o efeito critérios diferentes, mais ou menos plausíveis, mas todos eles susceptíveis de conduzir ao erro de se supor que, na vida colectiva da Humanidade, há meatos, há interrupções e quebras”³⁰⁹.

A sua caracterização do século XV europeu, período em que se inicia definitivamente o início dos tempos modernos, é pontuada por frequentes conflitos bélicos: a fase final da Guerra dos Cem Anos, as guerras civis inglesas (Guerra das Duas Rosas), as disputas no Império, as rivalidades entre os *condottieri* italianos, a queda de Bizâncio, o avanço dos Otomanos. Em oposição a esta realidade fragmentada e conflituosa, surgia Portugal “definitivamente constituído como unidade nacional, organismo político de aparelhos completamente formados”³¹⁰. A abordagem feita por Fortes não procura a simples factologia militar e a narração das batalhas³¹¹, mas incide sobre o entendimento do processo europeu na passagem da Idade Média para a Modernidade.

Também a cultura não seria deixada de fora nas aulas da cadeira de História Moderna e Contemporânea. Num raro acesso a documentação referente às aulas de trabalhos práticos de uma disciplina do grupo de História da Faculdade de Letras de

³⁰⁶ Alexandre Herculano, “Carta V – ciclos ou grandes divisões históricas – Idade Média ou Renascimento. Preferências pela Idade Média”, *Opúsculos*, IV, Porto, 1985.

³⁰⁷ Agostinho Fortes, *Portugal, factor principal da civilização moderna*, Lisboa, Tipografia Silva Lda., 1933.

³⁰⁸ *Idem*, p. 7.

³⁰⁹ *Idem*, pp. 5-6.

³¹⁰ *Idem*, p. 63.

³¹¹ “A guerra [...] tem, como todos os fenómenos colectivos, ainda os mais simples, causas diversas e complexas”, Agostinho Fortes, *A História das Nações Europeias nos últimos Cem Anos. Antecedentes da grande conflagração actual*, Lisboa, [s.d.], p. VIII.

Lisboa, podemos confirmar algumas das matérias expostas³¹²: Nicolau Maquiavel e *O Príncipe*³¹³, Erasmo e o *Elogio da Loucura*.

O processo político desenvolvido entre os séculos XVI, XVII e XVIII, marcado pelo recrudescimento do Absolutismo baseado no poder divino dos reis, seria travado pelo desenvolvimento do Iluminismo setecentista e pelo deflagrar da Revolução Francesa, vistos como um “estremeção que sacudiu a Europa”³¹⁴. Com o início do século XIX, inaugurava-se uma época marcada pela luta do Liberalismo, tema caro aos intentos pessoais do professor.

Sobre o processo que se desenrolara desde 1815, após a derrota do “megalómano Napoleão, curioso tipo de criminoso social”³¹⁵, Fortes vê-lo-ia como a “luta entre um passado retrógrado e aviltante da dignidade humana e um futuro cheio de esperanças e de liberdade [...] até que um dia [...] a liberdade exista sobre a terra sem sofisma nem hipocrisias, e os homens, de um extremo ao outro do orbe, pela primeira vez, se abracem como bons irmãos”³¹⁶.

Todavia, a extensão e complexa temática a que a cadeira se dedicava dificultaria, certamente, a exposição constante de temas históricos temporalmente mais próximos de Agostinho Fortes.

3.2.2 – As cadeiras de História de Portugal

Durante os vinte anos a que nos dedicamos neste estudo, o factor político ocupou um papel importante no próprio quadro de disciplinas, em particular nas cadeiras de História de Portugal.

A única cadeira dedicada aos estudos históricos portugueses, criada em 1911 e à parte das críticas de Fidelino de Figueiredo³¹⁷, poderia ser entendida como novo receptáculo da memória nacional e, principalmente, como sua cultivadora. Por outro

³¹² Arquivo da Faculdade de Letras de Lisboa, *Livro de Registo de Trabalhos Práticos de História Moderna e Contemporânea, 1930-31*.

³¹³ O estudo da obra do florentino tinha a dupla função de explicar a história da Itália quatrocentista e fundamentar a crítica ao estado da sua política contemporânea.

³¹⁴ Agostinho Fortes, *Alexandre Herculano, breve esboço da sua vida e obra*, Lisboa, 1910, p. 13.

³¹⁵ *Idem*, p. 11.

³¹⁶ Agostinho Fortes, *História das Nações Europeias nos últimos Cem Anos...*, Lisboa, [s.d.], p. XV.

³¹⁷ Cfr. capítulo II, pp. 41-42.

lado, o desenvolvimento da historiografia nas Faculdades de Letras poderia ir ao encontro da legitimação política da realidade saída do 5 de Outubro.

A defesa do novo regime teria de encontrar um espaço no programa da única cadeira de História de Portugal, continuadora directa da sua antecessora no Curso Superior de Letras. Além da exígua duração anual, a cadeira teria de suportar o óbvio desenvolvimento cronológico da história nacional a partir das origens de Portugal e o apreço pessoal que o docente, Oliveira Ramos, demonstrava pela época medieval. As aulas do admirador de Alexandre Herculano centravam-se na temática da Idade Média e muito particularmente na obra herculaniana.

Através do programa de 1914/15, os quatro pontos das provas orais de História de Portugal referiam-se à organização concelhia, às origens étnicas do país, à problemática da existência ou não de feudalismo em Portugal e às ideias gerais de Herculano sobre a História. Constatação óbvia: apesar da não adopção oficial de manuais, mas sim de sugestões de leitura por parte do professor, estas podiam resumir-se à *História de Portugal* e às *Cartas sobre a História de Portugal*, ambas de Herculano. E mesmo o tema sobre as origens étnicas de Portugal, onde poderia haver recurso a autores diversos como Oliveira Martins ou Teófilo Braga, certamente, basear-se-ia nas ideias do exilado de Vale de Lobos. O próprio Oliveira Ramos referiria que este “foi, não só e essencialmente um medievista, mas o renovador do estudo da Idade Média portuguesa [e] que quase todo o trabalho dos seus continuadores se inspirou fundamentalmente no seu método e nas suas ideias”³¹⁸. Não é, pois, difícil de concluir que durante o período que Oliveira Ramos leccionou a cadeira (1911-1930), o seu programa tenha incidido nos assuntos medievais portugueses.

Nas suas aulas, o professor também teria dedicado algum tempo às questões relacionadas com a origem e a formação de Portugal, não só por força da necessidade de uma exposição cronológica adequada, mas também como seguimento das teses e obras de Herculano sobre a História nacional. Muito provavelmente o docente não evitara o recurso a um debate sobre a polémica questão. Porém, e com base nos seus escritos, Oliveira Ramos não repetiria a lição herculaneana sobre as origens da Nação. Recorrendo às obras do mestre, mas também àquilo que a historiografia da época produzia (inclusivamente dos seus colegas da Faculdade de Letras), o professor teria

³¹⁸ Oliveira Ramos, *Idade Média. Aspectos Gerais: a Sociedade, História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, dir. Albino Forjaz de Sampaio, vol. 1, Paris-Lisboa, 1929, p. 41.

“actualizado” a posição defendida por Herculano³¹⁹. Até porque esta posição vinha sendo criticada desde a década de 1870³²⁰. Ao lado da tese revolucionária, Oliveira Ramos vai expor o assunto de uma forma mais complexa, defendendo que “a independência portuguesa tem causas muito profundas, umas de carácter étnico, outras de carácter geográfico e outras, finalmente, de natureza histórica”³²¹ baseando-se em trabalhos e investigações posteriores à obra de Herculano. O docente teria tido em atenção, num período mais avançado da sua leccionação, a recente opinião de Paulo Mêrea exposta numa monografia de 1925³²², que se opunha à tese revolucionária como motor da independência portuguesa. O professor da Faculdade de Direito de Lisboa afirma que esta não foi o “produto de uma atitude de rebelião, mas um acto juridicamente legítimo, cujo título era o dote de D. Teresa”³²³, sendo, por isso, difícil negar o carácter hereditário da concessão feita pelo monarca leonês a D. Henrique. Todavia, Oliveira Ramos, tendo em atenção o aspecto legal ligado ao dote da filha de Afonso VI, não deixa de sublinhar, que “terra hereditária, jurisdição hereditária, não excluía de modo algum a subordinação do conde ao rei de Leão” tornando a secessão portuguesa “um acto ilegal, uma longa insurreição, quase diríamos uma insurreição por evolução”³²⁴. Parece, pois, que o medievalista dos anos vinte não havia esquecido as lições positivistas sobre o carácter evolutivo da História, incrementando a complexidade das questões relacionadas com as origens de Portugal.

³¹⁹ “A confusão do aspecto civil com o aspecto político do problema, tão vulgar na época de Herculano, e já depois dele, entre os espíritos mais eminentes, explica as flutuações do nosso grande historiador, preocupado ainda com demonstrar que a independência portuguesa, ao contrário do que supusera o Cardeal Saraiva, assentava sobre uma afirmação iniludível da vontade nacional e não sobre a letra expressa de um determinado diploma jurídico”. Oliveira Ramos, “O Condado Portucalense”, *História de Portugal*, dir. Damião Peres, Barcelos, 1929, p. 486.

³²⁰ “Como se torna evidente, com o decénio de 1870, o tempo dos consensos em relação ao valor científico da obra de Alexandre Herculano parecia definitivamente encerrado. As suas posições em relação às origens étnicas e à separação política do Estado mostravam-se já insuficientes”, Sérgio Campos Matos, “História e Identidade Nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, *Lusotopie*, volume 9-2, 2002, p. 127.

³²¹ *Idem*, *ibidem*.

³²² Paulo Mêrea, “Sobre a concessão da terra portucalense a D. Henrique perante a história jurídica”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo II, Madrid, 1925, pp. 169-178.

³²³ *Idem*, p. 171.

³²⁴ Oliveira Ramos, “O Condado Portucalense”, *op cit.* p. 487

Assim, Oliveira Ramos concilia a propensão autonomista da população que habitava o território português (mantendo a influência de Herculano) com o papel exercido pela ambição do conde D. Henrique³²⁵.

Mas o problema da origem de Portugal não se ficava pela dicotomia entre tese insurreccional ou tese política, havia também o velho debate sobre a continuidade entre lusitanos e portugueses. Apesar de não dispormos de documentos escritos por Oliveira Ramos sobre o assunto que pudessem supor a exposição do tema nas suas aulas de História de Portugal, não devemos concluir que o mesmo tivesse sido superficialmente apresentado nos Cursos de Ciências Históricas. Basta lembrar a presença de Leite de Vasconcelos no corpo docente da Faculdade de Letras de Lisboa, com a sua vasta obra e a sua regência na cadeira de Arqueologia. Aqui, o importante etnógrafo teria exposto as suas teses, cuja ideia fundamental era, nas palavras de Manuel Heleno, “dar forma científica à teoria da filiação portuguesa na antiga Lusitânia, criada por André de Resende e contra a qual se erguera a autoridade de Herculano”³²⁶. Para Leite de Vasconcelos “a contestação de Herculano [relativa à ligação entre lusitanos e portugueses] não era de aceitar, porque, ao contrário do que ele afirmara – e as últimas reservas de Paulo Mêrea não alteram fundamentalmente o problema – existia coincidência geográfica entre a Lusitânia³²⁷ e o núcleo de que nasceu Portugal”³²⁸. Contudo, Leite de Vasconcelos referia que a opinião de Herculano³²⁹ estava relacionada com o deficiente desenvolvimento, na sua época, de ciências como a Etnologia, a Antropologia ou a Arqueologia.

³²⁵ “Causas muito remotas que desde muito tempo predispunham a população da faixa ocidental da Península, isto é, essa população que havia de constituir o Portugal futuro [...]; com a chegada do borgonhês, as causas pré-existentes subsistiam, mas acrescentavam-se-lhes factores políticos que dos fins do século XI para começos do século XII, deram ao conde francês ensejo para revelar capacidades insignes de organizador, servindo ao mesmo tempo as suas ambições pessoais e os interesses do agrupamento político cujas bases lançou”, *Idem*, p. 488.

³²⁶ Manuel Heleno, “Algumas Palavras sobre Leite de Vasconcelos”, *José Leite de Vasconcelos. Livro do Centenário (1858-1958)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1960, p. 49.

³²⁷ “A Lusitânia romana continha toda a região portuguesa entre Douro e Guadiana”, José Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. I, Lisboa, 1988, p. XXIII. Apenas ficavam de fora da Lusitânia romana os territórios de além Guadiana.

³²⁸ Manuel Heleno, *op. cit.*, p. 49.

³²⁹ “É pois evidente que o Portugal moderno está muito longe de representar geograficamente a Lusitânia antiga”, Alexandre Herculano, *História de Portugal*, tomo 1, Lisboa, 1980, p. 46.

O seu sucessor na cadeira de Arqueologia e na direcção do Museu Etnográfico, Manuel Heleno, na sua primeira lição da cadeira atrás referida não deixara de frisar, sobre os vestígios arqueológicos, que “os temos na nossa civilização e até na estrutura do nosso povo, aparentado muito de perto ao contrário do que pensava Herculano, com primitivos habitantes do nosso torrão natal”³³⁰. Deste modo, cremos que nas aulas de Arqueologia, as matérias relativas ao Portugal pré-histórico e anterior à Nacionalidade não teriam sido descuradas, colmatando uma possível falha existente na leccionação da cadeira de História portuguesa.

A tese de Alexandre Herculano sobre a origem e formação de Portugal e a sua ascendência lusitana tenderia a ver-se afastada na Faculdade de Letras de Lisboa nestas duas primeiras décadas, com o ensino de Leite de Vasconcelos na cadeira de Arqueologia, de Teófilo Braga na cadeira de História da Literatura Portuguesa e as suas determinantes étnicas, e de Adolfo Coelho presente em diferentes cadeiras de Filologia Românica. Aliás, este fora um dos primeiros autores a criticar a posição de Herculano sobre o assunto, acusando-o, precisamente, de não ter em atenção o ponto de vista linguístico³³¹. Todos estes autores apontavam a Herculano a excessiva preocupação com os aspectos políticos e a despreocupação com os aspectos etnográficos, linguísticos, arqueológicos. E até mesmo, Oliveira Ramos sublinha a importância de vários aspectos, como os geográficos (o determinismo defendido por Réclus e continuado por Silva Teles³³²), étnicos ou históricos, com relevo para o pensamento de Mêrea.

A lacuna temporal derivada da existência de uma única cadeira de História de Portugal foi, parcialmente, ultrapassada em 1916/17 e em 1918, com a inclusão de uma segunda parte da cadeira de História de Portugal e a criação de uma cadeira de História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa. A primeira foi entregue à regência de Queirós Veloso e a segunda a Oliveira Ramos.

Sem programas ou sumários não é fácil afirmar a cronologia abordada nas sessões da cadeira de História de Portugal II, mas tratando-se do seguimento da primeira parte da cadeira, certamente destinada ao estudo medieval pelos motivos expostos anteriormente, e tendo em consideração a área de investigação do docente, acreditamos que a temática abordada se terá situado entre os séculos XV e XVI, com especial

³³⁰ Manuel Heleno, *Lição inaugural da cadeira de Arqueologia (ano lectivo 1926-27)*, Lisboa, 1930, p. 4.

³³¹ Cfr. Sérgio Campos Matos, “História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, in *Lusotopie*, volume 9-2, 2002, p. 126.

³³² *Idem*, p. 132.

incidência para a segunda metade de Quinhentos. O próprio professor, em 1930, afirmava que “a História de Portugal está em grande parte por fazer. Mas o período que mais se desconhece, é o que vai de 1557 a 1640, e abrange, os reinados de D. Sebastião e D. Henrique, o interregno dos cinco governadores do reino e a dominação filipina”³³³.

Durante os anos em que leccionou na Faculdade de Letras de Lisboa, Queirós Veloso iniciou uma investigação minuciosa sobre o período, sobretudo numa perspectiva política e diplomática. Procurou, por exemplo, reabilitar a imagem negativa que a historiografia liberal imprimira na figura do cardeal D. Henrique³³⁴. Tecendo um elogio ao seu papel de regente durante a menoridade do sobrinho³³⁵ e também do seu reinado, assumindo que “a ideia fixa de D. Henrique foi sempre a independência de Portugal”³³⁶. Sobre os últimos meses do seu reinado, verdadeira marcha para o cumprimento dos intentos do rei católico, o professor afirma que “só o temor de que Portugal fosse absorvido pela Espanha, temor propositadamente exacerbado por quantos o rodeavam, é que impeliu D. Henrique a entrar em negociações com Filipe II, em Setembro de 1579; e até à sua morte, em fins de Janeiro do ano seguinte, isto é, durante quase cinco meses, ele luta constantemente pela autonomia de Portugal, que ficaria ligado à Espanha só pelo laço do soberano comum, um único rei para as duas monarquias da Península”³³⁷. Porém não evita, contudo, uma crítica mais velada à acção da Inquisição³³⁸ e uma referência à “usurpação” filipina, ao afirmar que “a Sr.^a D. Catarina [duquesa de Bragança] devia ser a natural herdeira da coroa, se o não impedissem a ambição de Filipe II e a vilania de tantos portugueses vendidos”³³⁹. Para

³³³ Queirós Veloso, “O Cardeal-rei D. Henrique”, *Biblos*, Coimbra, 1930, p. 514.

³³⁴ “A morte deste príncipe [D. Henrique], a cuja completa degeneração moral só pode servir de desculpa a ter sido apenas um agonizante coroado”, Alexandre Herculano, “Pouca luz em muitas trevas”, *Opúsculos*, IV, Porto, 1985, p. 383.

³³⁵ “Não foi brilhante, mas honesta, [...], terminou sem atritos”, Queirós Veloso, *op. cit.*, Barcelos, 1933, p. 48.

³³⁶ Queirós Veloso, “O Cardeal-rei D. Henrique”, *Biblos*, Coimbra, 1930, p. 526.

³³⁷ *Idem*, p. 527.

³³⁸ Refere que “em princípios de 1560, [a rainha D. Catarina] impetrou do Papa Pio IV a criação de um tribunal na cidade de Goa, providência que não era certamente, a mais útil para a expansão de um país colonial” e que depois de instituído “a acção deste tribunal conquistou para a Inquisição de Goa uma triste celebridade”, Queirós Veloso, *op. cit.*, Barcelos, 1933, p. 29.

³³⁹ *Idem*, p. 42.

ele, a União Ibérica resultara de um conjunto de acontecimentos que sintetiza deste modo:

“Na verdade, se não fosse a corrupção, habilmente espalhada, em longos meses, pelos agentes espanhóis, se os cinco governadores tivessem a isenção, o patriotismo, a energia que as suas altas funções de guardas da independência nacional imperiosamente lhes impunham; se o duque de Bragança e o Prior do Crato se unissem, em vez de se hostilizarem em mesquinhas rivalidades: Portugal resistiria, pois as forças de Filipe II eram mais aparentes que reais, e a nossa união teria animado o auxílio dos soberanos estrangeiros, que viam, com apreensões, o engrandecimento do rei católico”³⁴⁰.

A cadeira de História dos Descobrimentos surgia no momento de reforço da ideia nacionalista, com a ascensão de Sidónio Pais ao poder, promovendo o estudo da história da Epopeia lusa, a época de ouro da História de Portugal.

Como regente da nova cadeira, Oliveira Ramos, apesar de dedicado medievalista, não deixou, com certeza, de ver na epopeia portuguesa um importante feito mundial. E com a presença dos ensinamentos de Alexandre Herculano, o professor recuaria à Idade Média para situar os antecedentes da expansão nacional³⁴¹.

Porém, Oliveira Ramos era menos crítico que o seu inspirador³⁴², procurando, de facto, valorizar a imensa campanha ultramarina desenvolvida pelo país nos séculos XV e XVI. Além de ver, a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, como “uma das maiores empresas marítimas da época moderna, talvez a maior se considerarmos sob certos aspectos”³⁴³, esta teria permitido “o alargamento excepcional dos horizontes da intelectualidade portuguesa”³⁴⁴. Em suma, para Oliveira Ramos, a “viagem de Gama, unindo numa larga relação os três grandes componentes do antigo continente, teve para a história da civilização e das relações

³⁴⁰ *Idem*, p. 208.

³⁴¹ “[Nos reinados de D. Dinis e D. Fernando] as duas vocações nacionais, a rural e a marítima, desenhavam-se já, mas ainda irmanadas, no pensamento daqueles dois monarcas. Pena foi que a segunda acabasse por prevalecer como uma fascinação e não prosseguissem as duas órbitas paralelamente”, Oliveira Ramos, *Idade Média. Aspectos Gerais: a Sociedade*, *op. cit.*, p. 53.

³⁴² “Quando se compara a época de 1580 com a de 1385 é que se conhece quão largos passos tinha dado Portugal no caminho da corrupção durante o brilhante e glorioso século dos descobrimentos e conquistas”, Alexandre Herculano, “Pouca luz em muitas trevas”, *op. cit.*, p. 385.

³⁴³ Oliveira Ramos, “Descobrimento do caminho marítimo para a Índia”, *História de Portugal*, vol. III, dir. Damião Peres, Barcelos, 1931, p. 574.

³⁴⁴ *Idem*, p. 589.

entre os homens, consequências não igualadas por qualquer outro acontecimento congénere”³⁴⁵.

Relativamente às polémicas existentes no estudo dos Descobrimentos, não sabemos até que ponto o professor se terá envolvido, por exemplo, no debate sobre as motivações da conquista de Ceuta, ponto de partida da Expansão portuguesa. Tendo presente a vocação guerreira incrementada durante os anos da Reconquista, poderia ter visto o acontecimento como o prolongamento do processo iniciado nas Astúrias, no século VIII.

Para o próprio, o assunto referente aos Descobrimentos não se encontrava de modo algum esgotado. No final da década de 1920 (ou seja, dez anos após iniciar a leccionação da referida cadeira), Oliveira Ramos afirmava que “é da própria natureza dos factos que se memoram nesta actividade humana uma renovação indefinida, um espírito de controvérsia que facilmente se reacende, uma preocupação de teses que, longe de amortecer, se exacerba a cada passo”³⁴⁶. Por conseguinte, podemos supor que o professor estaria sempre atento aos debates desenvolvidos em redor do tema, procurando expô-los nas suas aulas.

Durante o período que medeia 1911 e 1930, apenas três cadeiras incidiram especificamente no estudo da História de Portugal, tendo, muito provavelmente, provocado um bloqueio no desenvolvimento de uma nova perspectiva historiográfica.

Contudo, na análise ao Programa de 1914/15 verificámos a existência de um tópico referente à “Crítica histórica e sua aplicação a um período da história” que poderia estar associado a uma cadeira de Teoria da História ou Introdução à História. Mas uma disciplina que se aproximasse dessas características só passou a existir com a Reforma de 1918 – Propedêutica Histórica. Assim sendo, parece-nos que a leccionação desse tema decorreria durante as aulas de História de Portugal I, até porque os cinco pontos que constituem o tópico para a prova escrita se referiam à realidade historiográfica portuguesa, tendo em atenção as teses de Herculano.

Assim como História de Portugal I foi leccionada por Oliveira Ramos, também a cadeira de Propedêutica Histórica teve o mesmo docente (a partir de 1919/20), e a presença das ideias herculaneas terá sido marcante em ambas as aulas de cada uma das cadeiras. Dois pontos, no Programa de 1914/15, referenciavam, especificamente, o

³⁴⁵ *Idem*, pp. 583-84.

³⁴⁶ *Idem*, p. 575.

trabalho pessoal de Herculano (Proveniência e publicação de documentos – *Portugaliae Monumenta Historica*; Os historiadores polemistas – *História da origem e do estabelecimento da Inquisição em Portugal* por Alexandre Herculano), mas os restantes não ficariam isentos da “intervenção” do historiador liberal. Sobre o primeiro ponto, “O coeficiente pessoal no trabalho dos historiadores – *Crónica de D. João II* por Garcia de Resende”, Oliveira Ramos reteria as palavras do mestre, interpretando-a como “mesquinha colecção de historietas”³⁴⁷, onde pouco se falava da história da Nação³⁴⁸.

Deste modo, com esta cadeira, os temas históricos nacionais poderiam ter encontrado mais espaço no ensino da Faculdade de Letras de Lisboa. No entanto, acreditamos, que na cadeira de Propedêutica Histórica, Oliveira Ramos terá exposto também assuntos mais gerais sobre questões de historiografia, não se resumindo a temas meramente nacionais ou herculanianos³⁴⁹.

Não obstante, o facto de à História de Portugal serem dedicadas especificamente três cadeiras, as diferentes reformas e os planos de estudo daí derivados, representavam um enorme avanço face à realidade anterior, não só no Curso Superior de Letras, mas em todo o ensino superior nacional. Importa frisar que no Curso Superior de Letras apenas existia uma cadeira de História portuguesa e que na Faculdade de Letras, durante o período em estudo, surgiram três. Mas esta nova realidade não constituiu, em grande parte, um incremento dos estudos históricos nacionais. Uma prova disso vê-se na principal historiografia portuguesa que se encontrava fora dos círculos do ensino superior. Esta época, porém, marca o ponto de viragem, que viria a desenvolver-se nos anos de 1940 e 1950, na historiografia universitária portuguesa e na História de Portugal para lá das repetições generalistas a que esteve sujeita durante muito tempo e tantas vezes criticadas.

³⁴⁷ Alexandre Herculano, “Garcia de Resende”, *Historiadores Portugueses*, *op. cit.*, 1985, p. 183.

³⁴⁸ “Raro se encontra a história da Nação; em Garcia de Resende talvez nunca [...]”, *idem*, p. 184.

³⁴⁹ “Oliveira Ramos conheceu magnificamente não só o que a historiografia nacional produzira e ia produzindo, mas também o melhor e mais aproveitável que no estrangeiro se publicava acerca dos complexos problemas da história”, Agostinho Fortes, “Doutor Manuel de Oliveira Ramos”, *Revista da Faculdade de Letras*, 1ª série, tomo 5, nº 1-2. Lisboa, 1938, p. 4.

Conclusão

A escolha inicial do tema para esta dissertação de mestrado prendeu-se com o desejo de colmatar a falha existente na história da educação portuguesa no que se refere à Faculdade de Letras de Lisboa. Porém, o monumento gigantesco, já pensado por Vitorino Nemésio e Oliveira Marques, no final dos anos cinquenta, corria o risco de esmagar a nossa própria vontade e o espaço atribuído a um trabalho deste cariz. Evitando que a opção por um tema tão abrangente incorresse num resultado pouco mais que estatístico fomos obrigados a reduzir o âmbito da tese, incidindo num domínio específico da Faculdade e num período histórico preciso. Contudo, o intento de dar à instituição um trabalho que reflecta o seu contributo científico e social na vida cultural portuguesa mantém-se presente. Assim, este torna-se o principal estímulo promovido por este estudo: dar à Faculdade de Letras de Lisboa a sua História.

Não pretendemos que este trabalho encerre um círculo, mas, pelo contrário, que possa incrementar nos espíritos de todos a intenção de construir um legado sobre a Faculdade de Letras de Lisboa, nestes quase cem anos de existência. Além das componentes que esta obra não aborda fora do âmbito da História – departamentos, institutos, revistas, docentes, alunos – também a sua temática não se encontra esgotada. Ao limitar-nos ao período inicial da escola até 1930, excluímos o dinamismo científico das décadas seguintes, que lhe dariam nomes como Vitorino Magalhães Godinho, Virgínia Rau, Borges de Macedo, Joel Serrão, entre outros e apenas no campo da historiografia. Esta é, pois, a sua principal limitação, mas também, a principal questão deixada em aberto: a História da Faculdade de Letras de Lisboa encontra-se por fazer.

Assim, a contribuição deste estudo incide sobre a História *na* Faculdade de Letras de Lisboa através de duas perspectivas: o seu ensino e o desenvolvimento do pensamento historiográfico. Como havíamos referido anteriormente, a bibliografia sobre o ensino e a divulgação histórica na escola é diminuta e encontra-se dispersa em vários estudos, que nem sempre permitem um entendimento estrutural do desempenho científico da instituição. Através da questão basilar dos planos de estudo de quatro reformas curriculares (1911, 1918, 1926 e 1930), procurámos compreender o papel que a História exerceu no curso de Ciências Históricas, mas também nos restantes cursos, durante o período estudado.

O plano de estudos de 1911, retomando em parte, a estrutura curricular do Curso Superior de Letras, implementava um grupo de disciplinas entendidas como ciências auxiliares da História, que demonstravam a tendência para uma perspectiva historiográfica onde a fonte documental tinha lugar de destaque. Por outro lado, e sublinhando esse tipo de discurso histórico, o legislador subordinava a Geografia à História, para oposição de figuras da geografia nacional, como Silva Teles. As críticas às novas faculdades de Letras não se fizeram esperar. Fidelino de Figueiredo, referindo o lugar reduzido atribuído ao ensino da História de Portugal, criticava o excesso que a criação das duas faculdades dedicadas às Humanidades, originava no país.

As reformas seguintes, tendo como base o plano de 1911, vão adaptar o ensino da História à realidade em que as alterações são aprovadas. Durante o governo sidonista efectiva-se uma segunda cadeira de História de Portugal (que fora criada em 1916, pouco depois da cadeira de Estudos Brasileiros, que só em 1923 iniciaria as suas aulas) e inicia-se a leccionação da cadeira de História dos Descobrimentos, em plena crise da Grande Guerra. Em 1926, após o pronunciamento militar de 28 de Maio, a grande inovação legislativa vai traduzir-se na criação de um novo curso de Ciências Históricas, desta feita, associado à Filosofia, numa tentativa, talvez de dotar o ensino de um feição mais propagandística. Por fim, a emergência do Estado Novo põe fim ao curso de Ciências Históricas e Geográficas e origina um reajuste de cadeiras que promovessem um ensino mais controlado. São, assim, extintas as cadeiras de História das Religiões e de História de Portugal II.

De uma matriz enciclopédica presente no plano fundador, as sucessivas reformas vão, em tentativas nem sempre concretizáveis, imprimir no ensino da História uma vocação mais centrada no seu tema específico. Mas que terão o efeito de prender esse ensino a uma narrativa histórica pouco susceptível a ligações científicas com outras

áreas, fora do seu relacionamento habitual (geografia e filosofia), arrastando-se até muito tarde, um conceito de História (politicizada e factual) já criticado nos anos vinte.

Por outro lado, os planos de estudo aprovados pelos sucessivos governos portugueses vão atribuir ao Grupo de História um lugar dominante dentro das restantes ciências que compõem a Faculdade de Letras. Numa rápida observação dos quadros de disciplinas, cuja exposição entendemos ser mais perceptível para este entendimento, concluímos que a História, além de ser maioritária dentro dos cursos a que esteve agregada (primeiro Geografia e depois Filosofia), teve, inegavelmente, um lugar preponderante nas restantes secções. Mesmo numa secção como Filologia Germânica, onde nunca constitui o conjunto de cadeiras maioritário, a presença do ensino do 4º Grupo não deixa de ser expressiva. Esta realidade só viria a ser relativamente alterada com a Reforma de 1930, já numa época que extravasa o lapso temporal estudado.

A sua preponderância poderia ser ainda visível noutros sectores da estrutura educativo-institucional, como as posições ocupadas pelos docentes do Grupo de História nos órgãos dirigentes da Faculdade: entre 1911 e 1929, Queirós Veloso foi seu director, enquanto que Agostinho Fortes ocupou, no mesmo período, o lugar de secretário. Por outro lado, foi a primeira secção a ver todos os seus lugares de docência ocupados, após a contratação dos primeiros assistentes: F. Reis Santos e F. Vieira de Almeida (para História) e L. Schwalbach Lucci (para Geografia), em 1916. No número de alunos, a secção de História apenas era ultrapassada pelo curso de Filologia Românica, que constituía com a primeira as duas principais componentes estruturais da instituição universitária.

A principal falha apontada ao percurso da Faculdade de Letras de Lisboa prende-se com os objectivos que adoptou na formação dos seus alunos. Apesar da legislação de 1911 ter criado duas Escolas Normais Superiores, com a intenção fundamental de habilitar os novos professores do ensino secundário português, a realidade é que as novas faculdades de Letras não conseguiram superar esta estreita visão e promover uma função ligada ao cariz de uma escola superior de humanidades. Por conseguinte, entre 1911 e 1930, o país dotado de duas faculdades de Letras, uma sucessora da Faculdade de Teologia e outra do Curso Superior de Letras, não teve capacidade para assimilar ambas as escolas e promover um trabalho académico de relevo. E, no caso particular de Lisboa, não podemos afirmar que essa diminuta produção científica estivesse relacionada com interferências externas.

A Faculdade de Letras de Lisboa não sofreu represálias do poder político, verificando-se, até, a presença de alguns dos seus docentes nos quadros do regime, primeiro na República e depois na Ditadura Militar e no Estado Novo, em especial na direcção da pasta da Educação (Cordeiro Ramos e Silva Teles). Mesmo no caso, da extinção da cadeira de História das Religiões, que poderia esconder uma oposição governamental a Agostinho Fortes e ao seu republicanismo, o certo é que o professor se manteve em funções, chegando a ocupar a direcção interina da Faculdade, no início dos anos trinta (em particular por ser o seu professor mais antigo).

Porém, importa sublinhar que os docentes do 4º Grupo da Faculdade de Letras de Lisboa, através de obras colectivas e individuais, deixaram o seu contributo na historiografia portuguesa da primeira metade do século XX. Este estudo, que agora apresentamos, teve a preocupação de recuperar esse mesmo contributo e possibilitar um conhecimento mais concreto das suas realizações e das perspectivas historiográficas que os influenciaram.

Podemos dizer, dentro de um âmbito mais alargado, que a História ensinada e divulgada na Faculdade de Letras de Lisboa, entre 1911 e 1930, se inclui no contexto da historiografia liberal e laica vinda do século XIX, em oposição a uma historiografia de tendência mais conservadora e católica (como a de Fortunato de Almeida³⁵⁰) ou de feição mais nacionalista (como a dos integralistas ou a desenvolvida no Estado Novo). Ao falarmos de historiografia liberal temos sempre presente a figura de Alexandre Herculano, a importância atribuída às fontes documentais e uma certa visão crítica do processo histórico em determinados períodos. No caso que nos propusemos estudar, o dos três principais professores de História da Faculdade de Letras de Lisboa – José Maria Queirós Veloso, Manuel de Oliveira Ramos e Agostinho José Fortes – podemos, ver, pelo menos um dos pontos acima referidos exposto na sua obra, o que representa a principal ligação entre o pensamento de cada um dos autores. Além disso, mantêm uma visão laica da História, não procurando razões teológicas para explicar os acontecimentos históricos; por outro lado, recuperam a crítica ao papel da Igreja: Queirós Veloso, menos crítico, não deixa de apontar o dedo à acção negativa da Inquisição em Portugal e no Império, enquanto que, Agostinho Fortes, desenvolve um

³⁵⁰ “Outra limitação, geralmente, apontada à obra de Fortunato de Almeida, refere-se à ideologia por vezes subjacente, marcada por um certo catolicismo conservador e por determinado nacionalismo, um tanto exacerbado”, J. Amado Mendes, “Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa”, *op. cit.*, 1998, p. 191.

ataque acérrimo à presença do catolicismo tridentino no país, em especial a partir da crise do século XVI.

No entanto, o facto de nos trabalhos que nos deixaram ser possível diferenciar outras características historiográficas, e mesmo incluindo-os numa historiografia liberal, entendemos ser mais correcto referir que cada um dos professores sofreu influências que não se resumem apenas a essa narrativa histórica.

De modo a compreender a perspectiva historiográfica presente nos estudos dos professores de História, observámos duas tendências que assumiam um papel preponderante: a historiografia positivista e a historiografia positiva ou erudita. Antes de mais, seria necessário determinar estes conceitos para uma caracterização mais definida de cada uma das narrativas, pois durante grande parte do século XX, a crítica histórica não diferenciou ambas as perspectivas, vendo-as como uma e a mesma coisa. Nas últimas décadas vários estudos (mais raros em Portugal) estabeleceram a distinção no seio daquilo que comumente se designava de historiografia positivista e historicista (no conceito de Karl Popper), relacionada com a filosofia comtiana. Era criticada pelo desejo de aplicar os métodos das ciências naturais ao estudo das ciências sociais, em particular na elaboração de leis, que pudessem auxiliar na compreensão dos seus fenómenos. Por outro lado, a crítica também incidia sobre o uso excessivo e dominante do documento e a tendência quase absoluta para o factor político. Contudo, na sequência dos trabalhos de George Lefebvre e, mais recentemente, de Guy Bourdieu e Hervé Martin, estabeleceu-se a dissemelhança entre aquela historiografia próxima do Positivismo e do método das ciências naturais, e uma historiografia marcadamente erudita com a valorização do estudo com base nas fontes documentais e com preponderância para a elaboração de uma história politizada, mantendo a lição da historiografia erudita alemã (Niebuhr, Ranke) e aplicando os métodos de investigação documental da escola metódica francesa (Seignobos e Langlois).

Mais que historiografia liberal, os três docentes associam-se a cada uma destas perspectivas, podendo afirmar-se que a historiografia erudita se apresenta dominante, por estar presente na obra de dois desses professores: Queirós Veloso e Oliveira Ramos.

Se inicialmente, Oliveira Ramos apresenta uma influência do pensamento positivista, a sua aproximação aos ensinamentos de Herculano, levam-no a valorizar o documento e a importância do seu estudo, como base do processo de trabalho. Esta característica é, porém, marcadamente dominante em Queirós Veloso. A sua descoberta do Arquivo espanhol de Simancas traz para a história portuguesa dos séculos XVI e

XVII um fundo monumental de documentação inédita, que vai permitir ao autor a construção do encadeamento político-diplomático ibérico do período antecessor da união das coroas peninsulares, sob Filipe II, em 1580.

Na procura dessa erudição historiográfica, ambos os professores vão abster-se de uma crítica negativa da História, tentando afastar-se de uma elaboração mais opinativa e ideologicamente mais interventiva. Oliveira Ramos, mesmo embrenhado em algumas questões polémicas (origem de Portugal e a suposta ascendência lusitana), preocupa-se mais com a actualização das posições de Herculano à luz das mais recentes investigações feitas pelos seus colegas de docência (Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Paulo Merêa), do que atacar a obra do seu mestre medievalista. Em Queirós Veloso, essa tentativa de isenção científica leva-o a reabilitar a figura do cardeal D. Henrique (sempre atacada pela historiografia liberal e republicana) e à quase total recusa do uso da expressão de decadência, para explicar a realidade portuguesa pós-Quinhentos, que autores ideologicamente mais interventivos associavam ao governo do último monarca da dinastia de Avis.

Nos dois docentes, esse valor dado ao documento e o afastamento ideológico em nome da “verdade histórica”, levam-nos a desenvolver uma narrativa vocacionada para temas temporalmente mais recuados, característica também de uma historiografia erudita, em oposição a temas mais contemporâneos. Dos trabalhos que realizaram, o lapso temporal estudado não ultrapassa a dominação filipina (Queirós Veloso) ou o período da Expansão após 1520 (Oliveira Ramos).

Numa posição diversa, viríamos a encontrar Agostinho Fortes, que podemos definir como sendo, dentro da Faculdade de Letras de Lisboa, o representante mais expressivo da historiografia positivista portuguesa, desenvolvida no último quartel de Oitocentos com Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso e associada à ideologia republicana. Apesar do seu apreço pela História antiga, particularmente da Antiguidade Clássica, Fortes iria dedicar-se a temas mais recentes, com uma preocupação de justificação da nova realidade política saída do 5 de Outubro, a República. Defende o processo evolutivo da Humanidade, que caminha para a concretização de uma sociedade mais justa, representada no estabelecimento da democracia republicana. Por conseguinte, apresenta uma narrativa mais interventiva e, especialmente, negativa da História de Portugal. Em contraste com Queirós Veloso, vai reafirmar a tese de Herculano e da historiografia republicana referente à questão da decadência nacional desencadeada no século XVI pelos excessos da Expansão, o domínio das mentalidades

pelo catolicismo, o afastamento das camadas populares dos círculos de governação e pela crise política iniciada com a morte de D. Sebastião. A decadência social, moral e política descrita por Fortes, que nas obras de Queirós Veloso apenas surge com o declínio do prestígio internacional da monarquia espanhola após a morte de Filipe II, manter-se-ia até ao século XIX. Mesmo tratando-se, claramente, da influência das teses herculaneas e dos historiadores de feição republicana, a visão crítica de Agostinho Fortes parece aproximar-se expressivamente da narrativa pessimista de Oliveira Martins.

Todavia, não podemos deixar de sublinhar, que a obra desenvolvida pelos três professores encontra-se associada à expressão de Vitorino Magalhães Godinho, ao referir que “a história não deve à Universidade o que seria de esperar”³⁵¹. A realidade da produção historiográfica portuguesa de meados do século XIX até cerca da década de 1940 encontrava a sua expressão mais dinâmica fora dos círculos universitários. Aos nomes dos professores do ensino superior, como Rebelo da Silva, Consiglieri Pedroso, Queirós Veloso, Oliveira Ramos e Agostinho Fortes, teríamos de contrapor os de Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Gama Barros, Lúcio de Azevedo, Jaime Cortesão, que deixaram os seus nomes gravados no profícuo desenvolvimento no estudo da História em Portugal.

Essa função, no seio da Universidade, só chegaria nas décadas de 1940 e 1950, mas há que referir que o seu primeiro grande esforço científico ocorreria no final dos anos 20. Trata-se da primeira obra histórica de elaboração colectiva realizada em Portugal e dentro de uma preocupação científica sem precedentes, a *História de Portugal*, comumente chamada de Barcelos, dirigida por Damião Peres e desenvolvida no Instituto de Estudos Históricos da malograda primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O projecto, que demonstra a dinâmica do Instituto que a legislação universitária de 1911 previa para todas as Faculdades de Letras, mas que infelizmente em Lisboa nunca se efectivou, procuraria reunir um conjunto de estudiosos da história nacional em especial, nos meios universitários, como Lisboa ou Coimbra, para delegar ao país um monumento de elevado valor científico. A *História de Portugal* de Barcelos contaria com a participação de dois dos professores de História da Faculdade de Letras de Lisboa: Oliveira Ramos e Queirós Veloso. No caso do primeiro, a sua contribuição na obra constitui o principal legado historiográfico que nos deixou.

³⁵¹ Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios*, III, p. 12, nota 4.

Em relação a Queirós Veloso e o capítulo sobre o Portugal quinhentista, este representou, durante muito tempo, o principal estudo de reconhecido mérito académico relativo ao período que medeia entre 1557 e 1630, extirpado de perspectivas tendenciosas.

Ainda no âmbito das grandes obras colectivas que o final da década de 1920 e a década de 1930 iniciaram, mas no contexto de uma construção histórica de função mais ideológica, convém frisar a *História do Regime Republicano em Portugal*, dirigida por Luís de Montalvor. Aqui, talvez livre de uma erudição científica desenvolvida na *História* de Barcelos, seria convidado Agostinho Fortes para descrever o período entre 1500 e 1820, onde o autor sintetizaria a sua visão da história portuguesa a partir da decadência social e moral iniciada no reinado de D. Manuel I até à alvorada da liberdade com o movimento liberal do Porto.

Todavia, a sua contribuição para a historiografia portuguesa do período foi vista como pouco relevante dentro do contexto científico da época, em relação a outros autores. Esta visão, talvez se devesse ao seu pessoal entendimento sobre as funções que exerciam. Queirós Veloso, Oliveira Ramos e Agostinho Fortes foram, antes de mais, professores, docentes de uma instituição cujo principal objectivo era a formação do professorado liceal. As exigências académicas talvez não tenham possibilitado outras incursões no mundo da historiografia. Bastaria pensar que Queirós Veloso ocupou a direcção da Faculdade de Letras de Lisboa, a vice-reitoria, o lugar de representante das Universidades no Senado da República, além das obrigações de professor; ou que Agostinho Fortes viria a assegurar a regência de mais de duas dezenas de cadeiras. Quanto a Oliveira Ramos a sua morte em 1931 terá, talvez, impedido a concretização de um trabalho histórico mais desenvolvido.

Contudo, o seu trabalho constitui o primeiro contributo da secção de História da Faculdade de Letras de Lisboa para a historiografia portuguesa, representando as tendências que advinham do século anterior. A própria visão dos docentes livres de extremismos ideológicos (até no caso de Agostinho Fortes, que foi em particular um divulgador de ideias previamente elaboradas) terá permitido o caminho para uma historiografia isenta de apologias de regime e dentro de uma construção quase desapaixonada de dominante cariz erudito, que possibilitou a formação das gerações seguintes de historiadores da Faculdade de Letras de Lisboa, até aos dias de hoje.

O estudo aprofundado da vida e obra destes homens constituirá um contributo adicional para a História da Faculdade de Letras de Lisboa e da historiografia

portuguesa. Podemos alargar esse trabalho a outros docentes que compuseram o corpo da escola; casos como o do historiador brasileiro Oliveira Lima (que em 1923 veio salvar a cadeira de Estudos Brasileiros de uma existência nula de mais de seis anos) ou de João Barreira, regente da cadeira de Estética e História de Arte e um dos nomes da historiografia da Arte em Portugal no século XX.

Não queremos que a nossa intenção, ao elaborar este trabalho, fique suspensa, como ocorreu em outras épocas e outros cenários. O estudo da História da Faculdade de Letras de Lisboa, certamente, ajudará no actual debate sobre a sua função e o seu lugar no seio da comunidade científica portuguesa do século XXI.

Apêndices

Quadro das regências das cadeiras na secção de Ciências Históricas – 1911-1930³⁵²

Cadeiras do Grupo de História

- *Cadeiras de carácter geral*

- **História Geral da Civilização**
J. M. Queirós Veloso 1911/12 a 1929/30
- **História Antiga**
Agostinho Fortes 1911/12 a 1929/30
- **História Medieval**
Agostinho Fortes 1911/12 a 1914/15
Manuel Oliveira Ramos 1915/16 a 1930/31
- **História Moderna e Contemporânea**
Agostinho Fortes 1913/14 a 1933/34
- **História das Religiões**
Agostinho Fortes 1914/15 a 1927/28
Francisco Reis Santos 1928/29 a 1931/32

³⁵² Inclui as cadeiras dos cinco grupos e das cadeiras anexas da Faculdade de Letras de Lisboa, presentes nos dois cursos de Ciências Históricas, no período de 1911 a 1930, com base nos dados fornecidos por Oliveira Marques, “*Notícia Histórica*”, pp. 170-193.

- **Propedêutica Histórica**
 - J. M. Queirós Veloso 1918/19
 - Manuel Oliveira Ramos 1919/20 a 1929/30

- Cadeiras de História de Portugal*
- **História de Portugal (a partir de 1917/18, História de Portugal I)**
 - Manuel Oliveira Ramos 1912/13 a 1930/31

- **História de Portugal II**
 - J. M. Queirós Veloso 1917/18 a 1929/30

- **História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa**
 - Manuel Oliveira Ramos 1918/19 a 1930/31

- “Ciências auxiliares da História”*
- **Arqueologia**
 - José Leite de Vasconcelos 1914/15 a 1925/26
 - Manuel Heleno 1926/27 a 1945/46

- **Epigrafia**
 - José Leite de Vasconcelos 1913/14 a 1927/28
 - Manuel Heleno 1927/28 (desde Jan. de 1928)
 - José Leite de Vasconcelos 1928/29
 - Agostinho Fortes 1929/30

- **Numismática e Esfragística**
 - José Leite de Vasconcelos 1913/14 a 1922/23
 - Manuel Heleno 1923/24 a 1931/32

- **Paleografia e Diplomática**
 - Agostinho Fortes 1913/14 a 1930/31

Cadeiras de Geografia

- **Antropogeografia**
F. X. Silva Teles 1918/19 a 1929/30

- **Etnologia**
F. X. Silva Teles 1912/13 a 1929/30

- **Geografia Geral**
F. X. Silva Teles 1911/12 a 1918/19
Luís Schwalbach Lucci 1919/20
F. X. Silva Teles 1920/21 a 1927/28
Luís Schwalbach Lucci 1928/29 a 1955/56

- **Geografia Política e Económica**
F. X. Silva Teles 1913/14 a 1918/19
Luís Schwalbach Lucci 1919/20 a 1920/21
F. X. Silva Teles 1921/22 a 1922/23
Luís Schwalbach Lucci 1923/24 a 1927/28
F. X. Silva Teles 1928/29 a 1929/30

- **Geografia de Portugal e Colónias**
F. X. Silva Teles 1918/19 a 1927/28

- **Geografia de Portugal**
F.X. Silva Teles 1926/27 a 1929/30

- **Geografia Colonial Portuguesa**

Luís Schwalbach Lucci

1928/29 a 1929/30

Cadeiras de Filosofia

- **Filosofia I**

Joaquim Silva Cordeiro

1911/12 a 1913/14

Agostinho Fortes

1914/15 (até Dezembro)

João Matos Romão

1914/15 (de Dez.) a 1917/18

- **Filosofia II**

Joaquim Silva Cordeiro

1912/13 a 1913/14

Agostinho Fortes

1914/15 (de Dez. a Jan.)

Manuel Oliveira Ramos

1914/15 (desde Janeiro)

João Matos Romão

1914/15 a 1918/19

- **História da Filosofia Antiga**

J. M. Queirós Veloso

1913/14 a 1918/19

Agostinho Fortes

1919/20 a 1921/22

João Matos Romão

1922/23 a 1927/28

Francisco Vieira de Almeida

1928/29 a 1932/33

- **História da Filosofia Medieval**

João Matos Romão

1913/14 a 1921/22

Francisco Vieira de Almeida

1922/23 a 1931/32

- **História da Filosofia Moderna e Contemporânea**

J. M. Queirós Veloso

1914/15

João Matos Romão

1915/16 a 1929/30

- **Lógica e Moral**

João Matos Romão

1919/20 e 1929/30

- **Psicologia Experimental**

João Matos Romão

1914/15 a 1951/52

- **Psicologia Geral**

António Faria de Vasconcelos Azevedo	1922/23 a 1928/29
Francisco Vieira de Almeida	1929/30

Cadeiras Anexas

- **Estética e História da Arte**

Manuel Oliveira Ramos	1914/15 a 1918/19
João Barreira	1919/20 a 1936/37
- **Estudos Brasileiros**

Manuel de Oliveira Lima	1922/23
Manuel Sousa Pinto	1923/24 a 1933/34

Cadeiras de Filologia Românica

- **Filologia Portuguesa**

F. Adolfo Coelho	1911/12 a 1917/18
José Leite de Vasconcelos	1918/19 a 1924/25
João da Silva Correia	1925/26
- **História da Literatura Portuguesa I**

Teófilo Braga	1918/19 a 1922/23
Agostinho Fortes	1923/24 a 1927/28
Manuel Rodrigues Lapa	1928/29
Agostinho Fortes	1929/30 a 1930/31
- **História da Literatura Portuguesa II**

Teófilo Braga	1919/20 a 1922/23
Agostinho Fortes	1923/24 a 1929/30
- **Latim Medieval e Bárbaro**

Agostinho Fortes	1918/19 a 1927/28
------------------	-------------------
- **Literatura Portuguesa**

Teófilo Braga	1913/14 a 1917/18
---------------	-------------------

Cadeiras de Filologia Clássica

- **Filologia Clássica**

José Maria Rodrigues

1914/15 a 1923/24

José Joaquim Nunes

1924/25 a 1929/30

Programa das Provas Escritas e Orais em Ciências Históricas e Geográficas³⁵³

Provas Escritas

a) Crítica histórica e sua aplicação a um período da história

1º - O coeficiente pessoal no trabalho dos historiadores.

Crónica de D. João II por Garcia de Resende;

2º - A falsa erudição nos trabalhos históricos.

A Monarquia Lusitana de Fr. Bernardo de Brito;

3º - Proveniência e publicação dos documentos.

Portugaliae Monumenta histórica;

4º - O espírito literário dos historiadores, males e vantagens que dele podem provir. *A Vida de D. João de Castro* por Jacinto Freire de Andrade.

5º - Os historiadores polemistas.

História da origem e do estabelecimento da Inquisição em Portugal por Alexandre Herculano.

b) Instituições gregas e romanas

1º - O regime político das classes em Atenas;

2º - Ligas antifitiónica;

3º - Função social do teatro na Grécia. A tragédia e a comédia;

4º - O tribunado da plebe;

5º - O colonato romano.

c) Instituições medievais e dos tempos modernos

1º - O municipalismo;

³⁵³ Para o ano lectivo de 1914/15, *Anuário da Universidade de Lisboa* – 1914/15.

- 2º - A família feudal;
- 3º - Os mesteres, sua organização;
- 4º - O absolutismo;
- 5º - O regime constitucional.

d) Geografia política e económica

- 1º - O Mediterrâneo sob o ponto de vista antropogeográfico;
- 2º - A hulha, distribuição, estatística, importação e exportação;
- 3º - O trigo, distribuição, estatística, etc.;
- 4º - O canal do Panamá, importância pol. e econ.. História da sua construção;
- 5º - Zonas colonizáveis das colónias portuguesas. Estudo de geografia económica e política.

e) História da Filosofia Antiga

- 1º - Concepção mecânica do Universo, segundo os antigos gregos. Demócrito e Epicuro;
- 2º O idealismo de Platão:

f) História da Filosofia moderna

- 1º - O Cartesianismo;
- 2º - A filosofia de Kant.

g) História da Arte

- 1º - Arte grega;
- 2º - Renascimento;
- 3º - História da Arte em Portugal;
- 4º - A pintura portuguesa nos séculos XV e XVI.

Provas Orais

a) História Geral da Civilização

- 1º - O lugar do homem na natureza;
- 2º - O homem pré-histórico;
- 3º - Graus de civilização;
- 4º - Influência da natureza sobre o homem. Acção do homem sobre a Natureza;

- 5º - A civilização greco-romana;
- 6ª - Características essenciais da Idade Média;
- 7º - A Renascença, a Reforma e o Concílio de Trento;
- 8º - A Revolução Francesa;
- 9º - A evolução mundial;

b) História de Portugal

- 1º - Organização e evolução dos Concelhos;
- 2º - Ideias gerais de Herculano sobre a História;
- 3º - Origens étnicas de Portugal;
- 4º - Existência ou não existência do feudalismo em Portugal.

c) Arqueologia

- 1º - Instrumentos de pedra;
- 2º - Monumentos megalíticos e grutas pré-históricas;
- 3º - Instrumentos de bronze;
- 4º - Civilização dos castros;
- 5º - Sepulturas romanas e seus espólios.

d) Paleografia medieval

Materiais de escrita. Os copistas. Tipos caligráficos principais.

e) Elementos de Epigrafia e Diplomática

a) Epigrafia

- 1º - Formulário e abreviaturas;
- 2º - Importância da epigrafia;
- 3º - Epigrafia funerária.

b) Diplomática

Matéria vaga.

f) Geografia Geral

- 1º - Tectónica e paleogeografia;
- 2º - Modelação da superfície terrestre; seus agentes eólicos e meteóricos;
- 3º - Potamologia;

4º - Limnologia e morfologia e dinâmica dos mares;

5º - Antropogeografia Geral.

g) Geografia de Portugal

1º - Interpretação da morfologia de Portugal;

2º - Portugal considerado nos pontos de vista da geografia política e económica;

3º - Geografia colonial africana.

Participação dos docentes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na
História de Portugal, edição de Barcelos

David Lopes

“O Domínio Árabe”, vol. I, VI parte

“Os portugueses em Marrocos: Ceuta e Tânger”, vol. III, II parte

“Os portugueses em Marrocos no tempos de D. Afonso V e de D. João II”, vol. III, II parte

Hernâni Cidade

“A poesia épica”, cap. III – Literatura: o século XVI, vol. V, IV parte

“Literatura: a) o Seiscentismo”, vol. VI, III parte

“Literatura: b) reacção contra o Seiscentismo”, vol. VI, III parte

“Portugal na Guerra Mundial: 1914-18”, vol. VII, I parte

José Maria de Queirós Veloso

Terceira Época (1557-1640), vol. V, I parte

José Gonçalo de Santa Rita

“Domínio Português no Oriente”, vol. VII, II parte

José Joaquim Nunes

“A Língua”, vol. II, V parte

Manuel Oliveira Ramos

“O Condado Portucalense”, vol. I, VIII parte

“A consolidação da Independência”, vol. II, I parte

“Descobrimiento do caminho marítimo para a Índia”, vol. III, II parte

“A tradição portuguesa de terras e viagens para Ocidente; Cabral e o Brasil”, vol. III, II parte

“Fernão de Magalhães: a 1ª viagem de circum-navegação do globo”, vol. III, II parte

“Périplo de penetração da Ásia”, vol. III, II parte

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

1- Fontes manuscritas

Arquivo Histórico da Faculdade de Letras de Lisboa, *Livro das Actas do Curso Superior de Letras*, 1910-1911.

Arquivo Histórico da Faculdade de Letras de Lisboa, *Livro de Registo de Trabalhos Práticos de História Moderna e Contemporânea*, 1930-31

ANTT, Carta de Gustavo Cordeiro Ramos a Salazar de 5 de Agosto de 1929, AOS/CO/ED-11.

2- Fontes impressas

2.1 - Legislação

Decreto da Vedoria da Casa Real de 30 de Outubro de 1858 (*vide* Busquets de Aguilar, *op. cit.*, pp 8-9)

Decreto de 18 de Outubro de 1878, *Diário do Governo* nº 238 de 21 de Outubro

Decreto de 24 de Dezembro de 1901, *Diário do Governo* nº 294 de 28 de Dezembro

Decreto com força de Lei de 19 de Abril de 1911, *Diário do Governo* nº 91 de 20 de Abril

Decreto de 9 de Maio de 1911, *Diário do Governo* nº 93, de 11 de Maio

Decreto nº 12143, de 13 de Agosto de 1926, *Diário do Governo* nº 181, de 18 de Agosto

Decreto nº 4651, de 14 de Julho de 1918, *Diário do Governo* nº 157 de 14 de Julho, Iª série, 2º complemento)

Decreto nº 4945, de 1 de Novembro de 1918, *Diário do Governo* nº 241, 1ª série, de 7 de Novembro de 1918

Decreto nº 5491, de 2 de Maio de 1919, *Diário do Governo* nº 91, da mesma data

Decreto nº 5770, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo* nº 98, da mesma data

Decreto nº 12143, de 13 de Agosto de 1926, *Diário do Governo* nº 181 de 18 de Agosto
Decreto nº 12426, de 2 de Outubro de 1926, *Diário do Governo* nº 220, de 2 de Outubro
Decreto nº 12677, de 12 de Novembro de 1926, *Diário do Governo* nº 257, 1ª série, de 17 de Novembro

Decreto nº 17063, de 3 de Julho de 1929, *Diário do Governo* nº 149, 1ª série, da mesma data

Decreto nº 17305, de 5 de Setembro de 1929, *Diário do Governo* nº 204, 1ª série, da mesma data

Decreto nº 18003, de 25 de Fevereiro de 1930, *Diário do Governo* nº 46, 1ª série, de 25 de Fevereiro

Lei de 8 de Junho de 1859, *Diário do Governo* nº 141 de 17 de Junho

Lei nº 586, de 12 de Junho de 1916, *Diário do Governo* nº 116 de 12 de Junho, 1ª série

Lei nº 639, de 20 de Novembro de 1916, *Diário do Governo* nº 234 de 20 de Novembro, 1ª série

Lei nº 861, de 27 de Agosto de 1919, *Diário do Governo* nº 171, da mesma data

Portaria de 21 de Janeiro de 1918, *Diário do Governo* nº 25 de 30 de Janeiro

2.2 – Publicações Periódicas

Anais da Academia de Estudos Livres. Universidade Popular, Lisboa, 2ª e 3ª séries, 1912-1916

Anuário da Universidade de Lisboa, 1912-1920; 1930

Arquivos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1912-1930

Biblos, Coimbra, 1925-1930

Boletim do Instituto de Educação Cívica, Lisboa, 1922.

O Instituto, Coimbra, 1894 e 1919-1930

O Positivismo, Porto, 1878-1882

Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1933

Revista da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1911-1930

Revista de História, Lisboa, 1912-1923

2.3 – Educação e Ensino

Luís da Silva Mouzinho de ALBUQUERQUE, *Ideias sobre os estabelecimentos da instrução pública dedicadas à nação portuguesa*, Paris, A. Bobée, Sociedade Real Académica das Ciências de Paris, 1823.

Albino de Figueiredo e ALMEIDA, *Projecto de Reforma da Instrução Pública*, Lisboa, Impressão de Galhardo e irmãos, 1836.

Rafael ALTAMIRA, *La Enseñanza de la Historia*, Madrid, Libreria de Victoriano Suárez, 1895.

Idem, *La Enseñanza de las Instituciones de América*, Madrid, Tipografia de Archivos Olózaga, 1933

Idem, “Resultados generales en el estudio de la Historia colonial americana. Criterio historico resultante”, Conférence faite au XXIIe Congrès International des Américanistes, Session de La Haye, 12-16 août de 1924.

Teófilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução pública portuguesa*, tomo IV – 1801-1872, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1902.

Agostinho CAMPOS, *Educar*, 3ª edição, Paris-Lisboa, Aillaud-Bertrand, 1922.

Monteiro de CAMPOS, “Secção doutrinal. Instrução Pública”, in *Jornal da Associação dos Professores*, 5ª série, nº3, 01/08/1861.

Joaquim de CARVALHO, “Reflexão outonal sobre a Universidade de todo o ano”, in *Diário Liberal*, 8 de Novembro de 1933.

Adolfo COELHO, *Le Cours Supérieur de Lettres*, Paris-Lisbonne, Aillaud & Cie., 1900

Idem, “O Curso Superior de Letras e os cursos de habilitação para o magistério secundário”, in *Notas sobre Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

Idem, “Questões pedagógicas:II plano geral do ensino público”, in *O Instituto*, Coimbra, 1911

Fidelino de FIGUEIREDO, “A educação da abstracção”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 9 – Setembro - 28ª série, Lisboa, Tipografia Universal, 1910.

Idem, “As Faculdades de Letras”, in *Revista de História*, vol. 1, Lisboa, 1912.

Manuel Emídio GARCIA, “Importância dos estudos históricos nas ciências jurídico-sociais e o ensino da História em Portugal”, in *O Instituto*, vol. XIX, nº 4, 1874.

Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, Lisboa, 1993 (1ª edição em alemão, *Der Streit der Fakultäten*, 1798).

Guilherme José Dias PEGADO, *Projecto de lei da Organização Geral da Universidade de Portugal dedicado à Nação Portuguesa e oferecido ao Corpo Legislativo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835.

J. Mendes dos REMÉDIOS, “A Universidade de Coimbra perante a nova Reforma de Estudos”, alocução inaugural por ocasião da inauguração do ano lectivo, in *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1912.

2.4 - Historiografia

Fidelino de FIGUEIREDO, *O Espírito Histórico*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1910.

Idem, “Para uma História da Filosofia em Portugal”, in *Revista de História*, vol. 11, Lisboa, 1922.

Alexandre HERCULANO, “Carta IV – Necessidade de uma nova divisão de épocas. Falso aspecto da História”, *Opúsculos*, IV, Porto, Editorial Presença, 1985.

Idem, “Carta V – Ciclos ou grandes divisões históricas – Idade Média ou Renascimento. Preferências da Idade Média”, *Opúsculos*, IV, Porto, Editorial Presença, 1985.

Idem, “Historiadores Portugueses. Garcia de Resende”, *Opúsculos*, IV, Porto, Editorial Presença, 1985.

Idem, “Pouco luz em muitas trevas. 1579-1580”, *Opúsculos*, IV, Porto, Editorial Presença, 1985.

Zófimo Consiglieri PEDROSO, *As Grandes Épocas da História Universal*, Porto, Livraria Civilização, 1885.

Idem, *Compêndio de História Universal*, 5ª edição, Lisboa, Tipografia Barata e Sanches, 1896.

2.5 – Obras dos professores de História da Faculdade de Letras de Lisboa

Agostinho FORTES, *A Revolução de 1820 e a Constituição de 1822*, Lisboa, Tipografia Silvas, 1932.

Idem, “A vida do povo português, de 1500 a 1820”, capítulo II, *História do Regime Republicano em Portugal* (dir. Luís de Montalvor), vol. I, Lisboa, Tipografia da empresa do Anuário Comercial, 1930.

Idem, *Alexandre Herculano, breve esboço da sua vida e obras*, Lisboa, Imprensa da Biblioteca de Educação Nacional, 1910.

Idem, “Doutor Manuel de Oliveira Ramos”, *Revista da Faculdade de Letras*, 1ª série, tomo 5, nº 1-2, 1938.

Idem, *Hierologia. Ciência das Religiões*, Lisboa, Tipografia Silvas Lda, 1932.

Idem, História das Nações Europeias. Os últimos cem anos. Antecedentes da grande conflagração actual, Lisboa, Tipografia Francisco Luís Gonçalves, [s.d.]

Idem, O Helenismo ou a persistência da cultura helénica através da civilização, dissertação apresentada ao concurso para professor da cadeira de História Antiga, Medieval e Moderna do Curso Superior de Letras, Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa, 1904.

Idem, Portugal, factor principal da civilização moderna, Lisboa, Tipografia Silva Lda., 1933.

Manuel HELENO, “Algumas Palavras sobre Leite de Vasconcelos”, José Leite de Vasconcelos. Livro do Centenário (1858-1958), Lisboa, Imprensa Nacional, 1960, pp. 45-51.

Idem, Lição inaugural da cadeira de Arqueologia (ano lectivo 1926-27), Lisboa, Imprensa Nacional, 1930.

Manuel de Oliveira RAMOS, “O Condado Portucalense”, vol. I, VIII parte, *História de Portugal* (dir, Damião Peres), Barcelos, Portucalense Editora, 1928

Idem, “A consolidação da Independência”, vol. II, I parte, *História de Portugal* (dir, Damião Peres), Barcelos, Portucalense Editora, 1929.

Idem, “Descobrimento do caminho marítimo para a Índia”, vol. III, II parte, *História de Portugal* (dir, Damião Peres), Barcelos, Portucalense Editora, 1931.

Idem, “A tradição port. de terras e viagens para Ocidente; Cabral e o Brasil”, vol. III, II parte, *História de Portugal* (dir, Damião Peres), Barcelos, Portucalense Editora, 1931.

Idem, “Fernão de Magalhães: a 1ª viagem de circum-navegação do globo”, vol. III, II parte, *História de Portugal* (dir, Damião Peres), Barcelos, Portucalense Editora, 1931.

Idem, “Idade Média. Aspectos Gerais: a sociedade”, *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* (dir. Forjaz de Sampaio), vol 1., Paris-Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1929.

Idem, Origens Europeias. Esquema etno-histórico, dissertação de concurso à cadeira de história antiga, medieval e moderna, Lisboa, Tipografia d' *O Diário*, 1904.

Idem, “Périplo de penetração da Ásia”, vol. III, II parte, *História de Portugal* (dir, Damião Peres), Barcelos, Portucalense Editora.

Francisco Reis SANTOS, *Ensaio sobre os factores essenciais do Império Britânico*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1915.

Idem, “O Movimento Republicano e a Consciência Nacional”, in *História do Regime Republicano em Portugal*, dir. Luís de Montalvor, 1º volume, Lisboa, Tipografia da empresa do Anuário Comercial, 1930.

José Leite de VASCONCELOS, José Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

José Maria de Queirós VELOSO, “A dominação filipina, discurso pronunciado na 4ª sessão comemorativa do 3º jubileu da Academia das Ciências de Lisboa em 12 de Dezembro de 1929, *Biblos*, vol. VI, Coimbra, Coimbra Editora, 1930.

Idem, “A formação profissional dos professores liceais – simples esboço da história do ensino secundário em Portugal”, oração de sapiência lida na sessão solene de abertura da Universidade de Lisboa no dia 20 de Novembro de 1920, separata dos nº6-7 da *Labor*, Aveiro, 1927.

Idem, *Gama Barros*, Coimbra, separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo IV, 1949.

Idem, *No centenário do historiador Oliveira Martins*, separata da Academia das Ciências de Lisboa, vol. XVII, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1945.

Idem, “O Arquivo Geral de Simancas. Sua importância capital para a História Portuguesa”, discurso inaugural da 6ª secção do Congresso de Salamanca (Ciências filosóficas, históricas e filológicas) pronunciado na sessão de 26 de Junho de 1923, separata de *O Instituto*, vol. 70, nº 7, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

Idem, “ O Cardeal-rei D. Henrique. Novos aspectos da sua história, conferência realizada no curso de férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 6 de Agosto de 1930, *Biblos*, vol. VI, Coimbra, Coimbra Editora, 1930.

Idem, “O Interregno dos Governadores e o Reinado de D. António, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1953.

Idem, “O significado histórico do 1º de Dezembro”, *Palestra pronunciada na sessão de 3 de Dezembro de 1935 pelo Exmo. Sr. Prof. Dr. Queirós Veloso ilustre académico e antigo professor universitário*, Lisboa, Rotary Club de Lisboa, 1935.

Idem, *Terceira Época (1557-1640) – História Política*, vol. V, I parte, *História de Portugal* (dir, Damião Peres), Barcelos, Portucalense Editora, 1933.

2.6 - Vária

Teófilo BRAGA, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 2 – *A Renascença*, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005 (1ª edição em 1870).

Discurso pronunciado na Sessão Plenária de consagração ao eminente académico e historiador Prof. Dr. Queirós Veloso em 23 de Novembro de 1950, Lisboa, separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XXII, 1950.

Elogio do Prof. Dr. José Maria Queirós Veloso, Lisboa, Academia da História Portuguesa, 1958.

Manuel Oliveira LIMA, *Aspectos da história e da cultura do Brasil*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923.

Joaquim LOPES, *A Moderna Crença Religiosa. Subsídios para a História das Religiões*, Coimbra, Tipografia Literária Editora, 1916.

J. P. Oliveira MARTINS, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1972.

Idem, *O Helenismo e a Civilização Cristã*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985.

Idem, *Portugal Contemporâneo*, 2 volumes, Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

Paulo MÊREA, “Sobre a concessão da terra portugalense a D. Henrique perante a história jurídica”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo II, Madrid, Centro de Estudos Históricos da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Tipografia de la *Revista de Archivos*, 1925.

Luís MONTALVOR, *Historia do Regime Republicano em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Tipografia da empresa do Anuário Comercial, 1930

Manuel Alves de Sousa PINTO, “Oliveira Lima”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1933.

João Matos ROMÃO, *Estudos Filosóficos na Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, Separata da Revista da Faculdade de Letras, tomo VIII, nº 1-2, 1942

Francisco Silva TELES, “O Conceito Científico da Geografia” (1916), *Obras de Silva Teles. A Ciência Geográfica*, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, 2004.

António de VASCONCELOS, “lição inaugural do ano lectivo de 1912-13”, in *Orações de Sapiência da Faculdade de Letras (1912-1995)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2002.

BIBLIOGRAFIA

1 – Obras de referência

1.1 – Bibliografias e inventários

Rosalina Branca da Silva CUNHA, *Repertório de Revistas Portuguesa de História, 1818-1974*, separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, nº 2, Lisboa, 1981.

António NÓVOA, *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993.

1.2 – Obras de carácter geral

Estudos de História do século XVI. Subsídios para a História de Portugal, vol. 2, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1953.

A. H. Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, III vol., 13ª edição, Lisboa, 1998.

A. H. Oliveira MARQUES e Joel SERRÃO (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IX – Da Monarquia para a República, Lisboa, Presença, 1986.

José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, [s.l.], Círculo de Leitores, 1993

João MEDINA, (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, vols. IX, X, XI, Alfragide, Ediclube, 1993.

João MEDINA,

Wilhelm ONCKEN, *História Universal*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand – José Bastos & Cª Editores, [s.d.], 21 volumes.

Paulo PEREIRA (dir.), *História da Arte Portuguesa*, [s.l.], Círculo de Leitores, 1995, 3 volumes.

Damião PERES (dir.), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1928-1957, VIII volumes.

Sophus RUGE, *História da Época dos Descobrimentos* (revista e prefaciada por Oliveira Ramos), Paris-Lisboa, Livraria Aillauda e Bertrand, [s.d.].

Albino Forjaz de SAMPAIO (dir.), *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, Paris-Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1929-32, 3 volumes.

1.3 – Dicionários e Enciclopédias

António BARRETO e Maria Filomena MÓNICA (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Figueirinhas, 1999, 3 volumes.

Enciclopédia Einaudi. Memória-História, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

Enciclopedia Verbo luso-brasileira de cultura: edição século XXI, Lisboa, Verbo, 1998.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ltd.

Nova História, Jacques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel (coord.), Coimbra, Almedina, 1990.

António NÓVOA (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Edições Asa, 2003.

Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, 6 volumes.

2- Estudos

2.1 - Historiografia

Marc BLOCH, *Introdução à História*, 5ª edição, Mem-Martins, Europa-América, 1987.

Guy BOURDÉ e Hervé MARTIN, *As Escolas Históricas*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, [s.d.].

Charles-Olivier CARBONEL, *Historiografia*, Lisboa, Teorema, 1987.

Joaquim Barradas de CARVALHO, *Da História Crónica à História Ciência*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.

Fernando CATROGA, José Amado MENDES e Luís Reis TORGAL, *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*, [s.l.], Círculo de Leitores, 1996.

R. G. COLLINGWOOD, *A Ideia de História*, 6ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

Patrick GARDINER, *Teorias da História*, 5ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Vitorino Magalhães GODINHO, “A História Contemporânea: orientação e problemas”, in *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, Lisboa, 1942.

Idem, Ensaios, III – sobre Teoria da História e Historiografia, 1ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1979.

Georges LEFEBVRE, *La naissance de la Historiographie*, Paris, Flammarion, 1971

Armando Carvalho HOMEM, “Revistas Universitárias de História”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996.

Jorge Borges de MACEDO, “Da história ao documento. Do documento à história”, *Do documento à história. Da história ao documento*, Lisboa, ANTT, 1995.

José Montalvão MACHADO, “Génese da História de Portugal, edição de Barcelos”, *Colectânea de Estudos em honra do Prof. Dr. Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

A. H. Oliveira MARQUES, “Esboço histórico da Historiografia Portuguesa”, in *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas Editores Lda., 1988.

Sérgio Campos MATOS, “História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, in *Lusotopie*, volume 9-2, 2002.

Carlos MAURÍCIO, “História – da consolidação da história metódica à lenta renovação do pós-guerra”, *Dicionário de História de Portugal* (dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica), vol. VIII, 1ª edição, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999.

José Amado MENDES, *A História como ciência. Fontes, Metodologia e Teorização*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1989.

Joel SERRÃO, “Historiografia. Na Idade Contemporânea”, *Dicionário da História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

Luís Reis TORGAL, *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989.

2.2 – História do Ensino, História das Universidades

Universidade(s). História, Memória, Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (no 7º aniversário da sua fundação) 5 a 9 de Março, Coimbra, Comissão Organizadora, 1991.

Manuel Busquets de AGUILAR, *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*, Lisboa, 1939.

Luís de ALBUQUERQUE, *Notas para a História do Ensino em Portugal*, Coimbra, Vértice, 1960.

R. D. ANDERSON, *European Universities from the Enlightenment to 1914*, Oxford, Oxford University Press, 2004.

Juan Llambías de AZEVEDO, (dir.), *La Idea de la Universidad en Alemania*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1959.

Rómulo de CARVALHO, *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime Salazar-Caetano*, 3ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

Maria Eduarda CRUZEIRO e Raúl da Silva PEREIRA, “Cronologia histórica das Universidades Portuguesas. 1759-1968”, in *Análise Social*, vol. VI, nº 22, 23, 24, 1968.

Cristina FARIA, *As lutas Estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

Joaquim Ferreira GOMES, *A Universidade de Coimbra durante a 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, INIC, 1990.

Idem, “Dois projectos de lei do século XIX para a criação de cursos ou Faculdades de Letras”, in *Novos estudos de História e de Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1986.

Idem, “Reforma Universitária de 1911”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990.

João Paulo Avelãs NUNES, *A História económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O Historicismo neometódico: a ascensão e queda de um paradigma historiográfico (1911-1974)* [Texto policopiado], Tese de mestrado em História Contemporânea de Portugal, Universidade de Coimbra, 1994.

A. H. Oliveira MARQUES, “Notícia Histórica da Faculdade de Letras (1911-1961)”, *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas Editora, 1988.

Sérgio Campos MATOS, *História, Mitologia e Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Idem, “O Curso Superior de Letras e a valorização histórica em Portugal: projectos em confronto (1858-1901)” in *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (no 7º aniversário da sua fundação) 5 a 9 de Março*, vol. 1, Coimbra, Comissão Organizadora, 1991.

José de ORTEGA Y GASSET, *Missão da Universidade*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1946.

Alberto PALHA, “As Universidades Portuguesas em face dos diferentes tipos institucionais de Universidade”, in *Análise Social*, vol. VI (22, 23, 24), 1968.

Maria Cândida PROENÇA, *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e destino histórico*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História Cultural e das Mentalidades

(sécs. XIX/XX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993

Antoine PROST, *Histoire de l'enseignement en France, 1800-1967*, Paris, Armand Colin, 1968.

Filipe ROCHA, *Fins e objectivos do sistema escolar português. I – o período de 1820 a 1926*, Aveiro, Livraria Estante Editora, 1987.

Manuel Augusto RODRIGUES, *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras*, vol. I (1911-1925).

Victor de SÁ, “Notas sobre o ensino da História na primeira Faculdade de Letras do Porto”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, III volume, Porto, 1986.

Joaquim Veríssimo SERRÃO, “75 anos da Faculdade de Letras”, *Revista da Faculdade de Letras*, 5ª série, nº 6m Lisboa, 1986.

Idem, *História das Universidades*, Porto, Lello e Irmão, 1983.

2.3 – Vária

José Ferreira de ALMEIDA, “Doutor Agostinho Fortes”, *Revista da Faculdade de Letras*, 1ª série, tomo VII, nº 1-2, Lisboa, 1940.

António Soares AMORA, *O essencial sobre Fidelino de Figueiredo*, Lisboa, INCN, 1989

Fernando CATROGA, “A importância do Positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal”, *Biblos*, nº 53, 1977, pp. 285-326

Idem, “Os inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social”, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. I, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 1977.

Yves LÉONARD, “II – A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)”, *História da Expansão Portuguesa* (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri), [s. l.], Círculo de Leitores, 1998.

Cruz MALPIQUE, “Aquele que foi meu professor de História da Civilização, o Dr. José Maria de Queirós Veloso”, *Barcelos*, nº 2, vol. 2, 1985.

Sérgio Campos MATOS, “Fortunato de Almeida”, *Dicionário de Educadores Portugueses*, dir. António Nóvoa, Porto, Edições Asa, 2003.

Idem, Introdução a Joaquim Silva Cordeiro, *A Crise em seus aspectos morais*, 2ª edição, Edições Cosmos, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1999.

Vitorino NEMÉSIO, “Última Lição, in *Vitorino Nemésio: Estudo e Antologia*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

José Ramiro PIMENTA, Introdução às *Obras de Silva Teles. A Ciência Geográfica*, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, 2004.

Manuel Cândido PIMENTEL, “A filosofia criacionista de Leonardo Coimbra”, *História do Pensamento Filosófico Português*, (dir. Pedro Calafate), vol V. – séc. XX, tomo 1, Lisboa, Caminho, 2000.

Orlando RIBEIRO, “Cinquenta anos de vida científica e literária”, *Opúsculos, II – O Pensamento Geográfico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 11-20.

Idem, “Silva Teles, o introdutor do ensino da Geografia em Portugal”, *Opúsculos, II – O Pensamento Geográfico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

Joaquim SILVA CORDEIRO, *A Crise em seus aspectos morais*, 2ª edição, Edições Cosmos, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1999.

Vítor VIÇOSO, “A Literatura Portuguesa (1890-1910) e a Crise finissecular”, *Crises em Portugal no século XIX e XX*, dir. Sérgio Campos Matos, Lisboa, 2002.

Tim UNWIN, *The Place of Geography*, Edinburgh, Longman, 1992